

Lei para estimular a atividade empresarial gera contradições

Criada em 2019, Declaração de Direitos de Liberdade Econômica reduziu burocracia e precarizou relações de trabalho. **Páginas 17 e 18**

Foto: Roberto Guedes



Os fortes que resguardaram a Paraíba

Eles foram fundamentais para a defesa do Estado na época do Brasil Colônia, mas o tempo tratou de destruí-los, muitos por completo; só a Fortaleza de Santa Catarina permanece inteira. **Página 5**

Foto: Ortilio Antonio



Esportes

Quadra de areia Mistura de tênis, badminton e vôlei de praia, o beach tênis cai no gosto do pessoense e já é uma realidade na orla da capital, em praças e condomínios. **Página 21**



Foto: Divulgação

Bossa Nova Fernanda Takai (na foto com o maestro Rodrigo Toffolo) fala como será o tributo a Tom Jobim, que apresenta hoje ao lado da Orquestra Ouro Preto. **Página 9**

Entre



Foto: Divulgação

Aline Mota Advogada fala sobre a atuação da Defensoria Pública no combate ao racismo. **Página 4**

Almanaque

Pesquisadores descobrem vestígios tupi no Sertão da PB

Descoberta implicará em revisão histórica, pois acreditava-se que apenas tapuias habitaram a região. **Página 25**

Paraíba

O drama de Jade: criança possui a doença de Tay Sachs

De origem genética, doença degenerativa rara já afetou locomoção, fala e pulmões da garota de 10 anos. **Página 6**

Brasil

Há 60 anos, Jânio Quadros aplicava um "autogolpe"

Presidente renunciou acreditando que Congresso imploraria por reconsideração, dando forças ao gestor. **Página 14**

Colunas

/// A discussão sobre se o objeto livro vai ou não desaparecer é construtiva, mas não tem o mesmo peso de um fim de mundo, como pensam algumas pessoas. **/// Página 2**

Editorial

/// Não sou pessimista. As minhas mãos a passar no rosto, a disfarçar lágrimas, como se eu não soubesse, que o amor acabou. Não há distância que impeça de irmos buscar o amor. **/// Página 10**

Kubitschek Pinheiro

/// Se nessas cartas, os autores falam de obras literárias (...) sugerem leituras, remetem para certos detalhes na esfera da criação artística, não deixam, paralelamente, de falar de si mesmos. **/// Página 11**

Hildeberto Barbosa Filho

Conversa com o GOVERNADOR

NA RÁDIO TABAJARA
FM 105,5

TODA SEGUNDA-FEIRA
AO VIVO, ÀS 13H

facebook.com/GovernoParaiba
youtube.com/GovParaiba

Pensar

Deslocamento necessário
Majoria das grandes cidades não conta com plano diretor de mobilidade

Colcha de retalhos e crescimento em direção à Zona Sul
Mobilidade e desafios para as pessoas com deficiência

Direito de preservar

Mobilidade urbana
para além do transporte

Pensar Mobilidade Urbana: o que move esse tão falado conceito e o que o poder público pode fazer para tornar as cidades mais inclusivas e acessíveis, tanto a veículos, como a pedestres.

Editorial

Saberes

A discussão sobre se o objeto livro vai ou não desaparecer é construtiva, mas não tem o mesmo peso de um fim de mundo, como pensam algumas pessoas. O saudoso Antônio Houaiss, pleno homem de cultura, admitia a possibilidade de transmissão exclusiva de saber e conhecimento pelas plataformas digitais, em detrimento das páginas de papel, isso antes mesmo do alvorecer do terceiro milênio, quando a internet ainda engatinhava no Brasil.

Há uma farta literatura acerca da sobrevivência ou não do livro, no formato físico tradicional, da qual é exemplo "Não contem com o fim do livro", de Umberto Eco e Jean-Claude Carrière. Mas a discussão fundamental não é essa, e sim a democratização do acesso ao livro, seja no papel ou no leitor eletrônico, tendo em conta que as mensagens, códigos e dialetos (literários, científicos etc.) específicos não irão desaparecer com ele, o livro.

A sabedoria que nasce dos livros é que precisa ser melhor adubada e ter os seus canteiros ampliados, para que cada vez mais pessoas, sem restrições de qualquer natureza, tenham direito e possam colher, de fato, as flores desse jardim tão representativo da condição humana. A educação – técnica, ética, criativa... – talvez em nenhum momento da história tenha sido tão necessária ao futuro da humanidade, como acontece agora.

O amor, a poesia e a sabedoria dos livros - para lembrar aqui o belo título do livro de Edgar Morin – contra as brutalidades que persistem no cotidiano do planeta, representadas não só pelas guerras estúpidas que entre si travam pequenos grupos e grandes nações, mas também por causas ainda menos justificáveis, a exemplo de agressões e assassinatos de pessoas por questões relacionadas a gênero, orientação sexual ou cor da pele.

Para milhões de pessoas, no mundo inteiro, que não têm acesso não só às escolas, bibliotecas e livrarias, mas ao mínimo de dignidade, que importa se o livro vai ou não vai acabar? Entre os grandes desafios da era contemporânea está o de dar sentido a um humanismo renovado, no sentido de provocar a transformação social pelo saber, exatamente a partir do compartilhamento dos acervos com todas as pessoas, sem preconceitos etários.

Artigo

Rui Leitão

ruileitao@hotmail.com | Colaborador

A liberdade de expressão

Emitir opinião é um direito que assiste a todo cidadão. É o que chamamos de livre manifestação de expressão. A proteção jurídica para que cada um possa se pronunciar conforme seu pensamento. Um direito fundamental garantido por nossa Constituição. Entretanto, há de considerar que eventuais excessos não podem ser permitidos.

Quando revela falta de bom senso, desejo de promover a desordem, apologia do crime organizado, difamação, incitação à violência, comete-se o excesso na liberdade de expressão que precisa ser combatido necessariamente através da legislação. São condutas ensejadoras de danos na esfera cível ou criminal.

A liberdade de expressão tem que estar respaldada na veracidade das informações e condicionada à observância de limites éticos e morais, garantindo troca de ideias que encorajem a sociedade alimentar a consciência crítica. A nossa Carta Magna, em seu artigo segundo é explícita: "Será vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística".

Todavia, é importante fazer a distinção entre censura e responsabilização. O direito à livre manifestação não pode colidir com outros direitos, tais como: a honra, a imagem, a personalidade, a vida. Depreende-se

daí que ela não é absoluta. Não é aceitável, então, que agrida outros direitos fundamentais preservados constitucionalmente. Quem abusa do direito da liberdade de expressão a ponto de lesar outros direitos, fica passível de punição conforme a legislação.

O amparo desses direitos não pode ser confundido com censura, quando se configura patrulhamento ideológico do "politicamente correto", postura muito adotada nos regimes totalitários. A desautorização ou proibição para que circulem informações com base em critérios políticos ou morais, com o intuito de proteger interesses de grupos ou indivíduos, é um ato de censura. Normalmente é exercido por influência do poder dominante, até em desrespeito às leis.

As liberdades que agrilham valores sociais são inadmissíveis num Estado Democrático de Direito, porque todos, indistintamente, têm que se curvar ao império da lei. Na vida civilizada, as liberdades e a dignidade da pessoa humana precisam ser racionalmente acomodadas, onde cada um responda pelos seus atos e pelas ideias que expressa. A responsabilidade no agir e no falar é que diferencia o mundo civilizado do mundo selvagem. A liberdade de expressão não pode ser entendida como ilimitada tolerância.

/// Todavia, é importante fazer a distinção entre censura e responsabilização ///

Foto: Pixabay



Artigo

Sitônio Pinto

sitoniopinto@gmail.com | Colaborador

Promessa

O sacristão Raul entrou espantado na sacristia e disse, mais alarmado que de costume:

- Padre Sinfrônio, vá ver a derrota lá na porta da igreja.

- Que derrota, Raul?

- A maior derrota, só o senhor vendo para acreditar. Vá logo, antes que o tinhoso saia. Só sendo um cangaceiro do Cão.

O padre Sinfrônio era um homem sem medo de vivos e mortos, e foi ver o que estava acontecendo na porta de sua matriz.

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição é um templo portentoso, construído sob a orientação de Frei Martinho com a participação de todo o povo, que levou as pedras e os tijolos na cabeça e trabalhou como sergente de obra. O prédio está lá, em Misericórdia, enchendo a vista de quem olha. É admirado por quem lhe visite. Tem fama de intermediar a graça de quem lá suplique. Aos domingos e dias santos as missas são sempre cantadas e tocadas, pois a paróquia tem filarmônica e uma escola de música.

O padre fechou o Livro das Horas e tomou o giro da porta, para ver o que tanto alarmava Raul Sacristão. Deparou-se com o preto Mocó, que ele batizara no início de sua carreira eclesial. Era um preto enorme, dava pra fazer dois homens. Muito manso, mas abestalhado, que vivia da caridade e de mandados. Comia feito um boi. O preto estava de cócoras, um facão no chão. Quando viu o padre, ficou em pé e levantou as calças.

Os Mocós foram os primeiros habitantes daquela ribeira. Eram negros fugitivos da escravidão que procuraram o refúgio das caatingas, longe do branco opressor. Quando os Gomes ganharam a data daquele lugar,

os Mocós já estavam há tempos no lado oposto do rio. Os Gomes se depararam com a tribo de negros na margem oeste, e ambas as partes passaram a viver bem, cada qual no seu lugar. Não brigavam nem se misturavam; viviam um preconceito pacífico. O gigante Mocó tinha herdado por apelido o nome do quilombo de seu povo.

Bem no meio da porta, a ruma que o negro tinha dado de corpo. Dava para encher mais de um penico. Mocó tirou o chapéu e estendeu a mão. A esquerda pegou o facão, a direita procurou o padre, espalmada, como se fosse para apanhar ou ganhar uma esmola:

- A bênção, Sinhô 'adre Vigário!

Mocó era tato, e falava com as palavras banguelas, faltando consoantes.

- Deus te abençoe, Mocó, e que a Virgem te cubra com o sagrado manto!

- Vim 'agar uma promessa que fiz a 'ossa Senhora do 'osário dos Pretos, Sô Vigário. O tanto tá bom de 'amanho, ou 'aço mais?

E voltou-se para sua obra, apontando com o quepe militar que um soldado lhe dera.

- Tá bom, Mocó. Vá em paz.

O vigário voltou para a sacristia, onde o esperava Raul.

- Viu a derrota, Padre?

- Vi, Raul. É promessa.

- E o santo aceita, Seu Vigário?

- Aceita, Raul. O que vale é a intenção.

Pegue uma pá meia de terra e vá recolher o ex-voto. Depois jogue uma lata d'água, sabão, e esfregue bem, antes de começar a novena.

- Eu sabia que ia sobrar pra mim...

- Ofereça ao Céu e peça o perdão de seus pecados. Deus tá vendo.

Domingos Sávio

savio_fel@hotmail.com

Humor



SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.

Naná Garcez de Castro Dória
DIRETORA PRESIDENTE

William Costa
DIRETOR DE MÍDIA IMPRESSA

Rui Leitão
DIRETOR DE RÁDIO E TV



A UNIÃO
Uma publicação da EPC

BR-101 Km 3 - CEP 58.082-010 Distrito Industrial - João Pessoa/PB

André Cananéa
GERENTE EXECUTIVO DE MÍDIA IMPRESSA

Renata Ferreira
GERENTE OPERACIONAL DE REPORTAGEM

PABX: (083) 3218-6500 / ASSINATURA-CIRCULAÇÃO: 3218-6518 /
Comercial: 3218-6544 / 3218-6526 / REDAÇÃO: 3218-6539 / 3218-6509

E-mail: circulacao@epc.pb.gov.br (Assinaturas)

ASSINATURAS: Anual R\$350,00 / Semestral R\$175,00 / Número Atrasado R\$3,00

CONTATO: redacao@epc.pb.gov.br

Fica proibida a reprodução, total ou parcial, de matérias, figuras e fotos autorais deste jornal, sem prévia e expressa autorização da direção e do autor. Exceto para impressão de cópias, com o fiel e real conteúdo, para uso e arquivo pessoal.

O UVIDORIA : 99143-6762

Manuseio incorreto do celular pode levar usuário à morte

Alguns acidentes estão relacionados à não utilização do equipamento original certificado pela Anatel e testado pelo Inmetro

Sara Gomes
saragomes@epc.pb.gov.br

O aparelho celular é o dispositivo móvel mais utilizado no mundo. As pessoas passam horas manuseando-o, seja como ferramenta de trabalho ou pela necessidade de estar conectado às redes sociais. Quando a bateria do celular descarrega, logo ficamos ansiosos para nos reconectar com o mundo. No entanto, mexer no celular enquanto o carregador está conectado na tomada é um erro gravíssimo que pode ocasionar choques elétricos e, dependendo da seriedade, levar à morte.

Para evitar acidentes domésticos com o celular e seus acessórios, é necessário utilizar sempre carregadores, fones de ouvido e baterias homologadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Esses acidentes são passíveis de acontecer quando o usuário não utiliza um equipamento original de fábrica, testado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

Segundo informações do Governo Federal 'Orientações para uso seguro de telefones celulares e seus acessórios', no site do Ministério de Comunicações, a utilização de carregadores não homologados ou não indicados pelo fabricante pode gerar sobretensão, ou seja, fornecimento à bateria de um valor de tensão elétrica superior ao que ela foi projetada para suportar. A sobretensão pode resultar em superaquecimento, fogo ou explosão.

De acordo com o técnico em eletrônica, Damiano Andrade, as pessoas desobedecem a regra mais básica descrita no manual do

celular: "Evite utilizar o telefone enquanto o equipamento estiver carregando ligado à tomada de energia elétrica. Se o produto não for homologado pela Anatel, aumenta consideravelmente a chance de sofrer um choque elétrico", pontuou.

Damião evidencia que os celulares mais modernos, por possuírem mais recursos, exigem mais potência na bateria. "Os celulares comuns transmitem uma tensão de 5 volts, considerada uma energia baixa, mas a bateria do meu celular, por exemplo, recebe uma corrente elétrica de seis amperes, provocando um choque considerável", alertou.

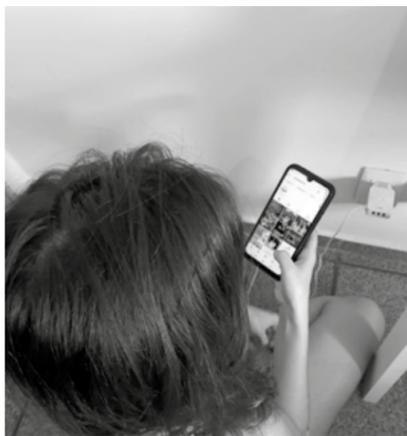
Na caixa do produto deve conter as especificações e o selo do órgão de regulamentação, no caso a Anatel. No entanto, as pessoas acabam optando pelo carregador mais barato, comprando em lojas que vendem produtos da China.

"As pessoas acabam comprando em sites da internet ou lojas físicas cujo fornecedor não apresenta uma procedência confiável. Um carregador de celular da Samsung original é uns R\$ 150 reais, mas é possível comprar um carregador universal da Elg com cabo de sincronia, também homologado pela Anatel, por R\$ 50, em uma loja de informática", comparou.

Na caixa do produto deve conter as especificações e o selo do órgão de regulamentação, no caso a Anatel



Uso de carregadores não homologados ou não indicados pelo fabricante pode gerar sobretensão



Danielle sofreu queimaduras de 1º a 3º grau

Acidentes domésticos graves com populares

Uma das formas de uso indevido é expor o celular a altas temperaturas. Isso é o que aconteceu com Danielle Rodrigues, 32 anos, que trabalhava vendendo drink na praia do Cabo Branco. Em setembro de 2019, às 11h30, a vendedora sofreu queimaduras de 1º a 3º grau, atingindo o braço e a lateral direita do corpo. "O celular esquentou excessivamente na minha pochete, queimando minha roupa", lembrou.

Ela ficou internada por 26 dias no Hospital de Trauma de João Pessoa. O tratamento durou quase um ano. "O processo foi muito dolorido, mas tive verdadeiros anjos ao meu lado, como esposo, irmãs e alguns amigos, além do apoio de toda a equipe da Unidade de Tratamento de Queimados. Criamos um vínculo muito grande", afirmou.

Apesar da gravidade desse caso, o coordenador do Serviço de Cirurgia Plástica do Hospital de Trauma de João Pessoa, Emilton Amaral, declara que esse foi o primeiro atendimento com celular em dez anos da instituição.

"Nesse caso não estava na tomada, mas ela sofreu queimaduras graves pois a pochete estava acoplada ao seu corpo. A exposição diária ao sol provocou um superaquecimento da bateria", explicou.

Em qualquer tipo de queimadura a recomendação é dirigir-se imediatamente ao hospital pois é preciso avaliar o comprometimento da lesão.

"Em caso de queimadura por choque elétrico, a temperatura se eleva com a resistência. A corrente elétrica corre muito mais fácil pelos vasos sanguíneos e nervos do que a pele. Por isso, é natural você ver uma queimadura bem maior na pele, porque a resistência é maior, aumentando a temperatura", disse.

O cantor paraibano Totonho Bezerra sofreu um choque em junho do ano passado, com o fone de ouvido, enquanto o celular estava plugado na tomada. Ele estava lavando o piso da sala do apartamento em São Paulo, onde morava há quatro anos. O choque aconteceu quando atendeu uma ligação.

"O fone de ouvido não era original. O choque foi tão grande que voei uns dois metros, batendo a cabeça na parede. Minha sorte foi o porteiro que me sugeriu ir na Escola Paulista de Medicina, pois a filha dele era diretora médica de lá. Fui muito bem assistido, mas ainda perdi 18% da audição", contou.

Esse acidente o deixou tão transtornado que resolveu alugar o apartamento e voltar para João Pessoa.

DICAS DA ANATEL

- Não utilize carregadores visivelmente danificados (incluído o cabo) ou com defeito para carregar seu dispositivo móvel;
- Não use ferramentas, objetos pontiagudos ou força excessiva para limpar ou reparar as conexões elétricas do carregador ou do aparelho, pois poderá danificar seu dispositivo móvel ou o carregador;
- Não recarregar o celular em áreas molhadas (ex.: chuveiro; banheira; piscina), mesmo que o aparelho seja resistente a água. Manusear o aparelho nesta condição pode resultar em choques elétricos;
- Aconselhável sempre conectar o carregador em redes elétricas com sistemas de aterramento e de proteção contra choques elétricos, conforme padrões determinados pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);
- Não armazenar ou transportar a bateria em recipientes com objetos metálicos (ferramentas, chaves, moedas, arames, etc.). Tais objetos podem proporcionar um curto-circuito nos terminais elétricos da bateria, possibilitando a ocorrência de superaquecimento, fogo ou explosão;
- Evitar o carregamento prolongado do aparelho;
- Não expor o celular a altas temperaturas.

UN Informe

Ricco Farias
papiroeletronico@hotmail.com

VENEZIANO E GERVÁSIO: DOIS ARGUMENTOS ACEITÁVEIS CONTRA E A FAVOR DO RETORNO DAS COLIGAÇÕES NO PAÍS

Vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo (foto) explicou porque é contra o retorno das coligações partidárias como regra para as próximas eleições do país - nesta próxima semana, a PEC da Reforma Eleitoral, já aprovada pela Câmara dos Deputados, começará a ser apreciada pelos senadores. "Defendemos que não retorne", afirma, ressaltando que o instituto da coligação permite uma distorção. "Você deseja votar em um candidato com quem tem afinidade. Aí, vota em fulano, de um partido com que você se identifica, mas também elege beltrano, que pensa ideologicamente diferente de você", argumentou - é que pelo sistema proporcional, com os partidos coligados, candidatos a deputado federal ou estadual, por exemplo, podem ser eleitos sem, necessariamente, ter uma grande quantidade de votos, por causa do coeficiente eleitoral computado. Não é raro que candidatos com mais votos não sejam eleitos, a depender da coligação em que estejam. O argumento de Veneziano faz sentido. Porém, também faz sentido a defesa do deputado federal Gervásio Maia (PSB) pelo retorno das coligações. Ele cita que as legendas pequenas tenderão a ser extintas caso as coligações não passem no Senado, o que reduziria a representatividade nas Assembleias e na Câmara Federal. "O país tem que ter pluralidade partidária, representatividade de todos os segmentos da sociedade", defendeu.

Foto: Divulgação



POSIÇÃO DO MDB

"Na terça ou, no mais tardar, quarta-feira, o MDB apresentará opinião uníssona sobre coligações", diz o senador Veneziano, para quem a discussão sobre esta regra jamais deveria ter retornado ao Congresso. As coligações foram extintas em 2017, sendo que a regra passou a valer, pela primeira vez, nas eleições municipais de 2020.

NEM UM NEM OUTRO

Veneziano anda incomodado com os boatos envolvendo o seu nome no contexto das eleições de 2022 - setores da imprensa insinuaram que ele havia tido encontro com o ex-governador Ricardo Coutinho e com o ex-senador Cássio Cunha Lima: "Nem me encontrei com Ricardo nem com Cássio. A última vez que falei com Ricardo foi em 2018".

SANGUE DE BODE

E Branco Mendes confirmou que irá processar o vereador de Alhandra, Jeremias Santos, após este dizer, em discurso na Câmara Municipal, que o deputado havia tomado banho com sangue de bode num suposto ritual de candomblé para fazer pacto com o diabo. "Vai responder também por intolerância religiosa", disse o deputado do Podemos.

OUTROS TEMPOS (1)

A política paraibana vive outros tempos. O prefeito de João Pessoa, Cicero Lucena (PP), comunga dessa opinião. E expressou isso quando da inauguração de um ginásio esportivo nos Bancários, em que esteve presente o deputado Anísio Maia (PT). "Temos diferenças ideológicas, mas que isso seja tratado na campanha, não na rotina do dia a dia", disse.

OUTROS TEMPOS (2)

A opinião de Cicero sobre convívio pacífico dos 'diferentes', politicamente falando, encontra convergência com o que disse o governador João Azevêdo, em recente agenda em Princesa Isabel, ao lado de Efraim Filho, Aguinaldo Ribeiro e Adriano Galdino. "Que bom que a gente tem construído essa unidade, que a Paraíba talvez nunca tenha visto na sua história".

GOVERNADOR SOBRE LULA: "NO MEU PALANQUE, TERÁ ESPAÇO"

O critério de reciprocidade é um dos que sustentam a decisão de João Azevêdo para apoiar Lula, em 2022 - o PT de Lula apoiou o governador na eleição de 2018. Quanto à quantidade de palanques que o petista poderá ter na Paraíba, ele cravou: "Se terá um, dois ou dez palanques, não me interessa. No meu, ele terá espaço", disse.

Aline Mota,
defensora pública

“Racismo é problema social e chaga sistêmica”

Grupo de Trabalho pela Igualdade Racial da Defensoria Pública do Estado atua para garantir os direitos da população negra

“Tem uma frase muito emblemática e simbólica de Angela Davis (professora, filósofa, escritora e ativista estadunidense), que fala que ‘quando uma mulher negra se movimenta, ela movimenta toda a estrutura da sociedade’”



Foto: Divulgação

Laura Luna
lauraragao@gmail.com

Problema crônico construído sobre as bases sólidas de um país que, desde os primórdios, subjugou, di-

minuiu, escravizou e matou o povo negro, liberto ‘parcialmente’. É que em pleno século XXI ainda se vê, com frequência angustiante, atrocidades que a sociedade - civil e Estado - insiste

em repetir. Palavras, atos e omissões ‘justificados’ pela cor da pele.

Mas na Paraíba a luta contra o racismo ganha mais um aliado: o Grupo de Trabalho (GT) pela Igualdade

de Racial da Defensoria Pública do Estado (DPE-PB), vinculado ao Núcleo Especial dos Direitos Humanos e Cidadania (Necid), que irá trabalhar diretamente com medidas de combate ao ra-

cismo e garantia dos direitos da população negra.

A União conversou com a coordenadora do GT, Aline Mota. Natural da Bahia, negra, feminista e antirracista, a defensora pública

falou sobre o trabalho a ser realizado, os desafios do enfrentamento ao que chama de ‘chaga social sistêmica’ e a descrença em relação à ação do Judiciário no enfrentamento a esse tipo de crime.

A entrevista

Quais os desafios de combate ao racismo e discriminação por raça?

Ao meu ver, o principal desafio ao enfrentamento ao racismo se refere ao fato de ser um problema social, uma chaga social sistêmica. Vale dizer, o racismo é sistêmico, é estrutural, e, portanto, estruturante (sim, importante ser redundante nesse ponto) da nossa sociedade, e alterar estrutura social não é algo simples, é, em verdade, revolucionário, basta olharmos para a história.

Como estão as condenações e ações de repressão ao racismo no país? E na Paraíba?

A reparação a violações de direitos humanos das pessoas negras é, ainda hoje, infelizmente, inexpressiva, tanto no âmbito criminal, quanto no cível. Recentemente a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPRS), juntamente com a Defensoria Pública da União (DPU), o Ministério Público do RS, o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério Público Federal (MPF) firmaram Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o objetivo de promover reparação de danos/redução de danos ao episódio de assassinato de João Alberto, no Carrefour. Foi fixada no TAC a quantia de R\$ 115 milhões a ser paga pelo Carrefour, a título de danos morais à família da vítima, como também danos morais coletivos. Tal TAC foi um grande avanço, no que se

refere à reparação de danos referente à violação de direitos humanos de pessoas negras.

Na Paraíba, como no restante do Brasil, a matéria não vem recebendo a atenção devida por parte do Poder Judiciário. Isso porque diversas condutas racistas não são vistas como tal. O que observamos é que o Judiciário, composto em sua maioria, por pessoas brancas, por juízas e juizes brancos, não têm a compreensão devida sobre a temática, o que reflete em julgamentos muitas das vezes dissociados da realidade. Podemos exemplificar condutas racistas com tom humorístico, de brincadeira, que não são vistas pelos julgadores como prática de racismo, quando, na verdade, são e tem nome: Racismo Recreativo.

Como a Paraíba tem enfrentado essa questão?

A PB tem enfrentado a pauta racial de forma muito tímida. Algumas instituições como a Defensoria Pública começaram agora a despertar para a pauta racial. Muito recentemente foi criado o Grupo de Trabalho pela Igualdade Racial da DPPB do qual eu faço parte, e atualmente estou na coordenação, ao lado de colegas queridas/os como Dra. Fernanda Peres, Iara Bonazzoli, Monaliza Montenegro, Raissa Palitot, José Gerardo Rodrigues, e a ouvidora externa da DPPB, Dra. Céu Palmeira.

Como será o Plano de Trabalho de Combate à De-

igualdade Racial da DPE?

O plano de trabalho do GT da igualdade racial está sendo elaborado. Temos o prazo de 60 dias para submeter à aprovação do defensor público geral, Dr. Ricardo Barros. Para isso temos nos reunido com os movimentos negros do Estado da Paraíba, com vistas a fazer o levantamento das demandas mais urgentes, e a partir de então estabelecermos nossos eixos de atuação e ações necessárias. O GT é um órgão sobretudo de articulação institucional da Defensoria Pública com as demais instituições do sistema de Justiça, demais instituições públicas e também privadas.

O que você acha mais desafiador nesse processo de luta antirracista?

Não existe atualmente um tratamento adequado por parte dos atores das instituições que integram o sistema de Justiça e isso, na verdade, é reflexo do racismo estrutural, que é o que chamamos de racismo institucional. A gente percebe que as instituições, além de serem compostas por pessoas brancas em sua grande maioria, os espaços e cargos de poder, postos de trabalho e lideranças são ocupados por pessoas brancas e não por pessoas negras, essas ocupam posições de subalternidade. Então o juiz é branco, a juíza é branca, mas a pessoa que faz a limpeza do chão e dos banheiros do fórum é a pessoa negra. Então o racismo estrutural re-

flete nas instituições também, daí ser chamado de racismo institucional. E a gente verifica que o racismo perpassa todas as relações sociais, inclusive as relações entre o cidadão e o Estado e entre particulares também. E aí a gente pode falar do racismo entre civis quando, por exemplo, a gente vê o caso de Mateus, rapaz que foi abordado por um casal de pessoas brancas, no Rio de Janeiro, e nessa abordagem ele foi acusado de estar com uma bicicleta - que era dele - que teria sido furtada, porque um jovem negro não pode ter acesso a uma bicicleta elétrica. Como é que um jovem negro vai pedalar em uma bicicleta elétrica?

Então isso está no imaginário, inrustido na nossa mente, e o racismo estrutural é isso, ele é normalizado, são situações que são normalizadas. A gente olha para um negro em um shopping de paletó e automaticamente conclui que ele é o segurança, a gente não supõe que ele é o dono da loja, que é o empresário.

Qual a sua análise a respeito da atuação da Justiça? E sobre a tipificação do crime de racismo?

O tratamento que o Poder Judiciário vem dando, é com descaso, tanto na esfera cível, quanto na criminal. Na esfera criminal não é de surpreender porque, no meu entendimento, o sistema judicial-criminal é um sistema de controle social do Estado e controle social de pessoas específicas: da popu-

lação pobre e, no caso, da população negra. Então, um sistema que é voltado para conter corpos negros não teria como dar respostas a violações de direitos dessa população, seria um contracenário, então eu não espero isso do sistema de justiça criminal.

Sempre se pauta a importância de se criminalizar o racismo, que é crime doloso que, segundo a legislação, para ser praticado precisa haver vontade e consciência, chamado de ‘dolo’ - que é a intencionalidade na conduta - ou seja, não existe crime de racismo ‘culposo’ - que acontece quando não há intenção de praticá-lo - e não existe crime de racismo culposo. E muito vem se pautando da necessidade de tipificar o racismo culposo, que é inclusive uma demanda dos movimentos negros, mas eu tenho uma leitura diferente porque eu tenho uma visão crítica a cerca do direito penal, eu sou abolicionista penal - ou seja, contra a existência do direito penal nos termos que está posto - e eu entendo que o direito penal na verdade é uma falácia, um engodo e que não serve para proteger bens jurídicos, como é dito. No meu entendimento o Direito tem a função de controlar corpos de pessoas que estão em posições de subalternidade, mantendo a sociedade de classes e manter o status quo assegurando o poder e, no caso do Brasil, como a gente vive numa sociedade de castas, de hierarquia racial.

É um trabalho e uma luta que parte de suas próprias vivências.

As pessoas pretas sofrem racismo desde sempre e o fato de ocuparem espaços de poder, como é o meu caso, que sou defensora pública, o fato de estar em posição de liderança não me blinda nem me torna imune aos efeitos do racismo, de jeito nenhum. Então é um sistema que é muito cruel, muito violento e opressor e se torna ainda mais cruel por eu ser mulher preta. Nesse contexto se inter cruzam dois sistemas de opressão, já que eu sofro os efeitos do racismo e do machismo, e isso é bem cruel porque as mulheres pretas estão na base da pirâmide social.

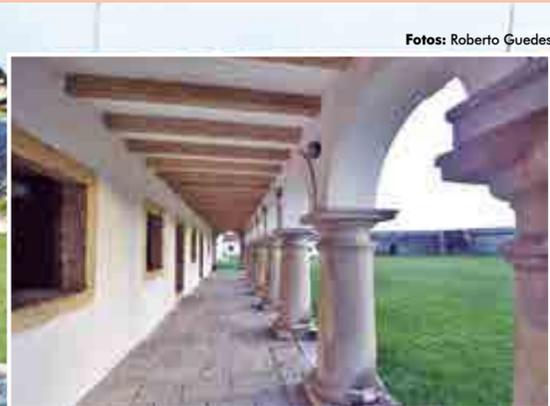
Tem uma frase muito emblemática e simbólica de Angela Davis (professora, filósofa, escritora e ativista estadunidense), que fala que “quando uma mulher negra se movimenta, ela movimenta toda a estrutura da sociedade” e eu sempre me arrepio quando falo essa frase. E quando uma mulher preta, que é o meu caso, alcança e ocupa um espaço de poder é muito revolucionário.

*Aline Mota é também coordenadora adjunta da Comissão Étnico-Racial da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep) e coordenadora do 5º Núcleo Regional de Atendimento da Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPPB).

O cotidiano da formação religiosa dos candidatos a padres na Paraíba. Estado possui vários seminários destinados ao preparo dos futuros sacerdotes. [Página 7](#)



Foto: Onilo Antônio



Fotos: Roberto Guedes



Os fortes da Paraíba

Várias fortificações foram construídas na época do Brasil Colônia, mas só a Fortaleza de Santa Catarina está em boas condições

Lucilene Meireles
lucilenemeireles@epc.pb.gov.br

A Paraíba não teve apenas a Fortaleza de Santa Catarina como ponto de observação do litoral na época das invasões. Existiram mais. Alguns desapareceram pelo desgaste da ação do tempo ou foram destruídos por não terem mais serventia. Um deles, inclusive, foi ao chão por ter sido construído de costas para o rio e, em razão desse erro na posição em que a edificação foi erguida, ocorreu o cerco dos franceses.

O primeiro e mais antigo forte do qual se tem notícia no Estado é o chamado Forte do Varadouro, que se articula com a Casa da Pólvora. Esse forte não tinha nome e ficou conhecido pela nomenclatura do local onde foi instalado. "Ficava lá embaixo, mais ou menos na altura da estação ferroviária. Era um forte rústico, que assinalou a ocupação da Paraíba" contou o historiador José Octávio de Arruda Mello.

Localizado nas imediações do Engenho Tibiri, no município de Santa Rita, ficava o segundo forte, a 'Tranqueira'. Esse termo era usado para designar um forte rústico ou uma fortaleza de poucas dimensões. "Se não me falha a memória, o nome era Forte São Sebastião, para segurar a defesa no ponto final, porque o sistema era do mar com o rio", disse.

Conforme o historiador, a Paraíba era montada como uma estrutura econômica, social, política e militar. A parte militar era uma linha de defesa que começava na Praia do Cabo Branco, onde existiam algumas baterias - obras menores que uma fortaleza, a exemplo de trincheiras e redutos. Dali, seguia pela linha da praia e pegava a Fortaleza de Santa Catarina. A bateria de São Bento, por exemplo, localizada numa ilha de areia no Rio Paraíba, ficava entre os fortes de Santo Antônio, na margem esquerda do Rio Paraíba, e o de Cabedelo.

"Ali perto da fortaleza havia um outro pequeno forte por dentro. Tem o que foi colocado errado (Forte Velho), tem o do

Varadouro, e vai até o interior do rio, em Santa Rita, onde está o Engenho Tibiri. Junto a ele, ficava a 'Tranqueira'. Em Cabedelo, havia também o Forte do Matos", elencou.

O historiador explicou também que o nome fortaleza vem do fato de que aquele ponto, que é o mais importante, porque fica no encontro do rio com o mar, estava articulado com uma série de defesas. "Começa aqui na ponta do Cabo Branco, onde haviam as baterias, e vai 'arrodando', passa por Cabedelo, entra, tem o Forte do Varadouro lá embaixo e chega até Santa Rita", explicou José Octávio. A esse conjunto dá-se o nome de fortaleza. Os demais, segundo ele, são fortes, mas a de Cabedelo é uma fortaleza porque se articula com todas as outras.

Um forte de costas para o rio

O forte que foi construído no lugar errado era a povoação atualmente chamada de Forte Velho. Esse forte, cujo nome era Forte de São Felipe e São Tiago, foi construído de costas para o rio, antes da Fortaleza de Santa Catarina. Em razão do erro na construção, foi incendiado pelo comandante espanhol Francisco Castrejon.

Foi justamente por conta do equívoco na construção que a área foi invadida. "Os franceses chegaram e sitiaram facilmente, cercando tudo. Aí, o comandante espanhol incendiou o forte e foi embora para Olinda, onde foi preso por Martim Leitão", disse o historiador José Octávio de Arruda Mello. Por isso, o local passou a ser conhecido como Forte Velho, no município de Santa Rita, que compõe a Região Metropolitana de João Pessoa.

"A Fortaleza de Santa Catarina, que foi mantida pelo Exército, continua lá, mas os outros se acabaram. Só restam os vestígios do Forte de São Felipe e São Tiago, que é o antigo Forte Velho, e uma torre em Santa Rita, que existe até hoje", afirmou.



Uma fortaleza no lugar correto

Quando o Forte de São Felipe e São Tiago - atual Forte Velho - foi incendiado por Francisco Castrejon, os portugueses partiram para construir a fortificação no lugar certo, na cidade de Cabedelo, e essa escolha se justificava porque ali era o encontro do rio com o mar. "Quem dominar aquele ponto ali, domina todo o sistema de defesa, inclusive a cidade. Foi o que os holandeses fizeram em 1634", afirmou José Octávio.

Ele contou que, após a construção, as lutas aconteciam junto à Fortaleza de Santa Catarina. Depois que houve o domínio, os invasores subiram dois rios, o Tambiá e o Paraíba. Naquela época, já não existia o Forte do Varadouro, que foi desativado assim que começou a ocupação da cidade. O importante era a área no encontro do rio com o mar, em Cabedelo, conforme observou o historiador.

Próximo a Cabedelo, havia um pequeno forte, o de Santo Antônio, e as batalhas foram travadas ali. Quem dominasse aquele ponto, controlava o rio e entrava por meio dele para chegar até a cidade. E os holandeses não perderam tempo. "As batalhas foram ali em Cabedelo e, nesse fortelzinho, houve um episódio famoso das invasões holandesas, dos irmãos que resistiram para levar mantimentos", acrescentou.

Igrejas eram meios de defesa

As defesas de um local não se estabeleciam somente através dos fortes. As igrejas também eram meios de defesa. A Igreja da Guia, que fica no município de Lucena, no Litoral Norte da Paraíba, é um exemplo. Ela funcionava como uma espécie de fortaleza. Sua localização em um ponto alto permite ainda hoje uma visão privilegiada do litoral.

"Havia uma disputa muito

grande aqui pela ocupação desse território. Então, tudo funcionava como meio de defesa. Não eram só os fortes. E, além das igrejas, as casas grandes também serviam como tal", observou José Octávio.

No episódio de Tracunhaém, em 1574, que precede a ocupação da Paraíba, quando o engenho foi atacado e incendiado, matando cerca de 600 pessoas, a luta ocorreu perto de Goiana (PE). O historiador relatou que era numa casa grande. "Os índios chegaram lá e destruíram tudo". A estrutura militar, conforme ressaltou, estava sempre presente.

Uma torre que ainda resiste

Em Santa Rita, existe uma torre de observação que ainda resiste, a Torre do Atalaia, erguida por portugueses e espanhóis, em 1585. "Essa torre ainda está de pé. Ali foi criado um lugar elevado que permanece lá. Era um posto de observação muito alto e, dela, se via todo o litoral até Cabedelo. Localizada entre os municípios de Santa Rita e Lucena, segundo José Octávio de Arruda Mello, "essa torre de observação também funciona como um meio de defesa porque colocavam canhões ali e atiravam, mas era, sobretudo, um posto de observação".

No especial 'A Paraíba e o Litoral Norte - de Santa Rita a Mataraca', publicado em 2016 pela Editora A União, o historiador conta que a Torre do Atalaia é um atrativo histórico construído em alvenaria de arenito. "...de onde se descortinavam os longes de todo município. Servia de ponto de observação para a defesa deste, articulado com sistema de proteção que ia dos Fortes de São Felipe e São Tiago, até a Pontinha de Lucena, na margem esquerda do Rio Paraíba", diz um trecho.

Em ruínas

A Torre do Atalaia, em Santa Rita, hoje em ruínas, era um ponto de observação erguido pelos portugueses e espanhóis



Cresce demanda para tratar pacientes com doenças raras

Existem no mundo cerca de sete mil doenças consideradas raras e, no Brasil, 13 milhões de pessoas sofrem desses males

José Carlos dos Anjos Wallach
Especial para A União

A busca por ajuda faz parte do cotidiano dos portadores de doenças raras e define o estado de espírito de doentes e seus familiares, na Paraíba como no restante do Brasil. Faltam-lhes médicos preparados, centros de atendimento especializado e remédios. O quadro dramático coloca centenas de famílias na condição de negadas pelo Estado Brasileiro, que não tem uma política pública específica para o tema e deixa esses pacientes à mercê de um sistema público de saúde que não os enxerga.

O tema doenças raras ainda é tabu, mas a cada dia cresce a demanda por atendimento, à medida que os diagnósticos – ainda muito complicados e difíceis – também avançam.

Snides Caldas é pai de Jade, garota de dez anos, portadora de Tay Sachs, uma doença de origem genética, degenerativa, causada por deficiência da enzima Hexosaminidase A, que levam a sintomas neurológicos graves, comprometendo as funções do corpo, levando à morte prematura. Há seis anos ele luta por atendimento médico, remédios, diagnósticos e tudo que possa dar qualidade de vida à filha, cujo estágio da doença já afetou a locomoção, fala, deglutição e comprometimento pulmonar.



Foto: Divulgação

Jade atualmente recebe o atendimento médico em casa; doença degenerativa já afetou a locomoção, fala, deglutição e os pulmões

O relato de um pai

É uma luta interminável, cansativa e extremamente dura. Em vários momentos pensei em desistir da militância e me dedicar exclusivamente ao tratamento e aos cuidados da minha filha. É uma luta cruel e desigual contra uma doença progressiva e sem cura. Mas não são só esses os problemas, as decepções são muitas, falta de empatia de pessoas próximas, de profissionais de saúde, políticos... Pessoas que se aproveitaram da causa para promoção pessoal... O que ainda me faz perseverar na luta é a procura de ajuda e informações por parte de algumas famílias. Jade tem praticamente tudo que é necessário para o tratamento paliativo, com equipe multidisciplinar acompanhando 24h/dia, entre médicos especializados, enfermeiras 24h, várias sessões terapêuticas diárias com fonoaudióloga, terapia ocupacional, fisioterapia motora e respiratória, atendimento home care e plano de saúde. Mas isso foi através de muita luta, precisei recorrer à judicialização por três vezes para ter o direito ao tratamento digno que minha filha merece. No Brasil, estima-se que mais 90% das famílias não conseguiram alcançar essa condição para os seus pacientes, por várias razões: por não ter acesso ao atendimento especializado, a um plano de saúde, por falta de informação, por dificuldade de acesso a um laudo médico especificado, ausência de assistência judiciária..."

Snides Caldas, pai de Jade

+ A importância do acolhimento da família

A busca dele por tratamento de Jade rompeu as divisas da Paraíba, chegou a centros de pesquisa do sul do país e alcançou debate internacional, envolvendo pesquisadores europeus, na 7ª Conferência das Famílias Europeias Tay-Sachs, Sandhoff Diseases, entre os dias 12 e 14 de julho de 2019, em Würzburg, na Alemanha. Nas busca pelo tratamento apropriado para a filha, Snides descobriu algo tão importante quanto cuidar do paciente: dar acolhimento à família. Foi por esse viés que ele conseguiu enriquecer em conteúdo e efetividade a luta em prol dos raros na Paraíba.

Antes disso havia uma demanda, nunca atendida, pela criação no Estado de uma unidade do Instituto Sara Kubitschek. Hoje, por causa da sua militância, a bandeira é construir centros de atendimento especializado para os pacientes e de acolhimento às famílias.

O ativismo fez do pai de Jade uma referência para famílias em que há portadores de doenças raras no país. "São muitas as famílias que procuram ajuda. Precisam de informações, remédios, consultas, orientações. Muitas delas não sabem a quem recorrer. A rigor, não há mesmo, porque o sistema de saúde não está preparado. Eu vivi isso lá atrás: bate um desespero quando a gente vê nosso filho passando por uma situação dessa, sobretudo quando se busca ajuda e se percebe que não há. A começar pelo diagnóstico, que é uma coisa complicada e requer conhecimento", diz Snides Caldas.

Snides Caldas com a filha Jade, que é portadora da doença rara Tay Sachs, de origem genética, degenerativa, provocada por deficiência da enzima Hexosaminidase A

Frentes parlamentares

Em 2019, Snides Caldas enviou ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adriano Galdino, solicitação para que fosse colocada nas discussões da Casa a questão dos pacientes raros. Então, ele tomou conhecimento de que já havia na AL, duas frentes parlamentares: uma, presidida por Raniery Paulo, que trata das doenças raras, e outra, presidida por Tovar Correia Lima, com foco em autismo. No mesmo ano, a AL unificou as frentes que passaram a se chamar Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas com Doenças Raras e Autismo, ficando a presidência com o deputado Raniery.

Numa sessão especial, em junho daquele ano, para debater o quadro das doenças raras na Paraíba, que reuniu deputados, especialistas, representantes de entidades, portadores de doenças e suas famílias, no auditório da Casa, o presidente da Frente, deputado Raniery Paulino, já pedia que as famílias desses doentes instrumentalizasse os deputados que formavam o grupo para que eles pudessem atuar mais efetivamente na busca pelas soluções.

Raniery Paulino requereu à Mesa Diretora da AL que enviasse à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e à Unifacisa para que se manifestem a respeito da criação de disciplinas sobre doenças raras em seus cursos de Medicina. "A reitora da UEPB nos disse que vai levar o pleito para apreciação do Conselho Superior, e avaliou que as chances de aprovação são grandes", revelou o parlamentar. Já o reitor da UFPB avaliou a demanda como "justíssima e necessária". Também foi de autoria do deputado Raniery, por solicitação de Snides Caldas, um requerimento solicitando celeridade do INSS nas avaliações dos processos encaminhados a esse órgão, entre eles o BPC. A AL aprovou e encaminhou ao instituto.

Foi criada na Câmara Municipal de Campina Grande uma Frente Parlamentar do mesmo tema, presidida pelo vereador Olímpio Oliveira, o que ampliou a voz dos pacientes e familiares raros.

Capital deve ter centro de referência em dois anos

No último dia 13, a primeira-dama do país, Michelle Bolsonaro, esteve em João Pessoa, onde visitou um terreno no bairro Bancários. Ela anunciou que nessa área será erguido um hospital destinado ao atendimento de pessoas com necessidades especiais e portadores de doenças raras. Este seria o Centro de Atendimento a Doentes Raros e suas Famílias defendido por pacientes e entidades.

Michelle Bolsonaro afirmou que R\$ 15 milhões serão investidos, mas os recursos ainda estão sendo arrecadados junto a outras instituições, entre elas o Senado. A proposta é que o hospital esteja pronto em dois anos. O que antes seria uma unidade especializada instalada em prédio anexo ao HU, agora será o Complexo Municipal de Doenças Raras, a ser contruído em uma parceria da Prefeitura da capital com o Governo Federal.

De acordo com informações do portal da PMJP, o projeto será composto por sete equipamentos. Destes, já existem três: a Apae (Associação de Pais e Amigos de Excepcionais), a casa de acolhimento às famílias e pacientes de doenças raras, que conta com seis apartamentos, e a praça inclusiva.

"Em terrenos vizinhos serão construídos o Centro Especializado de Reabilitação (CER-IV), que teve sua pedra fundamental lançada nessa sexta-feira (13/8), e o primeiro Hospital de Doenças Raras e Deficiência do Brasil. Este último será erguido em terreno cedido pela Prefeitura", acrescenta texto do portal. E segue:

"Outro equipamento será o Centro de Referência em Doenças Raras (ambulatorio). Este espaço está sendo reformado pela Prefeitura e será inaugurado no dia 3 de novembro, na abertura do II Congresso Nacional de Doenças Raras em João Pessoa. Ele fica localizado no antigo CRC dos Bancários. O último prédio a compor a estrutura é uma escola municipal bilingue, onde a segunda língua será Libras".

Referências

A União Europeia considera como raras as doenças com prevalência inferior a 5 por 10 mil habitantes. No contexto mundial, existe uma variável máxima da prevalência de 0,5 a 7 por 10 mil habitantes e, no Brasil, está em torno de 6,5 por 10 mil habitantes. Estima-se que existam mais de sete mil doenças raras no mundo. Esse número é variável devido à introdução constante de novas doenças nos sistemas de classificação. Afetam de 420 a 560 milhões de pessoas no mundo e, no Brasil, aproximadamente 13 milhões de pessoas sofrem com as DR, traduzindo-se em cerca de 6% a 8% da população brasileira.



Seminário Diocesano que funciona na capital acompanha, atualmente, a formação de 40 rapazes que se preparam para ser padres, entre eles Pedro Patrício (na foto em detalhe)

Foto: Otílio Antônio

Foto: Arcevo pessoal

A rotina de dedicação e estudos para servir à vida religiosa

Para se tornarem padres, jovens passam por uma década de preparação; de 50 candidatos por ano, o seminário seleciona dez

Carol Cassoli
Especial para A União

“Um padre é uma pessoa como outra qualquer”. Seguro de que pode desmistificar a ideia popular de que a Igreja é formada por figuras etéreas, o seminarista Pedro Patrício de Souza Neto explica que muito se enganam aqueles que veem nos padres pessoas inacessíveis. Dedicados a viver pela fé, os seminaristas devotam suas vidas à Igreja e dividem seus dias entre as atividades próprias à vida religiosa e a rotina que todos os cidadãos compartilham. E o

“Somos pessoas normais. O padre, por exemplo, é retirado do meio do povo, formado e após este processo formativo - que é um grande retiro - ele volta para este mesmo povo para servir.”

objetivo deles é um só: tornarem-se sacerdotes.

Apenas na Arquidiocese da Paraíba e na Diocese de Guarabira, cerca de 70 rapazes estão em formação. Se forem consideradas, ainda, as outras dioceses do Estado (das regiões de Campina Grande, Patos e Cajazeiras), o número ultrapassa uma centena de seminaristas sob orientação das igrejas locais.

Na capital, o Seminário Arquidiocesano da Paraíba acompanha a formação de cerca de 40 rapazes que se preparam para atenderem ao

chamado de Deus. De acordo com o reitor do Seminário, o padre Luiz Carlos Machado, o universo da vocação é um caminho de discernimento de um processo de preparação longo. São, em média, dez anos de formação; parte deles, vivida no Seminário Arquidiocesano. “Tornar-se seminarista é o primeiro passo para a realização de um projeto de vida”, afirma.

O reitor explica que, anualmente, aproximadamente 50 rapazes demonstram interesse em iniciar a vida vocacional. Destes, porém, apenas dez são selecionados para a etapa introdutória do propedêutico; o pontapé à vida religiosa. Pedro Patrício é um destes dez homens que, há quase dez anos, decidiu que atenderia ao chamado divino e ofereceria sua vida ao povo de Deus.

Durante a trajetória até se tornar seminarista, Pedro conta que o caminho foi longo. “Meu primeiro chamado vocacional foi aos quinze anos, no começo do ano de 1997”, lembra. Hoje, aos 40 anos, analisa que foi a primeira vez que percebeu a possibilidade de seguir um caminho com uma configuração evangélica mais comprometedor: “Aquele foi o momento em que, de fato, eu vi o despontar de um chamado vocacional.”

Pedro afirma que a única diferença entre um seminarista (ou mesmo um padre formado) e as outras pessoas é o chamado vocacional voltado ao serviço. “Somos pessoas normais. O padre, por exemplo, é retirado do meio do povo, formado e após este processo formativo - que é um grande retiro - ele volta para este mesmo povo para servir”, resume.



Processo de formação requer reflexão e evolução

O padre Joanderson Marinho, um dos reitores do Seminário São José, da Diocese de Guarabira, destaca que a formação eclesial faz parte de uma experiência que une cinco dimensões formativas, busca integrar o ser humano e segue o ‘Dom da Formação Vocacional’, um documento internacional válido para toda a Igreja Católica. Segundo o padre Joanderson, as dimensões formativas são: evolução pastoral, desenvolvimento humano-afetivo, desenvolvimento espiritual e os aprimoramentos intelectual e da vida em comunidade. Além disso, devido às mudanças da sociedade, uma última dimensão pode ser adicionada atualmente, que nada mais é que o traço missionário da Igreja.

“A primeira coisa que a gente precisa considerar é que tudo é re-

sultado de um chamado de Deus. Por isso o processo de discernimento vocacional leva tempo”, constata.

Além disso, o padre Joanderson explica que tudo deve ser feito com muita cautela, porque, em diversos casos, o despertar vocacional é ilusório. Em outras situações, o chamado pode ser confuso, porque alguns rapazes vêm de ambientes que desfavorecem o encontro com Deus.

O próprio Pedro Patrício é um exemplo de pessoa que ouviu esse chamado cedo e foi influenciado positivamente pela família e seguiu o caminho da fé. A vivência em escolas religiosas também foi importante para trilhar um caminho de crença.

Segundo o padre Luiz Carlos Machado, atingir o discernimento vocacional pode ser complicado e, por isso, quando um jovem manifesta

interesse em se dedicar integralmente à religião, é necessário que uma equipe acompanhe e oriente esta pessoa. Desta forma, até que um rapaz se torne, de fato, seminarista, é necessário que ele passe por um processo inicial em que uma equipe formativa, composta por padres e psicólogos, estará junto com ele durante um ano.

Além disso, outro ano é dedicado ao acompanhamento de eventos preparatórios que permitirão a entrada no Seminário Menor (onde acontecem as atividades propedêuticas). Após a conclusão do Seminário Menor, em que os jovens iniciam sua formação religiosa, tem-se início o Seminário Maior, onde são realizados os cursos superiores na Ciência Interrogativa (Filosofia) e na Ciência Sagrada (Teologia).

Manutenção e a rotina de um seminarista

O padre Luiz Carlos Machado detalha que, para tornar possível a formação de novos sacerdotes, no entanto, é necessário que toda a comunidade cristã se articule. Por isso, a Obra das Vocações Sacerdotais (OVS) é uma alternativa que viabiliza o sustento e manutenção da formação sacerdotal.

Por meio da OVS é possível que as paróquias arrecadem fundos (materiais e espirituais) para contribuir com os dez anos em que cada seminarista passará estudando com professores mestres e doutores nas ciências eclesiais.

Novos tempos e sacerdotes

Apesar de os tempos serem outros e a juventude estar cada vez mais dispersa, Pedro confia na

sabedoria de Deus e relata que o Espírito Santo continua convocando jovens à servidão. Segundo ele, por este motivo não há baixas no número de rapazes participando dos seminários católicos.

Pedro Patrício não se esquece que os sacerdotes são seres humanos e que esta é uma experiência de amor. O seminarista aproveita, também, para afirmar que durante a formação os jovens têm férias e não vivem enclausurados. Por outro lado, no entanto, reforça que não há férias dos planos de Deus e, por isso, até mesmo durante o recesso acadêmico, continuam servindo às suas paróquias de proveniência.

Para ele, que escolheu a vida religiosa aos 31 anos, o processo ordinário de formação presbiteral

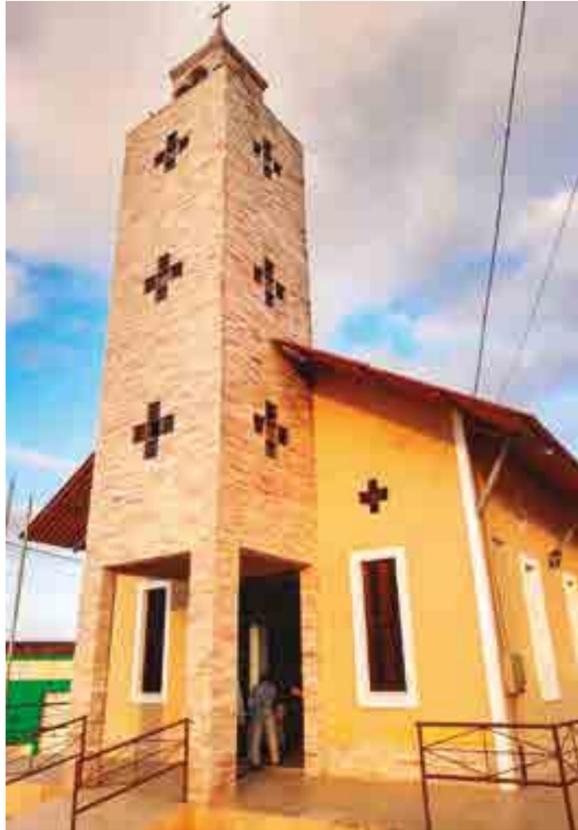
foi um tempo dedicado ao amadurecimento como ser. “Acho que todo mundo pensou em desistir. Mas o chamado é mais forte, até mesmo porque ele é dado pelo próprio Deus”.

Diante da necessidade de se cumprir inteiramente à convocação de Deus, os seminaristas seguem uma rotina que mescla devoção e integração entre corpo, alma e espírito. Para isto, diariamente, cumprem uma série de tarefas, que envolvem orações, estudos, reflexões e a prática de atividades para entretenimento coletivo. Além disso, os seminaristas realizam todos os trabalhos domésticos necessários à manutenção dos seminários em que estão morando.



Santa Cecília é produtora de jeans e tem dois padroeiros

Localizada na divisa com Pernambuco, cidade do Agreste paraibano aproveita posição geográfica para fomentar economia



Santa Cecília é um município com grande tradição de celebrações religiosas



Município localizado no Agreste possui igrejas datadas do início do século passado



Estátua de Padre Cicero, localizada no Sítio Pororoca, na zona rural do município

Iracema Almeida
iracemalubarino@epc.pb.gov.br

A pequena Santa Cecília, com pouco mais de sete mil habitantes, fica na mesorregião do Agreste paraibano, a 215 quilômetros de João Pessoa. Com 25 anos de emancipação política, o povoamento da localidade é ainda uma incógnita, pois segundo alguns moradores mais antigos a cidade possui mais de 100 anos e há quem fale até em 400 anos, já que a placa da primeira igreja parece ter sido alterada e até hoje não sabe se data correta é 1606 ou 1906.

O município faz divisa, ao sul, com o Estado de Pernambuco e essa posição geográfica acabou por interferir na economia da cidade, onde cerca de mil pessoas têm na costura seu sustento. As várias fábricas de jeans produzem cerca de 10 mil peças mensais, que são destinadas aos centros comerciais de Toritama, que fica a 38 quilômetros, Santa Cruz do Capiberibe (59 quilômetros) e Caruaru, uma distância de 95 quilômetros. Santa Cecília também é conhecida por sua extração de minérios, usados na fabricação de cal – que contribui com a geração de renda para mais de 200 famílias – e a agropecuária, com a criação de caprino e bovinos.

Santa Cecília é banhada pelos Rios da Conceição (no Sítio Lagoa do Barro) e Boi Seco (no sítio com esse mesmo), além do Riacho Cafundó que são boas opções para quem procura aproveitar as belezas naturais da cidade, com banhos em águas limpas pelas paisagens de mata verde do Agreste. As sedimentações rochosas, como a Pedra do Talhado e o Caldeirão, também são atrações para se apreciar um pôr do sol em meio aos montes, localizado na zona rural do sítio Massapê.

De acordo com o prefeito municipal, através do departamento de Cultura e Turismo, a gestão já está realizando projetos turísticos com trilhas para os rios que banham a cidade e para as igrejas históricas. “Estamos à frente da gestão há oito meses e nossa intenção é explorar as belezas de Santa Cecília, fazendo surgir mais um setor para fomentar a economia local, com roteiros religiosos e passeios pelos sítios”, afirma Marclio Farias.

Festas e tradição religiosas

Na cidade, o catolicismo é tão predominante que possui dois padroeiros: São Severino e Santa Cecília, as celebrações para homenagear os santos é chamada de Festa dos Mártires e acontece todos os anos de 13 a 22 de novembro. Tem ainda os festejos de Nossa Senhora da Conceição, em dezembro, que reúne milhares de devotos nativos e regiões vizinhas para celebrar a fé e a história da primeira igreja do município.

“Aqui, o povo é muito religioso. Missas, novenas e procissões fazem parte do cotidiano de todos. Quase toso os sítios têm a sua própria capela ou igreja, além da nossa Matriz dos Mártires São Severino e Santa Cecília, que fica no centro da cidade”, explica o diretor municipal de Cultura, Bruno Vaz.

Inclusive tem até uma estátua de Padre Cicero, no Sítio Pororoca, na zona rural, atraindo centenas de fiéis do padre cearense, que não podem ir pagar suas promessas no Horto do Juazeiro do Norte, no Ceará, onde fica a estátua ‘original’ do religioso.

Origem do nome da cidade

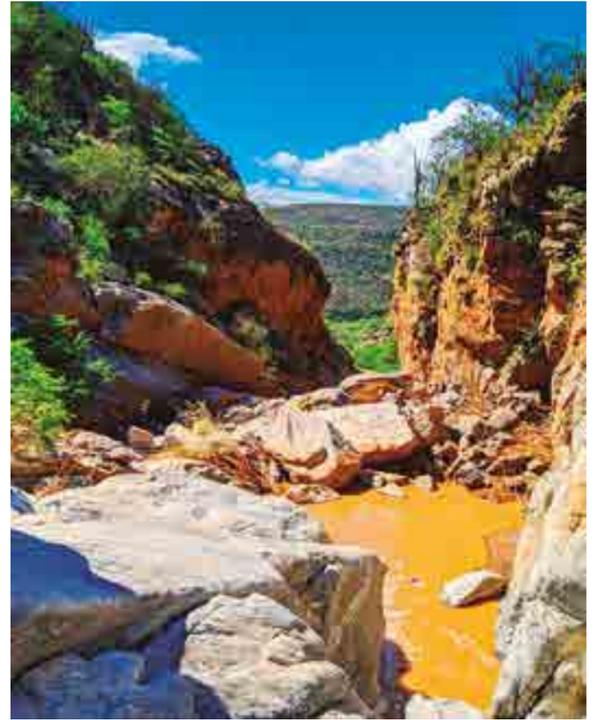
Como a maioria das cidades do Nordeste, os festejos juninos também fazem parte do calendário municipal. Santa Cecília conta com o carnaval fora de época: Cecifolia, que é realizado em um sábado anterior à semana do feriado nacional; a Festa do Leite, celebrada todo dia 1º de maio; e a Festa de Natal, em 24 de dezembro, com apresentações para todo o público.

“Essas são as principais festas da cidade que atraem público de todas as cidades vizinhas, que por consequência impulsiona a economia do município e gera renda para os moradores do nosso município”, ressalta o prefeito.

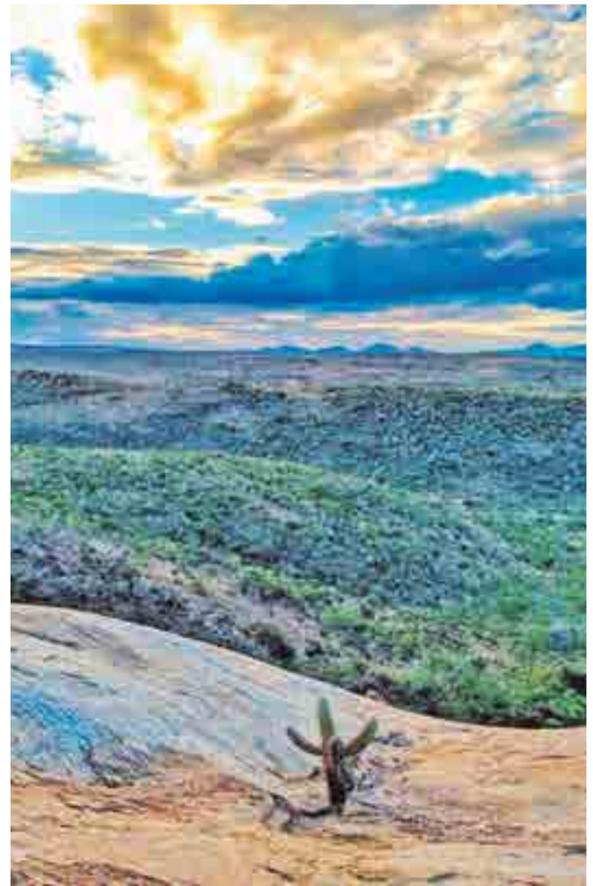
O nome da cidade é em homenagem à santa e a uma de suas primeiras moradoras, Cecília Sales, conhecida por Cisia. Ela morava em uma casinha à margem do Rio Paraíba, de onde nunca saiu, mesmo depois de ter sido abandonada pelo marido, João Lopes, filho de um senhor de engenho de Nazaré da Mata, Pernambuco, que foi em busca de aventuras pelas florestas do Amazonas.



Rio da Conceição, situado no Sítio Lagoa do Barro, é um dos dois que banham a cidade



Riacho Cafundó tem belas paisagens e é uma das atrações naturais da região



Pedra do Talhado é uma sedimentação rochosa de onde se aprecia o pôr do sol

Fotos: Divulgação



Foto: Edison Matos

Joel Cavalcanti
cavalcanti.joel@gmail.com

Hoje, a cantora e compositora Fernanda Takai se junta mais uma vez com a Orquestra Ouro Preto em transmissão virtual ao vivo trazendo repertório em homenagem ao maestro Tom Jobim (1927-1994). O encontro acontece no Estúdio Sonastério, em Nova Lima (MG), às 18h30, e pode ser acompanhado pelo público por meio do canal 500 da Claro TV (Canal Like), através do canal da Orquestra no YouTube ou ainda na programação da rádio e do app SulAmérica Paradiso, que patrocina o evento.

No concerto, músicas que compõem o disco *Tom da Takai*, com mistura dos clássicos 'Chega de Saudade', 'Corcovado' e 'Insensatez' com outras do "lado B" do mestre da bossa nova, a exemplo de 'Olha pro céu', 'Aula de Matemática' e 'Ai quem me dera'. A apresentação antecede a comemoração dos 50 anos da cantora de voz leve e suave, que lidera a banda Pato Fu há quase três décadas.

A combinação de Takai com a bossa nova soa ideal, pois é a união de uma voz que parece ter sido talhada para o ritmo que modernizou a música brasileira no final da década de 1950 e irradiou a partir da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro uma estética minimalista que se opunha aos grandes cantores de rádio com grande potência vocal e dramática. "Eu não tenho muita emissão vocal, sou uma cantora de microfona. Cantar próximo ao microfone favorece a minha voz", confirma Fernanda Takai em entrevista para *A União*. "O (Roberto) Menescal falou que se eu tivesse nascido naquela época, estaria no apartamentinho lá com eles. 'Você é do nosso jeito'", teria dito um dos fundadores da bossa nova, comparando Takai com Sylvia Telles e Nara Leão, a quem foi dedicado o primeiro álbum solo da carreira da cantora, o *Onde Brilhem os Olhos Seus* (2008).

Completando 50 anos de vida na próxima quar-

Fernanda Takai canta raridades de Tom Jobim



Foto: Íris Zanetti/Divulgação

No repertório, mistura dos clássicos *Chega de Saudade*, *Corcovado* e *Insensatez* com o "lado B", como *Olha pro céu*, *Aula de Matemática* e *Ai quem me dera*

Junto com a Orquestra Ouro Preto, vocalista do Pato Fu fala ao Jornal A União sobre sua participação no concerto que será transmitido gratuitamente na internet

ta-feira (dia 25), é possível dizer que a bossa nova precisou vir antes do nascimento de Takai para possibilitar que vozes como a dela tivessem espaço e fossem valorizadas. "Fui vivendo a vida e de repente cheguei aos 50. É uma coisa que você não fica pensando quando vai chegar, na hora que você vê, já aconteceu. Eu acho que estou passando por essas idades de forma muito natural. É bom que seja assim, não tenho muita crise esté-

tica e nem de ficar pensando nisso o tempo todo", reflete a artista amapaense.

A ideia de interpretar canções de Tom Jobim partiu de Roberto Menescal durante um show em 2017 que ambos realizaram juntos com Marcos Valle, em comemoração aos 80 anos de Menescal, que rapidamente fechou um repertório e, em conjunto com Valle, criou os arranjos que redundou no já citado álbum *Tom da Takai* (2018). Para a apresentação

da noite de hoje, além da Orquestra Ouro Preto, sob a regência de Rodrigo Toffolo, estará presente a banda com a qual a artista excursionou, como Fernando Merlino (piano), Diego Mancini (baixo), Caio Plínio (bateria) e Thiago Delegado (violão e vocais). Os arranjos para orquestra são do gaúcho Arthur de Faria.

Cantar bossa nova depois de 63 anos do lançamento de 'Chega de Saudade' traz também o contraste

com o projeto de nação que se tinha no final da década de 1950. "A bossa nova representa uma das melhores faces do nosso país. É o Brasil que tinha cara de Brasil, que era admirado, respeitado e que as pessoas queriam ter perto. Hoje, ninguém quer ter brasileiro por perto, até porque a gente não sabe se é do tipo de brasileiro que quer vacina ou se é negacionista. É esquisito demais", compara Takai. "No nosso país, cada dia é um assom-

bro", complementa a cantora e compositora radicada em Belo Horizonte.

Sem ter completado ainda as duas doses da imunização, evitando ensaios e sem frequentar restaurantes, Takai chegou a lançar um disco em julho do ano passado, mas não saiu em turnê. "Na verdade, eu nem montei banda ou ensaiei porque não sei quando isso pode acontecer", detalha. "A insegurança paira. Tem gente que acha que a pandemia já acabou. Isso só cria um ambiente geral de incerteza", protesta Takai, que se refugia na música que projetou o país internacionalmente. "Ouvir bossa nova faz bem. Cantar Tom Jobim, que cantou tão bem os amores do Brasil, as paisagens e fez grandes vozes de fora cantar a sensação de ser brasileiro é muito importante", defende.

O canto-falado e cantar baixinho de Takai não se inibe diante de ser uma solista de uma orquestra. Ela, que é graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, não tem formação erudita e enxerga na oportunidade uma chance de trazer as pessoas mais próximas da música de concerto. "As vezes que cantei com orquestra, os arranjos foram muito construídos em torno do que eu poderia cantar. Os arranjos para esse espetáculo foram construídos sob medida pra mim", explica Takai. "Esses momentos são muito bons. Quando canto com uma orquestra, eu fico com vontade de fazer uma turnê inteira com orquestra, o que é uma loucura no Brasil, porque é muito difícil a logística", arremata.



Através do QR Code acima, acesse o canal no YouTube da Orquestra Ouro Preto

+ Banda Pato Fu inicia comemoração dos 30 anos de estrada

Enquanto Tom Jobim se apresentava pela última vez com João Gilberto no Municipal do Rio de Janeiro, depois de décadas sem se falarem, em 1992, Fernanda Takai, então com 21 anos, criava a banda de rock alternativo Pato Fu. Para comemorar as três décadas no próximo ano, o grupo prepara uma turnê por todo o país, e já começou a relançar em plataformas digitais de áudio versões masterizadas de músicas menos conhecidas do grande público e vídeos raros e de bastidores no canal de YouTube da banda mineira.

Patu Fu é composta por Fernanda Takai, John Ulhoa, Ricardo Koctus, Glauco Nastacia e Richard Neves, tem 12 álbuns lançados, fora os registros ao vivo e a série do projeto *Música de Brinquedo*, e a cada mês vem trazendo momentos importantes de cada disco. Neste mês de agosto, o álbum lembrado nos canais digitais é o *Toda Cura Para Todo Mal*, de 2005. "É uma forma de fazer as pessoas lembrarem do que a gente já construiu, os fãs antigos lembrarem como uma saudade boa e para os novos é uma oportunidade de fazer um mergulho no



Foto: Divulgação

Grupo mineiro é formado pelos músicos Richard Neves, John Ulhoa, Fernanda Takai, Ricardo Koctus e Glauco Mendes (da esq. para dir.)

que a banda já produziu", destaca Fernanda Takai, citando que todos os dias haverá postagens de cenas dos primeiros shows, vídeos inéditos, exclusivos e raridades. No Spotify, a banda já estendeu essa celebração com o relançamento de sete singles masterizados.

A iniciativa vem para suprir uma ausência da banda que, as-

sim como tantas outras formadas na década de 1990, tem passado por um período de dificuldades na pandemia. Entre esses grupos que estão encerrados, parados ou com suas formações desfiguradas estão Raimundos, Planet Hemp, O Rappa, Nação Zumbi, Charlie Brown Jr. e Sepultura. Se de um lado isso representa uma

perda de espaço para o sertanejo e o funk, projetos pessoais de seus integrantes como o de Fernanda Takai, que já lançou seis álbuns fora do Pato Fu, entre eles um com ex-guitarrista do The Police, Andy Summers, indica uma busca por novos públicos. "O Pato Fu sempre esteve no limite entre o *mainstream* e o

underground. Nós tivemos um momento de aceleração de carreira e tem momentos que são muito calmos. Tão calmos que a gente consegue fazer outras coisas", explica a vocalista.

Takai afirma que nesses 30 anos já arrumou muito trabalho para si e que o desafio é administrar o tempo, a cabeça e "conter a fúria de que a banda me sufoca", nas suas palavras. "No meu caso, eu nunca pensei em sair (do Pato Fu). Tenho noção que a banda não tem essa agenda sufocante. Talvez seja uma fórmula que não te dê muita certeza de que você está em exposição e que te dá muito dinheiro, mas te dá uma tranquilidade", garante.

A última apresentação do Pato Fu em João Pessoa foi em 2018, quando trouxe o *Música de Brinquedo 2*, no Parque Sólton de Lucena, e a intenção é que a comemoração dos 30 anos da banda traga o grupo novamente aos palcos paraibanos. "Já faz muito tempo, temos que voltar. Eu já recebi vários recados do povo nas redes para voltar a João Pessoa. Tá na mira, pode deixar", promete Fernanda Takai.

Artigo

Estevam Dedalus
Sociólogo | colaborador

O caso Afeganistão

Depois de 20 anos de ocupação do Afeganistão, os Estados Unidos partiram em retirada, deixando um país arruinado.

A promessa após o 11 de setembro, com a invasão ao Afeganistão, era a de pôr um fim no Talibã, desarticular os grupos terroristas que dele recebiam proteção, modernizar economicamente o país e criar um sistema de governo mais democrático que garantisse direitos fundamentais para a população.

Nada disso viria a acontecer. O Talibã retomou o controle do governo, não houve grandes avanços no desenvolvimento econômico, nem a construção de um regime democrático.

A ocupação norte-americana criou uma grande desestabilização política, deixando um rastro de destruição que será muito difícil de ser reparado.

Ironicamente, o Talibã recebeu apoio dos Estados Unidos desde que deu seus primeiros passos. A estratégia era a de frear o que ainda existia das forças progressistas que chegaram a controlar o país após a Revolução de Saur, em 1978, com o apoio da União Soviética.

Os soviéticos, assim como os Estados Unidos, invadiram o Afeganistão numa guerra que seria um fracasso e que ajudaria a acelerar o fim da União Soviética.

A consequência do conflito foi a desestruturação política interna e o estabelecimento de uma guerra civil que levaria o Talibã ao poder.

Um grupo formado por estudantes islâmicos fundamentalistas, defensores da Xaria (direito islâmico) e da teocracia. Eles preconizam, entre outras coisas, a submissão das mulheres, a retirada delas do mundo público, das escolas, universidades e da política.

Num contexto de grande instabilidade social, política e guerra civil, o discurso fundamentalista acaba produzindo

um efeito mobilizador, apelando para um importante elemento da identidade nacional, e transformado em poderosa arma política.

É difícil prever o futuro. Não duvido, porém, que o novo governo Talibã acene para uma pacificação do país, o que não significa necessariamente que garantirão liberdades fundamentais, democracia e liberdade para as mulheres.

Por outro lado, começa a se desenhar uma aproximação entre o governo Talibã, China e Rússia. Os chineses avaliam como estratégico o estabelecimento de relações diplomáticas que possibilitem impedir conflitos em sua fronteira, em especial na região de Xinjiang, que é majoritariamente muçulmana, rica em petróleo, bastante sensível a ataques terroristas e um alvo da propaganda ocidental contra a China.

A estabilização das relações com o Afeganistão permitiria ainda o avanço do projeto das Novas Rotas da Seda.

A expectativa é a de que a China ajude no processo de reestruturação afegã, construindo grandes equipamentos públicos de infraestrutura.

Em troca de matérias-primas importantes como lítio, cobre e nióbio, como de um caminho alternativo para escoar seus produtos, diminuindo um pouco a dependência do Mar do Sul da China, uma das áreas mais problemáticas do planeta.

Precisamos ficar atentos aos desdobramentos desses acontecimentos. Como se comportarão os Estados Unidos? Quais passos dará o Paquistão que originalmente foi um dos financiadores do Talibã? Como realmente se moverão China e Rússia? De que modo o Talibã governará? Buscará o consenso interno e o reconhecimento internacional, ou criará um brutal regime de terror?

Estética e Existência

Klebber Maux Dias
klebmaux@gmail.com | colaborador

Perversidades do poder científico-tecnológico

O bem-estar social construído a partir do diálogo entre sociedade, ciência e tecnologia, não deve priorizar a ciência por apresentar as verdades absolutas sobre tudo e todos, porque deve-se priorizar as necessidades da sociedade e do cidadão a partir da consequência do bem comum proposto pela ciência, que, por sua vez, a criatividade humana potencializa o desenvolvimento tecnológico. Isso percepção crítica deve iniciar na formação escolar de jovens, de forma a inserir disciplinas de conteúdos tecnológicos na matriz curricular, tendo projetos de pesquisa com impactos sociais, a fim de construir a harmonia social e atender as necessidades materiais da comunidade onde reside. A criatividade da ciência em sua inovação tecnológica deve ser extraída da espontaneidade e da consciência do pertencimento social dos jovens, enquanto educando.

O filósofo alemão Hans Jonas (1903-1993) apresentou uma proposta ética para a civilização tecnológica. Ele afirmou que a modernidade se caracteriza pela supremacia da racionalidade científica na interpretação e compreensão do mundo, da vida, da existência em sua totalidade, que se radicaliza na contemporaneidade pela disposição da técnica em todos contextos da existência humana. Nessa perspectiva, os princípios éticos de Hans Jonas sugerem respostas aos desafios tecnológicos de nosso tempo ao poder destrutivo que o homem alcançou sobre a natureza e as implicações inaceitáveis à condição humana, que este poder prático detém sobre si mesmo. A partir dessa análise, entende-se que a iminente possibilidade de destruição ou alteração da vida em todo planeta exige que este poder “científico-tecnológico” seja acompanhado do princípio da responsabilidade e de preservação para com a vida em sua totalidade. A proposta de Hans Jonas afirma que todas as éticas compartilham estas premissas entre si: a condição humana, resultante da natureza do homem e das coisas, permanece no fundamental fixo de uma vez para sempre; a partir do fundamento fixo e dos princípios é possível determinar com precisão o bem humano; o alcance da ação humana e de sua responsabilidade está rigorosamente definido. Essas premissas permitem interpretações objetivas para entender o comportamento humano. Porém, o desenvolvimento “científico-tecnológico” demonstrou que essas premissas sofrem mudanças no

Foto: Divulgação
Jonas: ética de preservar todas as espécies e a natureza

caráter da ação humana, ao forçar a contínua mudança nos princípios universais da ética. Observa-se no processo histórico da convivência humana a existência de um poder violento e destrutivo gerados a partir das ações humanas, também da violação às leis da natureza.

A violência gerada através das ações humanas diante das forças dos fenômenos da natureza deixa a existência humana vulnerável. Nesse contexto, essas ações se tornam destrutivas. Por exemplo, dessa violência pode-se observar: o aquecimento global; a destruição dos rios; a fabricação das armas nucleares; novas doenças a partir do desequilíbrio térmico em todas espécies, dentre tantos outros efeitos catastróficos e irreversíveis. Tudo isso apresenta a possibilidade do desaparecimento da espécie humana.

Diante da maldade humana, Hans Jonas afirmou a necessidade de se ter a capacidade de rever os princípios de ética tradicional fundamentada sobre pressupostos antropocêntricos e de criar uma racionalidade técnico-científica a fim de preservar a vida humana e manter o equilíbrio do planeta Terra. Percebe-se nas teses de Jonas a proposta de solucionar as crises a partir de uma nova forma de pensar diante das consequências das nossas ações, dos avanços “científicos-tecnológicos” que garantam a dignidade humana e à preservação da existência de todas as espécies.

O princípio da responsabilidade sugere o reconhecimento de que a

natureza tem um direito moral próprio, que pensar o bem humano implica em reconhecer que existe na natureza um fim em si mesma, para além das vontades e necessidades humanas. O fundamento desse princípio ético se apresenta na forma de “cuidado universal como forma de dever ser do comportamento humano no mundo”. Isso implica que se impõem aos seres humanos na contemporaneidade desafios éticos que se desdobram da necessidade de garantir o futuro às novas gerações. Deve-se estabelecer a necessidade da construção de um universo moral, em que o ser humano reconheça que a existência de tudo aquilo que está em seu entorno possui um fim em si mesmo, que é de preservar o respeito para a vida em seu todo, porque é a natureza humana reconhecer as próprias limitações espaço-temporais da existência. Deve-se admitir que a construção de um mundo moral, desdobra-se a preservação de um mundo físico, e isso significa conservar a natureza nas suas condições vitais, o que significa preservá-lo em sua fragilidade e vulnerabilidade, contra as ameaças da maldade do poder “científico-tecnológico”.

Preservar a natureza é manter-se contra a contradição e falseabilidade que envolve o poder da ação técnica, que estabelece a partir de uma assimetria em relação à fragilidade da condição humana, por mais que se tenha estabelecido leis que expliquem seu funcionamento, porque não se percebe o conjunto de probabilidades que uma ação humana — maldosa — desencadeia no seu poder de fúria e destruidor. Diante disso, percebe-se que o poder humano é mínimo e insignificante em relação à força da natureza contra a perversidade das ações humanas. Pode-se concluir que as teses de Hans Jonas, ao pensar a sociedade e os impactos negativos do poder “científico-tecnológico”, sugere uma nova ética, a fim de potencializar a capacidade moral ao poder de agir e intervir na preservação da existência de toda espécie e equilíbrio da Terra.

■ Sinta-se convidado à audição do 332º Domingo Sinfônico, deste dia 22, das 22h às 0h. Em João Pessoa-PB sintoniza FM 105,5 ou acesse através do aplicativo radiotabajara.pb.gov.br. Vamos conhecer o regente e violinista romeno Sérgio Celibidache (1912-1996). Ele apresenta um estilo espirituoso, esse desempenho se deve aos estudos no zen budismo. Nesta edição, ele vai reger peças do século 19.

Kubitschek
Pinheiro

kubipinheiro@yahoo.com.br

O amor acabou

Restam poucas pessoas amorosas. Isso aqui não é autoajuda. Jamais. Quando eu digo que o amor acabou, não é para tocar na ferida dos fracassados. É coisa que eu vejo, que eu sinto.

Quando vi a notícia da morte do ator Paulo José, fiquei triste. Lembro dele moço e eu também. No dia seguinte, veio a notícia da morte de Tarcísio Meira. Eu já estava contando a boiada.

Desde de 7 de julho, quando perdemos o jornalista Walter Galvão, sinto que o mundo se tornou uma caixa minúscula, apenas um quadrado, um berço, onde cabe um bebê, essa criaturinha linda que nós amamos tanto. Saudade de WG.

Fui ver Sílvia, a menina da Salomé Espínola, que fez dez meses por esses dias e senti o pulsar. Me senti vivo novamente. Senti que ali existia amor. A menina no clarão da luz do mar do Cabo Branco, me encantou. Pensei em ser pai novamente...

Aqui, no computador (hoje o melhor lugar da minha casa), a minha imagem, por vezes desfocada, por vezes triste, um sorriso besta, eu canto uma canção para aliviar qualquer dor.

Não sou pessimista. As minhas mãos a passar no rosto, a disfarçar lágrimas, como se eu não soubesse, que o amor acabou. Não há distância que impeça de irmos buscar o amor.

Entreí no Banco do Brasil de Tambaú, cuja parede de vidro me mostra o mar e sua gente, garotas em seus patins, uns vão de bike, outros falam sozinhos, quando sou acordado por uma moça, que fazia um discurso chorando, relatando algo relacionado à fome, para contar o que se passava na sua vida triste, da sua mãe, de seu pai, seus filhos. É preciso coragem.

Quanto mais alto ela falava, mais as pessoas saíam da cena.

Odeio diversos adjetivos. Dei 20 reais a ela, era o que eu tinha e saí em silêncio procurando a indiferença que os outros haviam deixado cair na calçada. O amor pelo outro, sabe?

Eu sou apaixonado pela vida, mais intensamente impossível. E me sinto triste com a falta de amor. Fiquei somente com minha coleção de poesia. E ainda dizem: tenha paciência! Paciência não tem nada a ver com o amor.

O amor por escrito não vale quanto pesa, o amor tem que ser recíproco, sentido, tem que ter sentido, com ação e reação no início, meio e fim. Ouvir ‘Melodia Sentimental’, de Villa-Lobos, já é um pouco de amor.

Os dias aparecem repletos, invadidos por curtas mensagens, umas engraçadas que as outras, alguns enigmas, muitas tão cruéis...

Eu comecei a entender a vertigem de muitos, desta coisa de estarmos sempre ligados – todos juntos e separados, a luta pela grana para alimentar alguém, para se alimentar, comprar os remédios, não mais a cachaça.

Aos que nos cercam, abro os braços. Dias tocam nossas vidas, velhos sinais sonoros, sinais sonoros de avisos. Aos vivos, a promessa de que amanhã vai ser outro dia, mas essa música é manjada, não se encaixa no amor.

Só mais uma coisa – isso não é autoajuda. É o pulsar do meu texto, que fala por mim.

Na verdade, certos pontos de vista amorosos não resistem nem a um argueiro. Nem todos os rios são navegáveis.

Kapetadas

1 – A real é que a gente jamais saberá o que o outro sente.

2 – Alguém sabe dizer em que temporada da pandemia estamos?

3 – Som na caixa: “E se um dia eu me for / Para onde Deus me levar / Mesmo assim, meu amor / Com você vai ficar”, Rogério Duarte.

Foto: Divulgação



“Ouvir ‘Melodia Sentimental’, de Villa-Lobos (foto), já é um pouco de amor”

Colunista colaborador

Alex Santos

Cineasta e professor da UFPB | colaborador

'Kaos': uma expressão tão ancestral quanto cinema

Foto: Divulgação



Irmãos Vittorio (E) e Paolo Taviani (D), premiados cineastas italianos que dirigiram o longa 'Kaos' (1984)

Considerado um dos maiores dramaturgos italianos, também escritor e poeta, Luigi Pirandello cunhou a máxima que diz: "Continuam a viver em nós, todos aqueles que já se foram." O insigne Prêmio Nobel de Literatura de 1934 referia-se, apenas, aos seus próprios ancestrais ("aqueles") ou às pessoas todas do mundo e seus eventos? Perduram indagações...

Parodiando o aforismo acima, ousou afirmar que continuam em cada um de nós não apenas as memórias dos nossos antepassados, mas também alguns vocábulos, expressões e feitos de outrem, que, por razões várias, são cotejados através do real manifesto exercício da arte. Não obstante, jamais deveriam ser plagiados como sendo uma inovação pessoal de quem as usam. Isso, quer seja no plano da literatura, do cinema e até da música; ou, de alguma maneira, por alguém que, já dispondo de mídia, possa fazê-lo.

Na Língua Portuguesa existem vocábulos e aforismos, e são muitos, que nos fazem pensar sobre os seus legítimos significados. Quando ferida a própria etimologia da palavra, algumas viram neologismos, outras são meramente repetidas à exaustão, ganhando assim foros desprezíveis, modernices e até supostas autorias. É o caso do vocábulo *Kaos* - de origem grega ("Kháos"), de domínio e uso deveras remotos pelo povo; em nossa língua grafado de "Caos", cujo sentido houve de ser, dentre vários, inclusive o de distinguir o atual sistema de governo brasileiro, não menos o "front" representado pela grande maioria dos políticos, na sua obscuridade, incerteza, até "negacionismo".

Conforme se sabe, na inata visão dos historiadores, a expressão "Caos"

representa a seguinte metáfora: "Na origem de tudo, há o Abismo, *Kháos* para os gregos. Caos é a personificação do vazio primordial, muito anterior à criação, no tempo em que a ordem ainda não tinha sido imposta aos elementos do mundo." Portanto, *Kaos* não é um invento de alguém do nosso tempo.

Visualizando-se, então, as teses acima referidas em termos de cinema, evocando mais uma vez Pirandello, teremos no vocábulo a titulação de um dos filmes mais emblemáticos do real cinema italiano de todos os tempos. Uma produção bastante remota, que data do início dos anos 1980 e que teve o prazer de assistir em DVD doméstico, mais uma vez, desde os meus tempos de pós-graduando na Universidade de Brasília. Presente que me fora dado pelo meu orientador de tese e amigo, também cineasta Pedro Jorge de Castro.

Kaos é uma obra singular dos Irmãos Taviani - Vittorio e Paolo, que trabalha-

ram sempre juntos. Vittorio Taviani faleceu em 2018, sendo seu último filme *Uma Questão Pessoal*, de uma lista de mais de 20. Conforme sabemos, a dupla foi influenciada politicamente pelo cinema de Roberto Rossellini, justo, a partir do impactante *Paisá*, de 1946. Cinema que o confuso Arnaldo Jabor, por ter sobrado com seu documentário *Opinião Pública* no Festival de Pesaro, em 1984, classifica o cinema italiano da época de "falta de talento" (sic).

Em cinco histórias bem contadas, ambientadas numa Sicília conturbada, no final do século 19, *Kaos* fala de uma mãe humilde, que passa toda sua vida à espera de notícias dos filhos, que emigram para América. Um belo filme, que recomendaria sem reservas de ofício, justamente para aqueles que, de forma enganosa, continuam afirmando que a expressão "Kaos" é uma invenção musical do presente. - Mais "coisas de cinema", no blog: www.alexasantos.com.br.

Letra Lúdica

Hildeberto Barbosa Filho
hildebertopoesia@gmail.com

Tempo de cartas

Houve um tempo de cartas. Escrevi muitas e muitas recebi. Destas últimas guardei quase todas num arquivo pessoal que conservo como precioso escaninho da memória individual. Destas cartas, muitas são íntimas e dizem respeito apenas ao comércio subjetivo e confidencial dos correspondentes, pertencendo, assim, a um pequeno tesouro psicológico e a situações e vivências de cunho eminentemente particular.

Aqui e ali, pego as tardes de domingo, esse dia triste e melancólico por excelência, para folhear e reler, à distância espiritual, algumas palavras daquelas conversas íntimas que se perderam nas léguas do tempo.

Há as cartas que vou classificar como as da vida literária. Estas, talvez, possam despertar o interesse de outrem, para além do círculo estreito do remetente e do destinatário. Relendo muitas delas, e me colocando como um leitor afeiçoado ao gênero epistolar, percebo, nelas, algum valor histórico, documental, filosófico, estético, permeando a lógica do pensamento e dourando o corpo da frase.

Se nessas cartas, os autores falam de obras literárias, comentam passagens desse ou daquele texto, sugerem leituras, remetem para certos detalhes na esfera da criação artística, não deixam, paralelamente, de falar de si mesmos, já na pele do leitor, do poeta, do ficcionista, do ensaísta ou do crítico literário.

Quando lhe enviei *O livro da agonia e outros poemas*, Manoel de Barros assim me respondeu: "(...) Não tenho dúvidas de que se trata de um poeta (...) Gosto mais dos poemas antigos. Das coisas de que você gosta mais. Do Testamento. Me tocam mais as coisas desimportantes; são mais concretas que as agonias. E são mais despedaçadas".

Ora, tais palavras serviram a mim e a certa linhagem de minha poesia. Pode servir a você, caro leitor, ou poeta que me lê. Aqui se desenha, quem sabe, uma concepção de poesia ou algum critério existencial e estético para uma "gramática expositiva do chão", tão bem explorada pela voz do poeta pantaneiro.

"O testamento", a que ele se reporta, é um dos meus poemas antigos e de que mais gosto. Nele, me aproprio da linguagem jurídica para, numa reformulação livre e poética do discurso cartorial e forense, inventariar meus bens essenciais como legados para as pessoas que amo. Peça típica de minha vertente lírica e telúrica com a qual, parece, o grande poeta de Mato Grosso se identificou, talvez porque seja esta uma de suas matrizes expressivas fundamentais.

Ainda sobre *O livro da agonia*, e nessa mesma chave do telurismo, o poeta cearense Francisco Carvalho afirmou, em carta mui generosa: "(...) Sua poesia tem a textura forte das imagens da terra. Toda ela é urdida de símbolos e metáforas que traduzem vigorosamente o universo do autor. Enquanto celebra palpitações da natureza que o rodeia, o poeta fala "dos que uivam de amor/do vento da nuvem do medo/dos rascunhos da mosca, da caligrafia/de tudo que apenas se esboçou".

Francisco Carvalho, poeta órfico de grande engenho e arte, também tem, no telurismo, uma das forças motrizes de sua soberba poesia. Os versos que cita são do poema *Motivos para o meu verso*, espécie de profissão de fé que mescla, num só tecido verbal, temas existenciais e agônicos com a verdade imparcial dos elementos da terra. Ressaltando aspectos desta linhagem lírica, dentro de meu território poético, Francisco Carvalho, de certa maneira, chama a atenção do leitor para um dos seus percursos temáticos seminais, tão bem desenvolvidos em obras, como *As verdes léguas* e *Rosa dos eventos*, entre tantas outras.

Com o tempo cartas deste tipo foram escasseando. As novas tecnologias como que decretaram o seu silêncio, perdendo-se, assim, um repositório de ideias, conceitos e informações indispensáveis ao acervo da vida literária. Sinais, provavelmente, dessa nova era virtual. Sem dúvida, eficaz, eficiente, efetiva, porém, fria e anônima.



Próximo Fest Aruanda prorroga inscrições

Foram prorrogadas as inscrições para a 16ª edição do Fest Aruanda do Audiovisual Brasileiro, que será realizado entre 9 e 15 de dezembro, na capital paraibana. O interessado deve acessar a plataforma do festival e fazer sua inscrição até o dia 20 de setembro, que pode ser no formato de curta ou longa-metragem.

Segundo informa o produtor-executivo do certame, Lúcio Vilar, membro da Academia Paraibana de Cinema (APC), cadeira 24, o festival será novamente de forma mista, em razão da pandemia, através da plataforma Aruanda Play e na Rede Cinépolis de João Pessoa.

Em cartaz

ESTREIAS

CAMINHOS DA MEMÓRIA (Reminiscence. EUA. Dir: Lisa Joy. Ficção Científica, Romance e Thriller. 14 anos). Nick Bannister (Hugh Jackman), um investigador particular da mente, navega o mundo sombrio do passado ajudando seus clientes a acessar memórias perdidas. Vivendo nas margens do litoral da Miami submersa, sua vida muda para sempre quando ele aceita uma nova cliente, Mae (Rebecca Ferguson). Uma questão simples de achados e perdidos se torna uma perigosa obsessão. Ao lutar para descobrir a verdade sobre o desaparecimento de Mae, ele descobre uma conspiração violenta, e terá que responder à pergunta: até onde você iria para manter as pessoas que ama por perto? CINÉPOLIS MANAÍRA 10 - VIP (leg.): 13h45 - 16h30 - 19h15; CINE SERCLA TAMBÁ 3 (dub.): 15h20 - 17h30 - 19h40; CINE SERCLA PARTAGE 4 (dub.): 16h20 - 18h30 - 20h40.

FREE GUY: ASSUMINDO O CONTROLE (Free Guy. EUA. Dir: Shawn Levy. Comédia, Fantasia e Ação. 12 anos). Um caixa de banco (Ryan Reynolds) preso a uma entediante rotina tem sua vida virada de cabeça para baixo quando descobre que é um personagem em um jogo interativo. Agora, ele precisa aceitar sua realidade e lidar com o fato de que é o único que pode salvar o mundo. CINÉPOLIS MANAÍRA 7 (dub., 2D): 15h30 - 18h10 - 20h50; CINÉPOLIS MANAÍRA 9 - MacroX: 14h15 (dub., 3D) - 17h (dub., 3D) - 19h40 (leg., 2D); CINÉPOLIS MANGABEIRA 1 (dub., 2D): 15h45 - 18h30 - 21h16; CINÉPOLIS MANGABEIRA 5 (dub.): 14h15 (2D) - 17h (3D) - 19h45 (3D); CINE SERCLA TAMBÁ 5 (dub.): 15h - 17h10 - 19h20; CINE SERCLA PARTAGE 2 (dub.): 16h - 18h10 - 20h20.

CONTINUAÇÃO

DOIS + DOIS (Brasil. Dir: Marcelo Saback. Comédia. 16 anos). Diogo (Marcelo Serrado) e Emília (Carol Castro) estão juntos há 16 anos, têm uma filha adolescente, e passam por uma fase entediante. Mas tudo vira de cabeça pra baixo quando eles descobrem que os melhores amigos, Ricardo (Marcelo Laham) e Bettina (Roberta

Rodrigues), têm um casamento aberto. Mais do que isso, são adeptos da prática de troca de casais, vivem super seguros com a escolha e tentam convencê-los de que é possível ser muito feliz levando esse estilo de vida, digamos, mais liberal. A notícia cai como uma bomba. Depois de reagir mal à ideia, Emília se anima e convence Diogo a pelo menos ir a uma festa com a "turma" de Ricardo e Bettina. É aí que começa uma série de acontecimentos que vai abalar a vidinha mais ou menos do casal. Será que eles vão deixar o cúmes de lado e acabar aderindo à prática? CINÉPOLIS MANAÍRA 2: 21h15.

O ESQUADRÃO SUICIDA (The Suicide Squad. EUA. Dir: James Gunn. Super-Herói, Ação, Aventura e Fantasia. 16 anos). O governo envia os supervilões mais perigosos do mundo para a remota ilha de Corto Maltese, repleta de inimigos. Armados com armas de alta tecnologia, eles viajam pela selva perigosa em uma missão de busca e destruição com o Coronel Rick Flag. CINÉPOLIS MANAÍRA 4 (dub.): 15h - 18h - 21h; CINÉPOLIS MANAÍRA 11 - VIP (leg.): 17h15h - 20h15; CINÉPOLIS MANGABEIRA 4 (dub.): 14h30 - 17h30 - 20h30; CINE SERCLA TAMBÁ 4 (dub.): 14h30 - 17h - 19h30; CINE SERCLA PARTAGE 1 (dub.): 15h30 - 18h - 20h30.

O HOMEM NAS TREVAS 2 (Don't Breathe 2. EUA. Dir: Rodd Sayagues. Suspense. 16 anos). Anos após os eventos do primeiro filme, o Homemcego (Stephen Lang) vive escondido em uma isolada cabana, com uma garota órfã que ele começou a cuidar após um incêndio. Mas sua existência pacífica é dilacerada quando um grupo de sequestradores levam a garota, forçando-o a sair do seu lugar seguro para salvá-la. CINÉPOLIS MANAÍRA 8: 14h (dub.) - 16h40 (dub.) - 21h20 (leg.); CINÉPOLIS MANGABEIRA 2 (dub.): 14h - 19h - 21h20; CINE SERCLA TAMBÁ 1 (dub.): 16h45; CINE SERCLA TAMBÁ 2 (dub.): 19h; CINE SERCLA PARTAGE 3 (dub.): 20h; CINE SERCLA PARTAGE 5 (dub.): 17h45.

UM LUGAR SILENCIOSO - PARTE II (A Quiet Place Part II. EUA. Dir: John Krasinski. Terror, Suspense e Thriller.

14 anos). Logo após os acontecimentos mortais do primeiro filme, a família Abbott (Emily Blunt, Millicent Simmonds e Noah Jupe) precisa agora encarar o terror mundo afora, continuando a lutar para sobreviver em silêncio. Obrigados a se aventurar pelo desconhecido, eles rapidamente percebem que as criaturas que caçam pelo som não são as únicas ameaças que os observam pelo caminho de areia. CINÉPOLIS MANAÍRA 8 (leg.): 19h.

O PODEROSO CHEFINHO 2: NEGÓCIOS DA FAMÍLIA (The Boss Baby: Family Business. EUA. Dir: Tom McGrath. Comédia e Animação. Livre). Os irmãos Tim e Ted, agora estão adultos e vivendo vidas separadas. Enquanto Tim construiu uma vida calma no subúrbio com sua esposa, Carol, e as filhas, Tabitha e Tina, Ted se transformou em um mega empresário que resolve todos os problemas com dinheiro. Mas quando Tim descobre que sua filha caçula também é agente do BabyCorp, ele precisará da ajuda do irmão mais novo para lidar com a situação. CINÉPOLIS MANAÍRA 2 (dub.): 13h30 - 16h - 18h40; CINÉPOLIS MANAÍRA 11 - VIP (dub.): 14h30; CINÉPOLIS MANGABEIRA 2 (dub.): 16h30; CINÉPOLIS MANGABEIRA 3 (dub.): 13h20 - 15h50 - 18h15; CINE SERCLA TAMBÁ 1 (dub.): 18h45; CINE SERCLA TAMBÁ 2 (dub.): 14h50 - 16h50; CINE SERCLA PARTAGE 3 (dub.): 15h50 - 17h50; CINE SERCLA PARTAGE 5 (dub.): 19h45.

VELOZES E FURIOSOS 9 (F9 The Fast Saga. EUA. Dir: Justin Lin. Ação e Aventura. 14 anos). Dominic Toretto (Vin Diesel) e Letty (Michelle Rodriguez) vivem uma vida pacata ao lado de seu filho Brian. Mas eles logo são ameaçados pelo passado de Dom: seu irmão desaparecido Jakob (John Cena). Trata-se de um assassino habilidoso e motorista excelente, que está trabalhando ao lado de Cipher (Charlize Theron), vilã de Velozes & Furiosos 8. Para enfrentá-los, Toretto vai precisar reunir sua equipe novamente, inclusive Han (Sung Kang), que todos acreditavam estar morto. CINÉPOLIS MANGABEIRA 3 (dub.): 20h45.

Serviço

• Funesec [3211-6280] • Mag Shopping [3246-9200] • Shopping Tambá [3214-4000] • Shopping Partage (83)3344-5000 • Shopping Sul [3235-5585] • Shopping Manaíra (Box) [3246-3188] • Sesc - Campina Grande [3337-1942] • Sesc - João Pessoa [3208-3158] • Teatro Lima Penante [3221-5835] • Teatro Ednaldo do Egypcio [3247-1449] • Teatro Severino Cabral [3341-6538] • Bar dos Artistas [3241-4148] Galeria Archidy Picado [3211-6224] • Casa do Cantador [3337-4646]

Agosto das Letras é encerrado com o 'Quadrinhos Intuados'

Quadrinistas nordestinos, como o paraibano Mike Deodato Jr., falam em painel virtual sobre como é viver do ofício

Guilherme Cabral
guilhermecabral@epc.pb.gov.br

"Viver de quadrinhos?", essa pergunta também é o tema do debate virtual que acontece hoje, no 'Quadrinhos Intuados', encontro regional de quadrinistas que ocorre dentro da programação da 7ª edição do Agosto das Letras, realizada pela Fundação Espaço Cultural da Paraíba. Os convidados para o bate-papo, com mediação de Iramir Araújo, são o paraibano Mike Deodato Jr., Talles Rodrigues (CE) e Luiza de Souza, mais conhecida como Ilustralu (RN), com transmissão a partir das 19h, pela TV Funes (www.youtube.com/tvfunes).

Antes desse debate, às 16h, haverá o painel "Vendendo quadrinhos", com Manassés Filho, da plataforma Gibizada (PB), Larissa, da RV Cultura e Arte (BA), e Ander Catunda, da Reboot (CE).

Natural da cidade de Fortaleza, mas residindo há cerca de quatro anos em São Paulo, o cearense Talles Rodrigues vai participar pela primeira vez do tradicional 'Quadrinhos Intuados', evento que, assim como o Agosto das Letras, também se encerra hoje. "Vai ser um momento de terapia de grupo, pois estamos tentando responder a essa pergunta há algum tempo. Eu sinto que vivo com os quadrinhos, que é de onde tiro meus conhecimentos para outras atividades, pois também sou ilustrador, designer e composição visual. O quadrinho gera reconhecimento", confessou ele, acrescentando que morar numa grande metrópole tem contribuído para manter e ampliar seus contatos nessa área da HQ.

"Teremos oportunidade de discutir um tema mais ligado ao empreendedorismo, para trazer nossos pés para o chão, já que realizamos uma atividade onde costumamos ficar no mundo da lua, além de servir como uma oportunidade para mostrar que a região



Foto: Edson Matos



Fotos: Divulgação



Debate remoto "Viver de quadrinhos?" terá Deodato (foto maior) detalhando seu sucesso no mercado estrangeiro, além do cearense Talles Rodrigues (acima) e a potiguar Ilustralu (abaixo) falando sobre seus projetos

Nordeste também tem muitos bons quadrinistas, ainda mais agora, através das *lives* que estão acontecendo no atual momento", afirmou Talles.

O quadrinista cearense lembrou que obteve reconhecimento profissional a partir, principalmente, de duas produções. Uma foi o lançamento, através de campanha pela plataforma Catarase, da série de seis volumes *Mayara & Annabelle*, duas funcionárias públicas de uma secretaria que lutam contra demônios e outras entidades sobrenaturais, com roteiro de Pablo Casado. Talles disse que está aguardando a publicação da versão compilada dos três volumes iniciais pela editora Conrad, de São Paulo. A outra foi o quadrinho-reportagem *Cortabundas*, que é sobre um caso policial real nos anos 1980, em Fortaleza.

O paraibano Mike Deoda-

to Jr. pode muito bem ser considerado como "um caso de sucesso" na área da HQ. "Vivo de quadrinhos desde 1991, depois que passei a publicar a revista *Santa Claws*, que se eu fosse traduzir seria 'Papai Cruel', pela editora Malibu, dos EUA. Saí dos jornais, como *A União* e *Correio da Paraíba*, e da GR Publicidade, locais onde trabalhava na época, em João Pessoa, e continuei trabalhando para várias editoras pequenas, nos EUA, até chegar a DC Comics, em 1994, onde fiz a *Mulher-Maravilha*. Em 1995, assinei com a Marvel e fiquei por 24 anos, ou seja, até 2019, quando saí para voltar a fazer como comecei, que é produzir quadrinhos independentes", relembrou o paraibano.

"Foi um círculo completo, pois comecei e terminei voltando para o início. Saí porque não concordava com algumas coisas. Dois exemplos: a sé-

rie que fiz para a Marvel, *Iron Heart*, ou *Coração de Ferro*. Criei esse personagem há cerca de dois anos e deverá virar uma série de TV no canal da Disney até o final deste ano e não vou ganhar nada, porque o contrato vale para a revista. Também criei a personagem Artemis, que aparece no primeiro filme da *Mulher-Maravilha*, mas não ganhei nada, a não ser aparecer nos créditos. É a política deles. Atualmente, faço quadrinhos autorais e posso, por exemplo, procurar uma editora para negociar a publicação, mas sou dono dos direitos", afirmou Deodato, acrescentando que, mesmo não publicando primariamente no Brasil, seu trabalho retorna ao público brasileiro.

Mike Deodato acredita que é possível se viver apenas de quadrinhos no Brasil. "Mas é difícil, porque o brasileiro não tem o hábito da leitura

e o preço pago por página é muito baixo", argumentou ele, lembrando que um exemplo conhecido é o de Mauricio de Sousa, criador da Turma da Mônica. O quadrinista admitiu que seu reconhecimento no Brasil e em âmbito internacional se deu pela qualidade e a dedicação ao trabalho. "A situação está diferente, hoje, em relação ao passado, pois existe a internet, por onde o quadrinista pode se autopublicar, ou utilizar plataformas como a Catarse para obter recursos financeiros através do público, o que substitui o atravessador, que é a editora".

Ilustralu, que participará pela terceira vez do evento, também possui opinião formada a respeito do tema do encontro. "Acredito que viver só de quadrinhos é difícil. Houve um tempo em que a ilustração garantia mais o meu sustento do que os quadrinhos e, hoje,

a minha maior entrada é dos quadrinhos".

Através da *webcomic* intitulada *Arlindo*, sobre um menino do interior do Rio Grande do Norte buscando entender o seu papel no mundo, Ilustralu obteve boa receptividade, resultando na Editora Seguinte, vinculada à Cia. das Letras, lançar uma edição física em junho passado, através de uma campanha da autora potiguar no Catarse.



Através do QR Code acima, acesse o canal oficial da Funes no YouTube

Essas coisas

Carlos Aranha
c.aranha@yahoo.com | Colaborador

Entre a astronomia e a astrologia

Não sou muito amante da ciência oficial, como ela aparece por aí - categórica, rançosa, autoritária e sem humor.

Entretanto, não ando também a querer extrair sangue ou leite das páginas de Nostradamus, nem de profetas como a dos maias.

(Nunca esqueço quando, há pouco mais de 10 anos, algumas pessoas tentaram o suicídio por causa de uma interpretação equivocada, ou de má-fé, de que o mundo chegaria ao fim no mês de dezembro).

Considero que em todas as coisas de astrologia, ocultismo, etc., é necessário acontecer um devido rigor na separação entre o joio e o trigo.

Há uma leva de astrólogos despreparados, seguindo métodos incorretos ou incompletos, em plena segunda década do século 21. Tenho lido e escutado tanta besteira por aí...

Astrologia não é mera brincadeira. Não é para qualquer pessoa que deseja transferir seu desejo de domínio mental (e outros domínios, inclusive os se-

xuais), para um campo cósmico, universal, que leva a explicações sobre mitos dos gêneros e divindades.



É preciso ter bastante cuidado quando se vem a discutir assuntos como os de ocultismo e astrologia.

Infelizmente não há, no Ocidente, uma tradição de jornalismo científico.

No final da década de 80, cá na Paraíba, Evandro da Nóbrega (foto) tentou a criação de um grupo ou entidade para desenvolver um jornalismo científico. Não deu. Não houve suficiente eco.

A divulgação científica na imprensa brasileira é escassa.

Nada acontece de interessante na área, à exceção da página sobre ciência na *Folha de S.Paulo*, da coluna *Atualidade científica no Estado de S. Paulo* e de uma página dominical no *Diário de Pernambuco*.

Ver um cometa ou um asteroide a olho nu é uma aventura menor que atravessar o corpo e a alma do próximo como se o atrevimento fosse o de atravessar a si mesmo, para reverificar se realmente os raios maiores vindos de alguns planetas (como sempre vem demonstrando a astronomia) podem afetar a saúde de alguém (como nas teorias da astrologia).

Melhorei muito minha visão sobre isso quando li *A chave da alquimia*, de Paracelso (volume 2 da Biblioteca Planeta, pela Editora Três).

Sou um dos que confluem para os pontos de mutação e equilíbrio entre a astronomia e a astrologia.

Charles e Lestat

Gostaria de escrever com o tom da inocência ou dos inocentes. No entanto, parece que tanto ela como eles estão invisíveis.

Marcel Proust entrou no tempo, como se ele estivesse perdido. Parece-me que o tempo, assim expressado, relaciona-se à inocência e aos inocentes. Dirigi o olhar para o ponto mais distante e oscilante do horizonte e descobri que o Atlântico como os outros oceanos não recuperam o tempo. Por consequência, irrecuperáveis estão a inocência e os inocentes. Quanto à minha, é apenas uma parte da memória.

Estou viciado em horizonte. Não somente o marítimo. Apenas a sua ausência de limites, a sua falta de fim, me deixa retroceder

através de meu próprio avanço imaginário, imagético. Com isso ganho mais *insights*.

Deus deixou de ser um mistério e não é necessário o Papa Francisco para dar explicações ou bênçãos. Nunca compreendi tanto o Ser Maior como/ quanto nesta estação de cósmicas turbulências.

Deus e os anjos sonham. Não são sem forma(s). A reunião de nossas formas é uma das prováveis formas de Deus. Inluam-se os anjos.

Ou se é, ou não. A indecisão hamletiana não é uma questão. É uma resposta definitiva da razão ocidental, da qual Shakespeare foi uma de suas mais fiéis traduções, tradições e... traições. Charles ou Lestat? O Anjo 45 ou o vampiro? Dos dois, quem mais próximo do real?



Foto: Marcus Antonius/Arquivo

Plano diretor traça rumos de desenvolvimento da cidade

Com atraso, João Pessoa começa a discutir elaboração da lei que norteará políticas, investimentos e prioridades

Iluska Cavalcante
cavalcanteiluska@gmail.com

O Plano Diretor de João Pessoa já espera por uma revisão há dois anos. De acordo com a lei, é necessária uma revisão a cada dez anos. Na capital paraibana, isso deveria ter acontecido desde 2018. A espera faz com que os projetos de crescimento e desenvolvimento da cidade não avancem.

De acordo com a arquiteta e urbanista do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba (CAU-PB), Camila

Leal, além do Plano Diretor ser uma política de mobilidade e desenvolvimento da cidade, é essencial para a população de baixa renda. “Para a população, principalmente de baixa renda, que demanda dessas políticas de habitação, é um ponto fundamental. A consolidação das zonas especiais de interesse social, por exemplo, é direcionada pela legislação do plano diretor”, disse.

O crescimento da cidade sem um planejamento traz desequilíbrio, segundo explica a especialista. “O nosso

código de obras é da década de 1970. Perceba quantos anos que a gente tem de defasagem. Dos parâmetros que foram definidos lá atrás, na década de 70, tudo foi pensado para uma cidade que não tinha a dimensão que tem hoje e as coisas comecem a entrar em desequilíbrio”.

Na opinião da arquiteta, o prazo de dez anos para a revisão do documento é um intervalo grande e suficiente para realizar o trabalho. Com o atraso, o desenvolvimento da cidade fica ain-

da mais defasado. “O prazo legal previsto pelo estatuto da cidade são de dez anos. O que já é um intervalo grande. Se a gente pensar o que João Pessoa era há dez anos, vemos diferenças significativas e quanto mais tempo passa mais fica defasado o que está escrito no papel em relação ao que está sendo construído na prática”, explicou.

O projeto de revisão do Plano Diretor teve início em João Pessoa em abril deste ano e tem a previsão de ser concluído em cerca de 20 meses. Atualmente, a fase

é de escutar as necessidades das comunidades e seus representantes. De acordo com a presidente do Núcleo de Estudos e Análise Urbana da Prefeitura Municipal de João Pessoa, Valéria Von Buldring, até o fim do ano que vem o projeto deve chegar à Câmara de Vereadores para ser apreciado.

Segundo Valéria, que também coordena o projeto na PMJP, o Plano Diretor é dividido em cinco fases. Atualmente, está sendo desenvolvido o cronograma através da consulta em 14 regionais

na cidade. “Estamos executando reuniões com cada regional. As regiões são divididas em grupos de bairros. Nós nos reunimos em escolas próximas das regionais com os representantes da comunidade”.

A fase atual é de escutar a população, tendo como resultado a criação de um diagnóstico a ser analisado. Na opinião da coordenadora, a agilidade nesse processo é essencial. “O planejamento da cidade fica parado sem a revisão do Plano Diretor”, comentou.

Foto: Divulgação PMJP

Participação popular

A falta de participação da população, no entanto, tem sido uma preocupação para os profissionais da área de urbanismo. De acordo com a arquiteta e professora Marcele Trigueiro, representante da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), há um descontentamento de algumas entidades acerca das metodologias adotadas pela Prefeitura.

Segundo a professora, uma delas é a falta de participação popular na elaboração do Plano. “Já foi pensado sem a articulação com a população e já existe um calendário de apresentação da proposta extremamente corrido e enxuto. É muito difícil a população ser ouvida adequadamente. As entidades se reuniram para contestar essa metodologia pela Prefeitura”, enfatizou.

Na opinião da arquiteta, para um melhor resultado no Plano Diretor, é necessário escutar as necessidades de todos os âmbitos da sociedade. “Eu sou arquiteta, então, quando a gente desenha uma casa, vai procurar saber do cliente o que ele deseja. E a cidade é uma cidade de todos. Por esse princípio básico, é necessário entender que todas as representações devem ser ouvidas e seus desejos implementados”.

A representante do projeto da Prefeitura, Valéria Von Buldring, garantiu que a comunidade foi ouvida. No entanto, devido à pandemia, as reuniões só puderam receber representantes. “Existe um movimento que fica falando na internet. Mas estamos na pandemia, não foi possível trazer todos para as reuniões. São representantes da comunidade, eles foram eleitos pelas suas associações”.

A coordenadora ressaltou ainda que o processo está acontecendo de forma legítima. “Não podemos colocar 200 mil pessoas de um bairro inteiro dentro de um único lugar. O Ministério Público está ciente, o promotor está acompanhando, a Câmara está acompanhando”, disse.



A Prefeitura tem realizado reuniões com representantes da comunidade, mas entidades e profissionais da área reclamam da reduzida participação popular

Legislação complementar também será atualizada

A representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba, Camila Leal, explicou que, além da revisão do Plano Diretor, também está sendo realizada uma revisão na legislação complementar urbanística. Essa atualização é fundamental para definir a imagem de João Pessoa. “É o nosso código de obras que vai definir como as construções podem ser feitas,

o que são os recursos que podem ter, quanto do terreno pode ser ocupado. Tudo isso, apesar de a gente pensar que é uma coisa muito técnica, isso é produção de cidade, é como a nossa cidade vai se apresentar, que imagem vai ter”, comentou.

Um exemplo da forma como a legislação influencia na cidade é a construção de torres à beira-mar. A

arquiteta traz o exemplo da capital de Pernambuco, Recife, onde a construção de prédios muito altos é permitida na orla. “Hoje, João Pessoa tem a proibição na sua legislação da construção de torres à beira-mar, o que a torna diferente de Recife, por exemplo, onde a gente tem sombra na praia ao meio-dia porque tem prédios altíssimos construídos”.

Ricardo Westin

Agência Senado

Há 60 anos, o presidente Jânio Quadros deixou o Brasil atônito. Sem aviso prévio, ele enviou um bilhete ao Congresso Nacional comunicando que havia abandonado a Presidência da República. O governo, que deveria ter durado cinco anos, chegou ao fim pouco antes de completar sete meses. A renúncia ocorreu em 25 de agosto de 1961.

Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado mostram que, inclusive, os senadores e deputados federais da base governista foram surpreendidos pela renúncia. Numa tentativa desesperada de impedir que o ato se consumasse, o senador Lino de Mattos (PSP-SP) quis rasgar o bilhete presidencial. Ele próprio narrou o episódio logo depois:

“Tentei obstar a entrega do documento [ao vice-presidente do Senado], pretendendo tomá-lo das mãos do ministro [da Justiça] Oscar Pedroso Horta, até mesmo meio à valentona. Conhecendo o temperamento do presidente Jânio Quadros, eu lhe dizia que aquele documento deveria ser rasgado, inutilizado. Sua Excelência declarou-nos, no entanto, que se tratava de documento sério, assinado por um homem sério, para produzir efeito sério, que estavam distribuídas à imprensa as respectivas cópias e que, nessas condições, não adiantava qualquer atitude. O presidente já se demitira do posto e não se encontrava mais em Brasília. Não adiantava mais a destruição do documento”.

A renúncia, segundo os historiadores, seria o primeiro passo de um autogolpe de Estado. Pelos planos não declarados de Jânio, a renúncia não seria aceita pelo Congresso, pelas Forças Armadas e até pelo povo, que lhe implorariam que reconsiderasse. Ele, então, aproveitaria o clamor geral e, como condição para a volta, exigiria mais poder de mando do que o previsto pela Constituição de 1946. Tendo êxito no autogolpe, Jânio alcançaria o objetivo de se transformar num presidente com superpoderes ou até mesmo num ditador.

Os documentos do Arquivo do Senado também mostram que os parlamentares se recompuseram logo do terremoto provocado pela renúncia. O Congresso Nacional aceitou a renúncia e começou a discutir as condições para a posse do vice-presidente João Goulart.

Num discurso logo após a renúncia, o senador Arge-miro de Figueiredo (PTB-PB) disse que foi acertada a decisão do Congresso de não cair na armadilha de Jânio Quadros: “Para fazê-lo voltar [à Presidência da República], seria mister a instituição preliminar de um regime janista, de uma Constituição janista, de leis janistas, de costumes janistas”.

No mesmo pronunciamento, Figueiredo resumiu:

“A renúncia ao governo foi a tática premeditada de um homem que se julgava o único capaz de reorganizar a vida nacional. Renunciou como Bolívar, para voltar mais forte. Nunca pensou que lhe aceitariam a renúncia. Esperou retornar ao governo nos braços do povo e das gloriosas Forças Armadas para dirigir a nação como a queria governar: sozinho, mandando sozinho. A renúncia foi a primeira etapa do processo de uma ditadura que se tinha em vista”.

O presidente Jânio Qua-

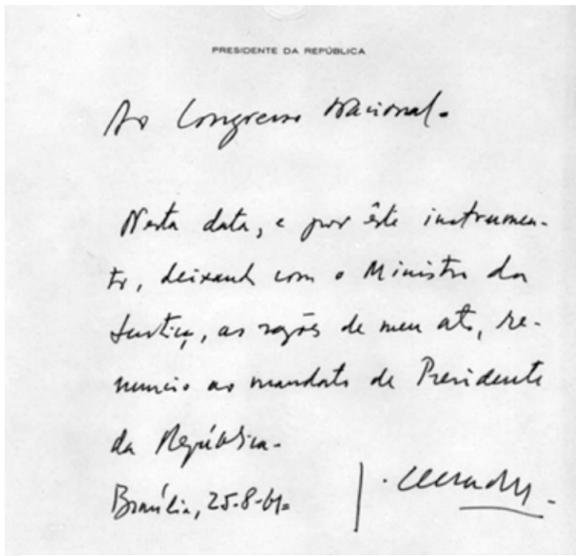


Fotos: Arquivo Senado Federal

Jânio era um político populista, de discursos cheios de bravatas. Com a renúncia, pretendia mobilizar a sociedade em torno de sua volta, ganhando mais poder

Há 60 anos, Jânio tentava “golpe” com a renúncia

Presidente acreditava que o Congresso, as Forças Armadas e o povo não aceitariam a decisão, e que ele retornaria ao poder com mais força política



Bilhete escrito à mão por Jânio anunciando que renunciava ao mandato

Quadros sabia que as Forças Armadas não tolerariam a posse do vice João Goulart. Jango, como era conhecido, mantinha estreitas relações com os sindicatos trabalhistas, muitos dos quais dirigidos por comunistas. Isso despertava nos militares, mais identificados com a direita, o

nista no momento em que a crise estourasse. As supostas inclinações comunistas do vice se tornariam inquestionáveis.

Conforme a previsão de Jânio Quadros, os militares de fato vetaram a posse de Jango. Diante dessa ilegalidade, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, ameaçou pegar em armas para garantir o cumprimento da Constituição. A renúncia, portanto, deixou o Brasil à beira de uma guerra civil.

O senador Alô Guimarães (PSD-RS) subiu à tribuna do Senado e leu o seguinte trecho de um editorial do jornal O Globo:

“O senhor Jânio Quadros renunciou na esperança de provocar derramamento de sangue ou pelo menos para provocar a ameaça de derramamento de sangue. Não renunciaria se depois de cuidadosa meditação não tivesse chegado à conclusão de que o derramamento ou a ameaça de derramamento de sangue teria o efeito por ele visado: a nação, ante o mal maior, aceitaria o mal menor, isto é, a ditadura do senhor Jânio Quadros. A verdade é essa”.

Plano

Tendo êxito o autogolpe, Jânio se transformaria num presidente com superpoderes ou ditador

medo de que o Brasil governado por Jango tomasse o caminho do comunismo.

Missão “comunista”

Quando veio a renúncia, Jango se encontrava na China, numa missão oficial armada por Jânio. O presidente trabalhou para que o vice estivesse justamente num país comu-

Parlamentarismo

A guerra civil só não estourou porque os senadores e deputados negociaram com Jango a adoção do parlamentarismo, em substituição ao presidencialismo vigente desde 1889. O presidente passaria a dividir o governo com um primeiro-ministro. Com os poderes presidenciais de Jango limitados, as Forças Armadas aceitaram a posse. Duas semanas depois da renúncia, a crise enfim se encerrou. Mais tarde, por meio de um plebiscito em 1963, os brasileiros decidiram pela volta do presidencialismo.

Acompanhada do bilhete de renúncia, Jânio Quadros enviou ao Congresso Nacional uma breve carta em que justificou a atitude. Em termos vagos, ele escreveu que tentara combater a corrupção, mas fora “vencido pela reação” e “esmagado” por “forças terríveis”.

Para os observadores da política, a renúncia de Jânio Quadros não chegou a ser de todo surpreendente. Ele havia feito um movimento muito parecido em 1960, quando ainda era candidato. Embora tenha sido eleito presidente com o apoio da UDN, o poderoso partido de direita, Jânio pertencia ao PTN, um partido paulista inexpressivo na política nacional. Insatisfeito com a ascendência da UDN sobre a sua candidatura, ele abandonou a disputa. Com a faca no pescoço, a UDN não teve alternativa senão ceder. Jânio voltou à corrida presidencial depois de ganhar carta branca para dirigir sozinho a campanha eleitoral.

O clima de golpismo permeou praticamente todo o curto governo de Jânio Quadros. Quando estudantes universitários organizaram uma greve em Recife, depois que o diretor da Faculdade de Direito tentou impedir uma palestra da mãe do revolucionário Ernesto Che Guevara na instituição, o presidente mandou tanques do Exército e até navios da Marinha reprimirem o movimento estudantil. Foi uma demonstração exagerada e gratuita de força bélica.

Em outro momento, sem maiores explicações, transferiu a sede do governo federal provisoriamente de Brasília para São Paulo. Dessa forma, deu a entender que tramavam um golpe contra o governo e que na capital paulista, seu reduto eleitoral, poderia melhor se defender.

O golpismo pode ser explicado pela aversão de Jânio Quadros à negociação e à divisão do poder. Ele se elegera com o discurso de que não gostava dos partidos e dos políticos e que, com sua “vassourinha”, varreria para sempre a corrupção do Brasil. Apesar de a UDN ter empregado toda a sua força para ajudar a elegê-lo, o presidente não recompensou a sigla com o espaço no governo que ela julgava merecer.

Inspiração em Getúlio

A data da renúncia, 25 de agosto, foi escolhida a dedo por Jânio Quadros. No dia anterior, o suicídio de Getúlio Vargas completara sete anos. Para Jânio, o melhor dos mundos seria a população brasileira, emocionada pelo aniversário do ato extremo de Vargas, associar a renúncia ao suicídio e, tal qual fizera em 24 de agosto de 1954, também sair às ruas em apoio ao presidente e repúdio aos adversários dele.

O senador Jefferson de Aguiar (PSD-ES) apontou uma segunda semelhança entre os dois episódios: “Estranhei aquela carta que, procurando justificar a renúncia do presidente Jânio Quadros, falava em grupos de pressão, em situação terrível, numa cópia lamentável e pouco hábil da carta-testamento do presidente Getúlio Vargas. Era evidente que aquele pronunciamento escondia um segundo propósito”.

Até mesmo o presidente da UDN, deputado Herbert Levy (SP), apesar de ter sustentado a candidatura de Jânio Quadros em 1960, enxergou golpismo na renúncia:

“O ato da renúncia só pode ser explicado por duas hipóteses: ou foi um ato temperamental do senhor Jânio Quadros, ou foi um ato meditado, planejado. Se foi temperamental, estaríamos diante de uma irresponsabilidade, de uma leviandade. Se foi deliberado, se pensava em renunciar, estava obrigado a preparar sua saída, sem a prejudicar o país, sem a ameaça de nos levar ao caos. Como não preparou sua saída, a gravidade é muito maior, pois, neste caso, o senhor Jânio Quadros desejaria convulsionar o país”.

De acordo com o historiador Felipe Loureiro, especialista nos governos de Jânio e Jango e coordenador do curso de relações internacionais da Universidade de São Paulo (USP), embora não se conheçam todos os detalhes do plano, a intenção do presidente era, sim, dar um autogolpe:

“Jânio Quadros teve uma carreira política meteórica. No curto período de pouco mais de dez anos, ele foi vereador, deputado estadual, prefeito, governador, deputado federal e presidente da República. Ele conseguiu esse feito por força da sua imagem pessoal. Jânio sempre utilizou os partidos políticos de forma pragmática, conforme seus interesses, sem criar vínculos com eles. A eleição presidencial de 1960 não foi vencida pela UDN ou pela direita conservadora, mas pelo janismo. Dada essa força pessoal, Jânio acreditava que podia governar sozinho e não tinha que dividir o poder com os partidos e o Legislativo”.

Oportunidade de Emprego

A TESS INDÚSTRIA, seleciona pessoas com deficiência (PCD) os interessados deverão deixar currículo na portaria da empresa na Av. João Wallig, 1187 Catolé. Campina Grande.

Afeganistão: volta do Talibã ao poder preocupa o mundo

Com a saída das tropas norte-americanas do país, o grupo xiita se fortaleceu ainda mais para derrubar o governo

Léo Rodrigues
Agência Brasil

Depois de 20 anos de ocupação no Afeganistão, os Estados Unidos estão deixando o país. Mas antes mesmo da operação de retirada ser concluída, os talibãs já assumiram o controle da capital, Cabul. A velocidade dos acontecimentos provocou uma avalanche de informações no noticiário internacional. Mas por que os EUA decidiram colocar fim à incursão militar? E quem são os talibãs? Por que parte da população busca deixar o país conforme revelam as imagens que rodaram o mundo, mostrando um aeroporto caótico?

O Talibã se tornou conhecido como um grupo religioso fundamentalista na primeira metade da década de 1990 e foi organizado por rebeldes que haviam recebido apoio dos Estados Unidos e do Paquistão para combater a presença soviética no Afeganistão, que durou de 1979 a 1989, em meio à Guerra Fria. A chegada ao poder se consolidou em 1996, com a tomada de Cabul.

Uma vez no controle do governo, o Talibã promoveu execuções de adversários e

aplicou sua interpretação da Sharia, a lei islâmica. Um violento sistema judicial foi implantado: pessoas acusadas de adultério podiam ser condenadas à morte e suspeitos de roubo sofriam punições físicas e até mesmo mutilações. O uso de barba se tornou obrigatório para os homens e as mulheres não poderiam ser vistas publicamente desacompanhadas dos maridos. Além disso, elas precisavam vestir a burca, cobrindo todo o corpo. Televisão, música e cinema foram proibidos e as meninas não podiam frequentar a escola.

Torres gêmeas

A ocupação dos EUA foi uma reação aos ataques às duas torres gêmeas do World Trade Center, arranha-céus situados em Nova York. Dois aviões atingiram os edifícios em 11 de setembro de 2001, levando-os ao chão e causando quase 3 mil mortes. Os EUA acusaram o Talibã de dar abrigo ao grupo terrorista Al Qaeda, que assumiu a autoria do atentado. Em outubro de 2001, tiveram início as operações militares no Afeganistão. As ruas de Cabul foram tomadas em dois meses. Em 2004,



Foto: Agência Brasil

Depois do grupo extremista assumir o controle de Cabul, população afegã iniciou uma luta incessante para fugir do país, com medo da crueldade dos talibãs

eleições foram realizadas no país e, em 2011, as forças norte-americanas anunciaram a morte de Osama Bin Laden, líder da Al Qaeda.

Volta ao poder

A volta ao poder dos talibãs foi consolidada no domingo (15): o presidente afegão Ashraf Ghani deixou o país e

o controle do palácio presidencial foi assumido pelos rebeldes. Tudo ocorreu sem que houvesse resistências.

Diante do cenário, os EUA precisaram acelerar a conclusão do processo de saída do país, em curso desde o ano passado: uma megaoperação para tirar as pressas diplomatas e cidadãos norte-america-

nos foi montada pelas tropas norte-americanas, que ainda controlam o aeroporto. No entanto, imagens que ganharam repercussão internacional mostraram um caos no local, com milhares de civis desesperados para deixar o país se aglomerando junto aos aviões.

De acordo com Fernando Luz Brancoli, pesquisador e

professor do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), durante os 20 anos de ocupação, ocorreu uma ampliação das liberdades civis e alguns setores econômicos se desenvolveram, mas o período também foi marcado por diversas denúncias de corrupção.

Acordo de retirada gradual

A retirada gradual das tropas norte-americanas foi pactuada no ano passado em um acordo bilateral firmado entre o então presidente Donald Trump e o Talibã. O processo deveria ser concluído até maio desse ano. O grupo afegão se comprometeu a não dar abrigo a terroristas da Al Qaeda e do Estado Islâmico.

Eleito, o presidente Joe Biden assumiu a sucessão de Trump e manteve o processo em andamento, mas alterou o prazo: prometeu encerrar a ocupação até setembro e posteriormente antecipou para agosto. À medida que as forças dos EUA deixavam o país, ocorreu um rápido avanço das forças talibãs sobre as mais diversas cidades.

A velocidade com que os talibãs retomaram o po-

der gera repercussões políticas nos EUA com grupos de oposição criticando a condução da saída do Afeganistão pelo governo de Joe Biden.

No domingo (15), em um pronunciamento público, o secretário de Estado, Antony Blinken, recusou comparações com o fim da Guerra do Vietnã em 1975, quando rodaram o mundo em que se viam diplomatas desesperados para deixar a embaixada dos Estados Unidos diante da aproximação dos vietcongues.

“Isto não é Saigon. Fomos ao Afeganistão há 20 anos com uma missão em mente: lidar com as pessoas que nos atacaram em 11 de setembro, e essa missão foi bem-sucedida”, disse Blinken.

+ Grupo tenta se apresentar como moderado

Nos primeiros discursos, os talibãs têm buscado se apresentar mais moderados. Na terça-feira (17), um canal de televisão estatal do Afeganistão levou ao ar o pronunciamento de um porta-voz do grupo. Enamullah Samangani garantiu uma anistia geral para todos e disse que a população deveria regressar à normalidade com confiança. Zabihullah Mujahid, um outro representante do grupo, concedeu uma coletiva à imprensa onde reafirmou que não haverá vingança com quem trabalhou para o antigo governo ou para forças estrangeiras. Ele também disse que as mulheres poderão trabalhar e devem participar da estrutura de governo.

Apesar dos acenos, pesquisadores manifestam ceticismo

com uma moderação. “Fico parcialmente desconfiado. A forma de governar do Talibã está muito pautada em práticas de violência e controle. Então, considerando seu histórico, até que ponto eles conseguem pensar a organização do país de outra maneira? Vamos ter que esperar pra ver, mas acho que essa moderação é meramente discursiva”, diz Brancoli.

O cientista político João Paulo Nicolini Gabriel, pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), chama a atenção para o uso das redes sociais pelo Talibã, onde divulgam indícios de corrupção.

O comportamento da população retrata o receio popular. As vias públicas estão mais vazias e parte do comércio mantém as portas fechadas. A vida das mu-

lheres já sofre alguns impactos: muitas estão com medo de sair de suas casas. Em público, homens e mulheres voltaram a usar vestimentas afegãs tradicionais. Não se sabe se centros de estética em Cabul voltarão a funcionar. Cartazes publicitários com mulheres estão sendo apagados das ruas, como mostra uma imagem que se tornou viral nas redes sociais.

Mas apesar das imagens com milhares de pessoas reunidas no aeroporto em busca de uma oportunidade de sair do país, Brancoli avalia que a população não possui uma visão homogênea e não há uma repulsa generalizada contra os talibãs. Segundo ele, os moradores das áreas rurais são indiferentes ou apoiam o Talibã e a elite urbana não é tão numerosa.

Toca do leão

Fábio Mozart
mozartpe@gmail.com | Colaborador

No desfolhar dos folhetos

A Universidade Federal do Amapá publicou e estou lendo o livro “No desfolhar dos folhetos – escritos sobre cordel”, coletânea de ensaios sobre o cordel brasileiro, organizada por Stelo Torquato Lima, Francisco Wellington Rodrigues Lima, Marcos Paulo Torres Pereira, Elizabeth Dias Martins e Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplayne. A capa apresenta xilogravura de vendedor de folhetos na feira, com seu público ao redor e sua banquinha com a tradicional corda onde se penduravam os cordéis. Arte de Jefferson Campos para capa de Gustavo Alencar Lemmert. O livro, com 480 páginas, fala de Leandro Gomes de Barros, Patativa do Assaré, Manuel Camilo dos Santos, Pedro Bandeira, o feminino na literatura de cordel, o sagrado, o profano e o erotismo, o folheto popular e a cultura armorial e o cordel em sala de aula. Na folha de rosto, a marca da pandemia: os autores lamentam a morte do pesquisador Francisco Wellington Rodrigues de Lima, vitimado pelo Covid-19

Recomendo a obra aos meus compadres Manoel Belisário, Kydelmir Dantas, comadre professora Beth Baltar, Sander Lee, Stelo Queiroga, Josenildo Lima, Bento Júnior, Lino Sapo e todos aqueles que se interessam pela produção crítica do cordel brasileiro. Trata-se de uma ação do Grupo de Estudos

Cordelista Arievaldo Viana, radialista e poeta popular, falecido em Fortaleza aos 54 anos de idade.

Registrar meus agradecimentos ao poeta, professor e amigo Bento Júnior, misto de cordelista, ator de teatro e secretário eventual desta isolada barata. Explico: ao me encontrar em estado eremítico no topo de uma serra na cordilheira da Borborema, distante da capital da Paraíba, deparei-me com anúncio da Editora da Universidade Federal da Paraíba sobre doação de livros do seu catálogo na lagoa do Parque Sólton de Lucena, comemorando o aniversário da capital João Pessoa. Convocado para a missão de abordar o caminhão dos livros e pegar o maior número possível das obras à disposição, o compadre Bento armou-se de duas grandes sacolas e quando chegou no local, teve uma visão desalentadora e animada, a um só tempo. Fila imensa circulava a lagoa. Bento renunciou seu lugar na fila depois que soube da norma: cada leitor só poderia levar apenas um livro para casa. Aflição, ligou:

– Fábio, não vale a pena entrar na fileira dos pedidos de livros. Só deixam levar um exemplar para cada freguês, mas fiquei jubiloso demais por ver que João Pessoa ainda tem tanta gente interessada em livros!

A vida é incerta e breve é o bom funcionamento dos

órgãos davista. O glaucoma e a catarata já anuviam meus olhos. Antes que eles nublem por completo, preciso ler os livros essenciais que ainda me faltam consultar. Dedeiquei boa parte do meu tempo a apreender as obras da alta intelectualidade, os queridinhos das classes produtoras e autoritárias constituídas. Só depois de chegar pertinho do ponto de dobrar o cabo da boa esperança é que comecei a ler e escrever sobre literatura criada pelo povo. Em suma: preciso centrar na leitura ao nível de minhas possibilidades e dos meus interesses. Por isso espero ler “Pinto do Monteiro: Poesia, Performance e Memória”, de Maria Ivoneide da Silva, “Indexação de xilogravuras à luz da semântica discursiva e das potencialidades da folksonomia”, de Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque e Raimunda Fernandes dos Santos, e “Cordel em Braille: procedimentos semióticos da transcodificação”, de Flaviano Batista do Nascimento e Maria de Fátima Barbosa de Mesquita Batista, únicas obras que encontrei no catálogo da UFPA que tratam da literatura de cordel brasileiro. O cordel em Braille talvez me seja útil quando apagar a última vela da visão já incerta e inconsistente. É que pretendo morrer compondo cantigas de maldizer e de escárnio para certas almas sebosas e cantigas de bem-querer para as diletas pessoas do meu agrado.



1 O aniversário da colunista Hélia Botelho (nas fotos com Moema Reis, Luzenira Sobreira, Roselma Leite, Val Nascimento e Laiz Guedes) foi festejado, em grande estilo, na Maison Blu'nelle, em João Pessoa. Por ocasião do evento, ela recebeu o carinho de familiares e amigos.

2 Irenaldo Quintans, Pedro Severino Sousa, Guia Araújo, Geraldo Moura Ramos, Ediliane Marinho, Cristiane Rabelo, Wanicleide Leite, Rafael Moita, Pâmela Bório e Max Costa são os aniversariantes da semana

3 A apresentadora do Weekend, programa exibido pela TV Master, Madeleine Braga e esta colunista fomos recepcionadas com chá da tarde oferecido pelo escritor Everaldo Dantas da Nóbrega. A pauta? Um futuro livro sobre a nossa ex-miss Paraíba.

4 A Rota das Letras, ação cultural idealizada pela Prefeitura de João Pessoa e realizada pela Funjope, está acontecendo, em sua segunda edição, no Pavilhão do Chá, um dos pontos turísticos de João Pessoa. O jornal e a editora A União, representados pela presidente da EPC, jornalista Naná Garcez (foto), se integraram ao evento, por meio de venda e lançamentos de livros e plaquetes.

5 No programa da rainha da TV paraibana, Thereza Madalena, esta colunista foi entrevistada acerca da fundação do Arquivo e Museu da Imprensa Wills Leal. Ela, que apresentou o primeiro programa local na TV Correio, é claro que terá local de destaque no espaço cultural que será inaugurado na sede da API. Importante: o arquivo está tendo a curadoria da arquivista e professora da UFPB, Julianne Teixeira.

6 Cantada e decantada, em prosa e em verso, como a "cidade que ensinou a Paraíba a ler", cajazeirenses e cajazeirados, presentes ou ausentes, celebram, neste domingo 22 de agosto, os 158 anos do nascimento do Padre Inácio de Sousa Rolim, o fundador dessa comuna localizada no Alto Sertão paraibano. É o "Dia da Cidade", que recebe de volta o prefeito José Aldemir, que assim retorna à sua lide diária, após cerca de um mês afastado do poder municipal, cometido que foi dessa pandemia.

7 "Quanto mais vida melhor", título da nova novela da Globo, terá a atriz cajazeirense Suzy Lopes no papel da personagem Valdirene. O seu conterrâneo, o ator Thardelly Lima, também vai fazer parte do elenco. E viva a Paraíba!

8 A orla da Praia do Cabo Branco, na manhã de ontem, foi palco para mais uma edição do Movimenta Massai, evento esportivo da construtora, que tem como objetivo incentivar a prática esportiva como meio de se adquirir bem-estar e saúde. Claro que todo o evento teve o acompanhamento do personal trainer Jordan Deodato (foto).

9 "Lucre hospedando" é o título do evento que a imobiliária Parahyba Property vai promover no próximo dia 27. Quem desejar participar da ação que será mediada pela ceo da empresa, Giuliana Martins (foto), precisa se inscrever através do telefone: 9.9302-7071.

10 O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) acatou, na tarde da quarta-feira (18), um recurso do advogado paraibano Rui Galdino, reconhecendo-o como o legítimo arrematante do leilão do Hotel Tambaú, tradicional equipamento hoteleiro de João Pessoa. A decisão monocrática foi tomada pela desembargadora Marília de Castro Neves que acolheu a ação impetrada pelo jurista.



Em dois anos, lei da liberdade econômica gera contradições

Especialistas avaliam que a norma contribuiu para a abertura de empresas, mas também precarizou as relações trabalhistas

Alexandra Tavares
lekaip@hotmail.com

Anunciada pelo Governo Federal em 2019 como uma medida que iria proteger a livre iniciativa e o livre exercício da atividade econômica, incentivando a abertura de empresas, a Lei nº 13.874/2019, que instituiu a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, gera contradições em relação a sua eficácia na economia. Se por um lado ela traz benefícios para o empresário na condução do negócio, por outro, especialistas afirmam que a norma contribuiu para a precarização das relações trabalhistas e também não tem mostrado um efeito relevante na recuperação econômica do país.

De acordo com o advogado Diógenes Dantas, o principal objetivo da medida foi trazer um novo fôlego para a economia brasileira, promovendo mais segurança, liberdade, estimulando o empreendedorismo e o desenvolvimento econômico por meio da modificação do papel do Estado na economia e nas relações privadas. "Passando a privilegiar a autonomia privada e a facilitação de uma série de procedimentos comuns

ao empreendedor, como o de abertura e fechamento de empresas", citou.

Analisando o texto da legislação, Diógenes afirma que é possível afirmar que houve a facilitação da abertura legal de empresas consideradas de "baixo risco" (a exemplo do comércio varejista em geral, atividades de ensino, bares e restaurantes), uma vez que foram eliminadas uma série de exigências que dificultavam ou "atrasavam" essa formalização, como a necessidade de autorização prévia, de credenciamento, de expedição de alvarás e atos públicos anteriormente exigidos para essas atividades.

"Por essa perspectiva, é possível afirmar que as medidas de desburocratização simplificaram a abertura e o fechamento das empresas, e isso se reflete no melhor posicionamento do Brasil nos rankings internacionais que medem a qualidade do ambiente de negócios. Todavia, ainda estamos em uma posição relativamente baixa em comparação com outros países, e ainda há muito a ser feito", declarou o advogado.

Segundo ele, "não basta apenas reduzir o número de dias gastos na abertura de uma empresa, quando a sua

administração ainda enfrenta pontos de dificuldade, como a complexidade do sistema tributário, do acesso ao crédito, do sistema de propriedade intelectual, entre outros pontos sensíveis para o desenvolvimento das atividades econômicas".

Dantas relata que a norma é passível de críticas porque há pontos positivos e negativos. Não há como negar que ela reduziu a burocracia e o tempo de abertura de novas empresas, e trouxe, consequentemente, mais liberdade para empreender.

Mas por outro lado, os pontos negativos na sua execução podem causar insegurança jurídica nas relações contratuais, uma vez que a norma alterou as regras de interpretação dos negócios particulares.

"Além de prejudicar conquistas sociais importantes, relativas à importância de atividades que dependem da presença e fiscalização do Estado. Outro ponto amplamente criticado é a nova redução de direitos da classe trabalhadora, que passa a lidar com a mudança das regras de trabalho nos domingos e feriados, e com a dispensa de ponto para certos empreendimentos, por exemplo", diz Diógenes.

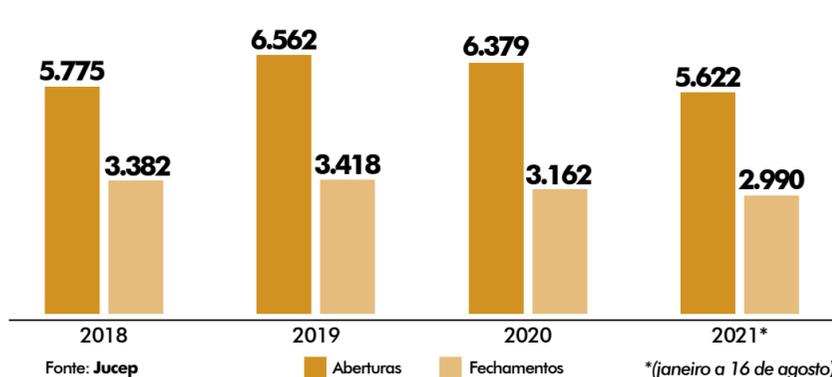


Advogado Diógenes Dantas destaca que a medida teve intuito de dar novo fôlego para a economia do Brasil

Foto: Arquivo pessoal

ABERTURAS FORMAIS E FECHAMENTOS DE EMPRESAS NA PB

*Dados não contabilizam MEIs



Número de empresas abertas na Paraíba aumentou nos últimos dois anos

Segundo dados da Junta Comercial do Estado da Paraíba (Jucep) o número de abertura de empresas vem aumentando na Paraíba desde o início da vigência da legislação. Já o fechamento vem diminuindo no mesmo período (veja gráfico). Vale lembrar que todos os dados, tanto de abertura como de baixa de negócios, não incluem a figura do Microempreendedor Individual (MEI) e referem-se a empresas com sede no Estado.

Quando os dados englobam

os negócios caracterizados como MEI, há uma oscilação para mais ou para menos conforme o período. Em 2018, foram 26.834 empresas abertas, em 2019 foram 32.309, em 2020 chegou a 30.662 e de janeiro a 16 de agosto deste ano já somam 28.535. Já o número de fechamentos de estabelecimentos (abrangendo o MEI) foi de 4.460 em 2018, de 9.390 em 2019, 6.613 em 2020 e de 6.914 de janeiro a 16 de agosto deste ano.

De acordo com a funcionária

da Jucep, Rafaela Oliveira dos Santos, coordenadora da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim), todo um contexto econômico tem impacto na movimentação dos registros e extinções de empresas do Estado. Ela frisou que são inegáveis os reflexos da Lei de Liberdade Econômica na formalização dos empreendimentos, porque se há menos burocratização neste processo, há menos custo e também se gasta menos tempo.

Porém, em 2019, Rafaela destacou que passou a vigorar também a Instrução Normativa número 66, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (Dre). A Instrução Normativa dispensou os gastos com a formalização da empresa na matriz e também na filial (em outro Estado) e isso também poderia ter trazido reflexos para a abertura de novos negócios. "Se antes o empreendedor tinha uma matriz na Paraíba e uma em outro Estado, ele tinha custos com o

negócio nos dois estados. Com a Normativa 66, os custos ficaram apenas na matriz. Isso poderia também ter influenciado", avalia.

Em maio deste ano, passou a funcionar a Jucep Digital, que viabilizou a tramitação de processos de abertura, alteração e extinção de empresas pela internet. O projeto também pode ter impactado no aumento dos registros feitos na Junta Comercial do Estado.

Continua na página 18

Desenvolvimento Econômico e Gestão Estratégica

Chico Nunes
francisco.nunespb@gmail.com | Colaborador

A covid-19 e os seus impactos nos campos econômico e social

Fazendo uma análise do atual momento desta pandêmica crise, resolvi atualizar dados e, em função deles, realizar uma avaliação dos impactos ocorridos e das lições que aprendemos. Considerando os números, a realidade que se apresenta hoje para refletirmos é a seguinte:

Somos, atualmente, em números aproximados, 214,3 milhões de brasileiros. O mundo possui cerca de 7,9 bilhões de habitantes. Temos, no Brasil, aproximadamente 2,7% da população mundial. A covid-19 infectou até agora, em todo o planeta, 207,5 milhões de pessoas e, no Brasil, esse número chega a 19,3 milhões, o que corresponde a 9,8% dos contaminados mundialmente. Isso significa dizer que, proporcionalmente, temos quase quatro vezes mais infectados do que a nossa representatividade populacional no contexto planetário.

Analisando sobre outro aspecto, que é o número de infectados em relação à população, nossa realidade se apresenta desta forma: no mundo, a pandemia atingiu 2,6% da

população, significa dizer que, 97,4% dos habitantes da terra não foram alcançados pela covid-19. No Brasil, 9,5% dos nossos compatriotas contraíram o vírus, enquanto 90,5% felizmente estão ilesos em relação à contaminação.

Um outro dado importante a considerar, é a relação do número de mortes versus população. Apesar de existir muita tristeza em nosso entorno, pelo falecimento de pessoas do círculo familiar ou de amigos próximos, causamos a impressão de que a pandemia afetou um grande número da população. No mundo, os dados mostram que 0,05% dos habitantes faleceram em função do vírus. Vendo pelo lado mais animador que os números podem revelar, percebemos que 99,95% das pessoas não foram vitimadas pela covid.

Em nosso Brasil, a pandemia levou a óbito 0,3% da nossa população. Isso quer dizer que 99,7% dos brasileiros estão se sagrando vitoriosos na convivência com o vírus. Estes dados, caro leitor, talvez tenha

lhe causado surpresa, porque poucas pessoas possuem o hábito de levantar e analisar dados estatísticos. Meu propósito é o de colaborar com você, para que faça sua análise com base em dados reais e disponíveis nas mais diversas plataformas virtuais.

Tivemos momentos na história da humanidade em que pandemias foram mais devastadoras do que esta atual. Por volta do ano 1.350, tivemos a peste bubônica ou peste negra, que vitimou cerca de 50 milhões de pessoas em todo o mundo. De semelhante proporção, também tivemos a gripe espanhola, 102 anos atrás. Quase 50 milhões de pessoas também faleceram.

Voltando aos números da covid-19, percebemos que seis dentre os 194 países do mundo, concentram em seus territórios 52% dos casos confirmados de contaminação e 66% das mortes. São eles: Estados Unidos da América, Índia, Brasil, Rússia, França e Reino Unido. Apesar destes países figurarem entre as 12 nações mais ricas da terra, não foram capazes de encontrar

soluções que evitassem esta triste realidade.

Apesar do número de mortes, representar menos de 0,5% da população, no Brasil e no mundo, seus impactos no campo econômico e social estão sendo imensos. Irei me deter ao cenário brasileiro, mais próximo de nós, para uma melhor compreensão da nossa realidade.

Em 2019, em termos de PIB, éramos a nona economia do mundo, mas os efeitos desta pandêmica crise nos levaram, em 2020, a ocupar o décimo segundo lugar. Caímos, portanto, três posições no ranking. Os países que tiveram ascensão sobre nós, foram menos afetados.

Temos hoje cerca de 14 milhões de brasileiros desempregados e estima-se que cerca de 20% deste total está relacionado à pandemia. Os excluídos e subutilizados somam aproximadamente 76 milhões de pessoas, tendo crescido 16% em função desta crise. Houve represamentos de atendimentos hospitalares, visto que muitos pacientes adiaram seus tratamentos com medo de serem contaminados. Os desafios não param aqui.



Mesmo com mudanças da lei, o Brasil tem quase 15 milhões de desempregados atualmente

Foto: Agência Brasil

Legislação retira exigências e afeta direitos do trabalhador

Entidades destacam que as vantagens em vigor não impactaram na criação de novas vagas formais de emprego

Alexandra Tavares
lekajp@hotmail.com

O presidente da Junta Comercial do Estado da Paraíba (Jucep), Simão de Almeida Neto, avaliou que a Lei de Liberdade Econômica desburocratizou a vida do empreendedor, porém, não trouxe grandes benefícios à economia de uma forma geral. “A lei retira algumas exigências que facilitam a vida do empresário como isenção de algumas taxas e do alvará de funcionamento, dependendo do tipo da empresa. Agora, acho que é um nome muito pomposo, para pouca coisa. Se ela retira algumas taxas, precariza as relações de trabalho, incentivando a quebra de relações sociais”, declarou.

Simão declarou que o governo deveria investir em uma política econômica nacional, porque não existe uma economia forte, se o povo está fora do mercado de trabalho ou está com o salário reduzido. Isso impacta, entre outros pontos, no consumo. “A lógica é simples, se o povo não compra, o comércio não vende e, consequentemente, a fábrica não produz. Somente alguns setores monopolizados puxam a economia”

temente, a fábrica não produz. Somente alguns setores monopolizados puxam a economia como o agronegócio e o setor de minério. Para quem trabalha em paridade com dólar é uma maravilha, mas para a economia nacional é um arraso total”.

Simão de Almeida reforçou que o agronegócio fatura

“A lógica é simples, se o povo não compra, o comércio não vende e, consequentemente, a fábrica não produz. Somente alguns setores monopolizados puxam a economia”

na exportação, já a pequena e média empresa brasileira produz para dentro do país. Então, se o Brasil tem quase 15 milhões de desempregados que não estão consumindo, a empresa nacional, ou seja, aquela que depende do consumo interno, não está usufruindo desse mercado.

Ao analisar a proposta inicial da Lei da Liberdade Econômica, que visa estimular o empreendedorismo e, como efeito cascata, a maior oferta de trabalho e também renda para o povo, o presidente da Jucep concorda que no contexto das facilidades trazidas à classe empresarial, sobretudo na desburocratização dos processos, a norma foi benéfica, porém, seus efeitos para economia como um todo foram abaixo do esperado. “A economia está aí em crise. Toda as políticas hoje, inclusive com essa internet das coisas e o mundo robotizado, caminham para contratar menos pessoal. O trabalho que era feito antes por 40 mil trabalhadores, é feito por cinco mil, e o restante onde vai trabalhar? É preciso encontrar vaga para esse pessoal”.

Para ele, uma estratégia mais eficaz do governo para evitar o agravamento da crise econômica seria a de atuar em várias frentes como “taxar as grandes fortunas, criar mais postos de trabalhos, investir em infraestrutura para melhorar a circulação da economia” entre outras.



Funcionários podem ser prejudicados

O procurador do Trabalho na Paraíba, Eduardo Varandas, afirmou que ao tentar incrementar a economia, a Lei nº 13.874/2019 dá a entender que, na prática, acentuou a precariedade das relações de trabalho no Brasil, contribuindo para o empobrecimento da população. Ele acrescentou que a norma, dificulta que dívidas trabalhistas atinjam os bens dos sócios da empresa (despersonalização da pessoa jurídica). Para o procurador, tal medida sobrepõe as necessidades do capital sobre o valor social do trabalho, que é um primado constitucional.

“A lei também aumentou para 20 empregados, o limite para exigência de marcação de pontos. A CLT anteriormente impunha o limite de 10 empregados. Assim, empresas, com menor número de empregados (uma enorme quantidade no Brasil), ficam desobrigadas a registrar pontos, facilitando a sonegação de horas extraordinária e aumentando possibilidade de jornadas exaustivas”, destacou Varandas.

Segundo ele, o texto legal também aplicou o prazo para anotação

da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) de 48h para cinco dias úteis, e implantou o registro de ponto por exceção. O procurador ressaltou que todas essas medidas “têm o objetivo de desproteção do trabalhador em indevido privilégio do poder econômico, sem implicar necessariamente em crescimento real do mercado de trabalho”.

Varandas acrescentou que, com a medida, o Governo pretendia a criação de 3,7 milhões de postos de trabalho e aumento de 7% do PIB, o que não ocorreu. “Isso porque não é a desregulamentação das relações de trabalho que propicia a criação de empregos, mas o efetivo crescimento econômico do país”.

E para que isso aconteça, o procurador do Trabalho salienta que outros elementos, que não foram eficazmente patrocinados pelo governo, devem ser considerados como a redução da carga tributária, políticas públicas efetivas para estimular o investimento nacional e internacional nos setores produtivos do país, só para citar algumas ações.

Empresários buscaram formalização do negócios após facilidades da norma

No final de 2019, o empresário Hilton Medeiros Silva decidiu formalizar a empresa Criativo Publicidade Sustentável, em Santa Rita, que já funcionava há alguns meses. Esse foi um dos negócios paraibanos que contou com as vantagens trazidas pela Lei nº 13.874/2019.

A empresa de Hilton tenta agregar publicidade e propaganda a uma filosofia ecologicamente correta. Ele produz cartão de visita digital e propagandas em sacos de pão feito com papel biodegradável. O empreendimento já funcionava desde 2018, mas no momento em que foi formalizado, a Lei de Liberdade Econômica já estava em vigor.

“Antes eu trabalhava com novas avulsas, mas quando vislumbrei que poderia formalizar a empresa



Foto: Evandro Pereira

Empreendimento já funcionava desde 2018, mas Hilton Medeiros decidiu formalizá-lo quando a lei entrou em vigor

sem tanta burocracia, procurei um contador e todo o trâmite foi bem rápido”, contou. Na época da regularização,

Hilton disse que, pelo perfil do negócio, foi dispensado do alvará de funcionamento. “Isso facilita bastante

a abertura da empresa, que foi registrada como Mei. E se não fosse essa lei, precisaria de alvará”, contou.

Medidas previstas na Lei 13.874/19

- Extinção de alvarás e licenças para atividades de baixo risco;
- Proibição de exigência de certidões sem expressa e justificada previsão em lei;
- Liberação de atividade econômica em qualquer dia ou horário;
- Vedação de emissão de certidões com prazo de validade sobre fatos imutáveis, efeito vinculante em decisões administrativas de liberações;
- Ampliação do prazo para anotação da Carteira de Trabalho de 48h para cinco dias úteis;
- Exigência de marcação de pontos (de início e encerramento da jornada de trabalho) para empresas a partir de 20 empregados.

Com o avanço da pandemia, o empresário teve a ideia de abrir um segundo negócio, agora, no ramo de alimentação, fornecendo quentinhas tanto no modelo *delivery* como retirada (*take away*). “Já demos entrada na formalização e também

estou contando com as facilidades da Lei de Liberdade Econômica, porque não vamos precisar de autorização da Vigilância Sanitária, da visita dos Bombeiros, da Secretaria do Meio Ambiente, entre outros pontos que foram dispensados”.



Fotos: Divulgação

A Cooperativa dos Floricultores do Estado da Paraíba, fundada no ano de 1999, é pioneira na produção de flores de corte no estado, tendo um histórico de superações, conquistas e vitórias

Márcia Dementshuk
Assessora da SEC&T

Depois de sofrer prejuízos por causa da pandemia por covid-19, produtores de flores de corte de municípios do Brejo paraibano retomam a produção. Um levantamento feito com o apoio da da Secretaria Executiva da Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba (SEC&T/SEECT-PB) demonstrou que vários produtores diversificaram o cultivo, inserindo produtos cuja demanda aumentou nesse período. A SEC&T contribui com o desenvolvimento desse setor a partir de ações que visam a transferência e apropriação da ciência, tecnologia e inovação pela da agricultura familiar em arranjos produtivos locais (APL).

Em 2020 a morte estava nos noticiários, na vizinhança das ruas de Pilões (PB) e nas estufas onde rosas, gérberas ou crisântemos estavam prontos para ser cortados e vendidos. Uma a uma, Lena via as flores morrendo. Maria Helena Lourenço, a Lena, é uma liderança na Cooperativa dos Floricultores do Estado da Paraíba (Cofep). Mesmo desesperada, se controlou para não transferir o sentimento para as colegas. Mas a situação atingiu a cada uma, de um jeito ou de outro: falta de dinheiro, violência doméstica... Retrocesso aos antigos problemas. São 28 famílias associadas que nunca passaram por uma diversidade tão grande, desde o início da cooperativa, há 22 anos.

“Não sobrou nada da produção. Um prejuízo de mais de R\$ 200 mil. Eu... Não tinha coragem de ver o colorido se perdendo; junto com as flores ia pro lixo o nosso planejamento para o Dia das Mães, o Dia dos Namorados...”, contou Lena. As dívidas acumulavam. Faltavam apenas 3 parcelas para a quitação de um financiamento através do Empreender Paraíba, contraído há seis anos para reforma das estufas.

Mas a reviravolta aconteceu e foi tão marcante que Lena citou a data: “No dia 5 de janeiro de 2021 eu chamei as meninas e decidimos nos reerguer. Vimos que o povo estava querendo comer mais alimentos saudáveis, orgânicos e poderíamos plantar hortaliças. Visitamos um distribuidor em Lagoa Nova e ele disse que não dava conta da demanda. Negociamos. Hoje produzimos 10 tipos de hortaliças e ele compra tudo. E agora recomendamos a plantar flores, focadas no Dia de Finados, uma data de grande consumo de flores de corte”. Mas ainda há muito trabalho a fazer.

A Cofep é pioneira na produção de flores de corte na Paraíba, fundada em 1999, com um histórico de superações, conquistas e vitórias. Karla Cristina de Paiva Rocha, que fez parte da formação, conta que o grupo iniciou com mulheres agricultoras que ajudaram no sustento da família, melhoraram de vida e viram seus filhos irem para a escola, a universidade e próximos a obterem o título de mestre. Hoje há homens trabalhando. “Crescemos, chegamos a manter unidades de produção em Pilões e Areia, e a unidade de distribuição em Guarabira, gerando empregos em três municípios e vendendo para três estados, PB, RN e PE”, disse Karla. É um exemplo dos benefícios do trabalho no setor de flores e um termômetro no mercado paraibano.

Contudo, a falta de informações sobre essa atividade no Estado, a necessidade de capacitação e ainda a falta de habilidade de articulação para formar parcerias, prejudicam a produção, a comercialização, os investimentos e, principalmente, a ampliação do mercado, com a entrada de novos produtores ou a abertura de novos pontos de venda. A fim de suprir essas lacunas, a Secretaria Executiva de Ciência e Tecnologia da Paraíba se

Produtores de flores retomam atividade na PB

Secretaria Executiva de Ciência e Tecnologia do Estado desenvolve ações para apropriação de conhecimento no setor

volta para esse arranjo produtivo local, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento regional.

O gerente executivo da SEC&T, Daniel Benitez, aponta uma determinante para justificar a escolha desse setor: “Essa razão está incluída na questão de gênero, a inclusão e o empoderamento da mulher. Quase 95% desses trabalhadores na Paraíba são mulheres

agricultoras. Tem outros fatores, como a área bem definida de concentração da atividade, no Brejo, e a possibilidade de que a PB ocupe ou recupere o mercado”. Assim, está sendo trabalhada a estrutura desse arranjo desde a base. “Independente de ser familiar ou uma grande empresa agrícola, se o setor não for analisado como cadeia, não se vai articular nada que tenha futuro”, complementa Benitez.

Capacitação e expansão dos negócios

A historiadora Gabriela de Freitas Xavier, da SEC&T, fala que na Paraíba encontram-se tanto produtoras mais antigas, como as de Pilões e de Areia - que desde 2004, mais ou menos, produzem flores em vaso, suculentas, cactos e plantas ornamentais e medicinais - quanto as novatas, que se sentiram motivadas a iniciar o negócio vendo como oportunidade o aumento de consumo de suculentas e cactos.

É o caso de Lia, de Serraria. Seu nome não lembra nem de longe o apelido: Maria José Araújo dos Santos, “foi na família, para diferenciar das minhas duas primas que também se chamam Maria José!”. Ela é agricultora, planta várias culturas para consumo familiar e garante um sustento com artesanato. Foi convidada para participar de uma das reuniões

deste APL, promovida pela SEC&T e, em junho deste ano, viu pela rede social que teria uma feira livre em Remígio. A feira foi cancelada, mas Lia, com suas amigas, foi até Areia e visitaram uma floricultura onde a proprietária ensinou algumas técnicas, deu mudas e elas compraram plantas para revender em Serraria.

Márcia Gondim se ofereceu para ensinar Lia, deu mudas de suculentas e cactos, vasos, e Lia chamou uma amiga, Joseane Guilherme, para ser sua sócia. Elas estão resgatando as plantas nativas dos jardins das avós, o coração de cristo (calandium), a lágrima de cristo, o cróton... E iniciaram a produção. “Vou participar da capacitação que a secretaria (SEC&T) está organizando e estou motivada com essa nova produção!”, disse Lia.

Levantamento revela potencial do mercado

Dando seguimento ao planejamento da SEC&T, a professora da UFCG e agrônoma Márcia Gondim foi convidada para realizar um levantamento de informações junto aos produtores de flores dos municípios de Areia, Pilões, Serraria e Bananeiras, realizado com o apoio da Prefeitura Municipal de Areia.

No início deste mês de agosto, a professora Márcia Gondim e Laís Barreto, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Areia, visitaram cooperativas, associações e produtores individuais nesses quatro municípios para identificar as potencialidades, as barreiras e as necessidades.

Segundo Márcia Gondim e Laís Barreto, quem trabalhava com flores de corte sofreu prejuízo. Por outro lado, a demanda por plantas verdes aumentou e os produtores acompanharam, mudando o cultivo para esse tipo de produto, ou hortaliças. Segundo informou Renato Optiz, diretor de Comunicação do Instituto Brasileiro de Floricultura, durante o lançamento do Boletim Prohort 2021, esse foi o cenário nacional. Mas ainda que a categoria de flores de corte tenha caído entre 30% e 40% em 2020, o mercado cresceu entre 6% e 7%, em função da alta nas outras categorias que são flores em vaso, plantas verdes, produtos para paisagismo e gramas. Em 2021 voltará a crescer e chegar aos dois dígitos, como é o padrão no setor, aposta Optiz.

O Brasil conta, atualmente, com cerca de 8 mil produtores de flores e plantas. Cultivam mais de 2.500 espécies com cerca de 17.500 variedades. O mercado de flores é responsável por 209 mil empregos diretos e cerca de 800 mil empregos indiretos.

“A cada semana chegam dois caminhões na Paraíba carregados de flores, vindos de São Paulo, o maior produtor do país, e distribuem em João Pessoa e Campina Grande e dali para todo o interior. Se há mercado, os produtores do Estado têm plenas condições de ocupá-lo”, diz Márcia Gondim.

Outra dificuldade no Estado é a falta de insumos, como os vasos para produzir as mudas. Os produtores na Paraíba encomendam a uma empresa do Paraná que demora até quatro meses para entregar um pedido. “A articulação para viabilizar a fabricação de vasos é outro ponto em que estamos trabalhando”, revela Daniel Benitez.



Visita a uma floricultura em Areia motiva novas produtoras para plantação e revenda de mudas e plantas



Barulho em excesso afeta a saúde de animais e plantas

Poluição sonora provocada por veículos e até pelos seres humanos pode estressar espécies da fauna e da flora

Alexsandra Tavares
lekajp@hotmail.com

O excesso de ruído traz irritação e prejudica a audição do ser humano. Mas o que muitos não sabem é que a poluição sonora também afeta negativamente o meio ambiente, ou seja, a fauna e a flora. Segundo especialistas, a frequência e o volume do som podem afetar os animais e as plantas, prejudicando, inclusive, o desenvolvimento de várias espécies.

A bióloga e ecóloga Anne Falcão de Freitas afirmou que a poluição sonora consiste em emissão de som que, direta ou indiretamente, é ofensiva ou nociva à saúde, à segurança e ao bem-estar da coletividade. E dentre os receptores dessa perturbação ambiental estão os variados seres vivos. “Essa forma de poluição não afeta apenas os seres humanos, mas sim, animais e plantas que habitam o ambiente urbano, os resquícios de mata, ou contíguos das cidades”.

Os bichos podem ter seu ciclo reprodutivo prejudicado por causa do excesso de barulho. Anne Falcão explicou que essa poluição ainda deixa os animais estressados, impede seu instinto de caça e interfere na comunicação intraespecífica.

Anne ressaltou que essa interferência pode ocorrer também em ambientes aquáticos, por meio de motores de navios, barcos e similares, afetando o processo de caça, comunicação e reprodução de animais como golfinhos e baleias.

Com base em dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), Anne disse que um som a partir de 65 decibéis já traz prejuízos à saúde do ser humano. A realidade é semelhante ou ainda mais agravante no caso de animais, já que alguns têm audição mais sensível, a exemplo dos cachorros.

“No que se refere à flora, as ondas sonoras, dependendo do tempo de exposição e da frequência, por meio de tremores, causam a perda de água da planta, podendo levar



Foto: Ortilo Antonio

a um estresse hídrico”, contou. Portanto, o ideal é não deixar vasos com alguma vegetação próximos de caixas de som, principalmente se o equipamento for usado constantemente e em um volume alto.

A bióloga Neide Martins, coordenadora do Centro de Estudos e Práticas Ambientais (Cepam), do Parque Zoológico Arruda Câmara (Bica), destacou que, apesar de as pesquisas relacionadas às consequências da poluição sonora na fauna serem ainda restritas, já foram descobertos alguns dados que servem de alerta para os cuidados que devemos ter com relação à diminuição dos ruídos para conservação da fauna, principalmente a silvestre, a qual se tem menos controle.

Um exemplo conhecido é o efeito do ruído do tráfego veicular sobre os animais silvestres, que pode restringir a comunicação entre as aves, afetar a atração de parceiros, comprometer a disputa por território, a detecção de presas e até impactar no processo de migrações.

A boa notícia é que, segundo ela, os estudos que avaliam os níveis de poluição sonora em áreas urbanas estão sendo aprimorados, com o objetivo de propor medidas que melhorem a qualidade de vida humana. Porém, os impactos que esses ruídos causam sobre a vida selvagem ainda é pouco explorada na literatura.

Com relação aos animais em zoológicos, Neide Martins destacou que é possível obter melhores dados, pelo fato de estas espécies estarem sob constante observação. Ela alerta, contudo, que os barulhos que são transmitidos a partir da visita pública apresentam-se como um dos causadores de estresse, interferindo diretamente no bem-estar destes animais.

“No caso do Parque Zoológico Arruda Câmara, observa-se comportamento de estresse por meio de inquietação demonstrada na anta (Tapirus terrestris) e nos bugios (Alouatta carauá), que vocalizam bastante esse incômodo. Para evitar e diminuir esse tipo de poluição no parque utilizamos placas educativas, fazemos ações com os visitantes, como também rondas educativas com educadores ambientais do parque”, enfocou.

Em parques e zoológicos, como a Bica, os animais demonstram estresse por causa do barulho provocado pelos visitantes, que são orientados através de campanhas educativas

Canal de denúncias

Além de ser uma perturbação à coletividade, a poluição sonora é crime. Segundo a coordenadora de Educação Ambiental da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema), Taciana Cirilo, os infratores podem ser autuados administrativa e criminalmente. As denúncias desse tipo de crime podem ser feitas pelo número 988442191.

Na Paraíba, as pessoas que respondem a infração por prática da poluição sonora ou tiveram aparelho de som apreendido devem participar do Curso de Boas Práticas Ambientais (CBPA) oferecido pela Sudema. A autarquia abriu vagas para a realização desta atividade para os próximos dias 24, 25 e 26. Os interessados podem se cadastrar por meio do site da Sudema (www.sudema.pb.gov.br), clicando no botão “Curso de Boas Práticas Ambientais”.

Interferências sonoras causam prejuízos que vão muito além do incômodo, podendo até mesmo alterar ciclos da natureza

ESTRESSE PODE ALTERAR CICLOS NATURAIS

■ O psicólogo Felipe Moraes, da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema), afirmou que ao ser causador de estresse, o excesso de barulho deixa os animais mais agressivos. “Além de interferir em sua atenção, componente imprescindível para o cuidado com a sua prole e a obtenção de alimentos”. Dessa forma, alguns ciclos da natureza podem ser afetados pela relação que os animais estabelecem, direta ou indiretamente, com o meio em que vivem, influenciando em processos como a germinação de sementes, o controle da cadeia alimentar, dentre outros aspectos.

OUTROS PREJUÍZOS

■ A coordenadora de Educação Ambiental da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema), Taciana Cirilo, explicou que as perturbações sonoras estão sendo cada vez mais identificadas como causadoras de dano à saúde, e não apenas como incômodo social subjetivo. O impacto dessa perturbação propagada no meio ambiente interfere diretamente na vida do ser humano, e vai além dos problemas auditivos. Segundo ela, os especialistas da área da saúde auditiva informam que ficar surdo é só uma das consequências, sendo os ruídos responsáveis por inúmeros outros problemas. “Segundo Fernandes (2002), ‘de um modo geral, os efeitos do ruído sobre o homem se dividem em duas partes: os que atuam sobre a saúde e bem-estar das pessoas (efeitos extra - auditivos) e os efeitos sobre a audição’”.

22 de agosto

Parabéns, cidade de Cajazeiras



158 anos de emancipação política

AUNIÃO

RÁDIO Tabajara AM 1170 FM 105,5

EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO



Foto: Ale Cabral/CPB



O circuito paraibano está marcada para acontecer no Alive Beach Clube, entre os dias 9 e 12 de setembro, em sua terceira etapa

BEACH TÊNIS

MAIS QUE UMA MODA, VEIO PARA FICAR

Esporte congrega pessoas de várias faixas etárias e ambos os sexos, integra familiares e pode ser praticado em clubes, condomínios e praças pela cidade

Iago Sarinho
iagosarinho@gmail.com

O Beach Tênis já é uma realidade na orla de João Pessoa, em clubes, condomínios e quadras de areia em praças da cidade. Essa modalidade, que não chegou agora na capital, após a pandemia, teve um crescimento acelerado, passando a dividir espaço com esportes já consagrados nas praias da cidade, como é o caso do vôlei de praia, do futebol de areia, do futvôlei e do handebol de praia. Quem observa esse movimento, pode se surpreender e até achar que se trata apenas de uma moda passageira, contudo, para quem pratica o esporte, especialmente aqueles que há mais tempo já jogam na cidade, esse é um processo que não surpreende e que não deve ter data de validade.

O beach tnis surgiu, inicialmente, no final dos anos 1980, na província de Ravenna, na Itália, como um mix entre o tnis, o badminton e o vôlei de praia. Desde então, o esporte tem se popularizado no mundo e, no Brasil, especialmente a partir dos anos 2000, inicia a sua expansão de forma acelerada, ao encontrar as condições ideais para a sua prática em toda a extensão do Litoral. A modalidade já conta com um circuito em nível mundial, vinculado à Federação Internacional de Tnis (ITF). No Brasil, a entidade responsável pelo esporte também é originária do tnis nas quadras rápidas, de grama e saibro, a Confederação Brasileira de Tnis (CBT).

Da mesma forma, na Paraíba, o esporte é regido pela Federação Paraibana de Tnis (FPbT) que organiza, por exemplo, o circuito paraibano da modalidade, cuja terceira etapa está marcada para acontecer no Alive Beach Clube, entre os dias 9 e 12 de setembro. No Estado, os primeiros

registros da modalidade são do ano de 2009, quando se instalou na orla da capital o Grupo de Beach Tnis de Tambaú que, posteriormente, se transformou em um projeto de extensão da Universidade Federal da Paraíba que segue em funcionamento. Com grandes nomes da modalidade, como Airton Rodrigues ex-top 10 do mundo e, agora, instrutor do esporte, a modalidade vem crescendo desde a sua chegada tendo, além de João Pessoa, a cidade de Campina Grande como um espaço de grande difusão e prática.

Interação maior

Uma das principais características do beach tnis é a congregação de pessoas de faixas etárias diferentes, em muitos casos, famílias inteiras praticam o esporte. Outro ponto favorável, é que divisões de gênero e peso, são geralmente ignoradas na modalidade, o que possibilita uma integração maior e a participação de pessoas que vinham sem praticar esportes ou que tinham um histórico de sedentarismo. Para Julia de Camilis Azevêdo, estudante de medicina, essa é a principal vantagem da modalidade e um fator que, na opinião dela, facilita a integração entre as pessoas, especialmente nesse processo de retomada das atividades em meio à pandemia da covid-19.

“Primeiro que é um esporte ao ar livre e isso estimula demais, por conta do espaço para a prática, além disso, o beach tnis é um esporte muito social, onde conhecemos pessoas e precisamos ter espírito de equipe, por exemplo, para jogar em dupla. Isso tudo fortalece a convivência e a interação social, coisas que ficaram perdidas durante a pandemia. Outra característica que eu acho muito massa é o fato de termos os jogos mistos

com homens e mulheres, da mesma forma, é um espaço que não fecha as portas para estereótipos que são colocados pela sociedade e acabam impedindo que pessoas ocupem os espaços. No beach tnis vemos, justamente, o inverso disso, ou seja, é um esporte que reúne várias características positivas ao mesmo tempo”, explicou Julia de Camilis.

Essa versatilidade e abrangência do esporte, atrelada a uma prática ao ar livre, cuja oferta de espaços para a sua atividade, é farta em João Pessoa, por exemplo, tem contribuído com o crescimento rápido do número de praticantes e locais de treino e competição. Um dos exemplos disso, é o surgimento de clubes especializados nesse esporte. Atualmente, já existem três, só na capital, além de outros cinco que estão sendo construídos.

Diversos locais

Assim como esses espaços privados, também tem havido um crescimento a partir da adequação simples de quadras de vôlei de praia que, por exemplo - as medidas da arena são as mesmas, apenas a redução da altura da rede -, tem possibilitado a prática do beach tnis em condomínios e praças que já contavam com caixas de areia. Bernardo Cantinho é proprietário do Alive Beach Clube - um dos espaços exclusivos para a prática da modalidade e que conta com mais de 500 sócios ativos e 18 quadras - e praticante do esporte. Ele explica que o esporte já estava se consolidando, mas nos últimos anos passou a ter um crescimento ainda mais acelerado, especialmente após a pandemia. Contudo, garante que não se trata apenas de uma moda passageira, pois esse esporte só tende a crescer.

“Hoje nós estamos observando um crescimento de

ordem geométrica e todos os dias recebemos alguém novo buscando a prática. Esse crescimento não é de hoje, temos visto o desenvolvimento do esporte na Paraíba a mais de uma década, mas de 2018 para cá, especialmente depois da pandemia, realmente a coisa tomou outra proporção. Contudo, diferente do que muitos pensam, na minha visão, esse esporte não será apenas uma moda. A tendência é de crescimento e manutenção dos praticantes que já existem, pois temos uma estrutura de prática profissional, cada vez mais forte e lucrativa, clubes como o nosso estão crescendo e já se mostram modelos de negócio sustentáveis e, acima de tudo, esse é um esporte para todas as pessoas, muito caracterizado pelas famílias. Hoje, vemos pais, mães e filhos jogando juntos, crianças largando o smartphone para praticar o esporte e isso é algo que está virando uma cultura positiva em meio a pandemia e que, com a liberação das restrições se configurando só tende a crescer”, afirmou Bernardo Cantinho.

Custo

Nem tudo, porém, é perfeito e uma das principais dificuldades encontradas, ainda no beach tnis, são os custos com equipamentos como as raquetes específicas para o esporte que tem um custo médio de entrada, superior aos R\$ 300, enquanto que materiais de melhor rendimento superam, facilmente, a casa dos R\$ 1.200. Esse fator, acaba inviabilizando a prática para pessoas de menor poder aquisitivo o que torna, de certo modo, essa modalidade restrita à algumas camadas da sociedade.

Tentando combater isso, uma das ações do Alive Beach Clube, que fica localizado nas proximidades da comunidade

de Vila São Domingos, foi a abertura do espaço, de forma gratuita, para crianças, jovens e adultos da localidade que se associam, mediante cadastro prévio, sem qualquer custo. Dessa forma, atualmente, 20 pessoas são atendidas pelo projeto social do clube. No local, além de poderem praticar o esporte, sem qualquer distinção em relação aos associados convencionais, eles ainda tem o suporte técnico e instrumental, com raquetes que são disponibilizadas para os moradores da Vila São Domingos.

Comunidade

Além dos praticantes, no espaço, existe uma prioridade, no clube, para a contratação de funcionários residentes na localidade. Hoje, 12 moradores da vila trabalham no espaço. Como desdobramentos dessa ação, além dos praticantes e funcionários contratados, o clube já formou seis instrutores de beach tnis, dois deles seguem trabalhando no local e outros quatro já trabalham em outras estruturas da modalidade. Um dos atendidos pelo projeto é o estudante Jean Silva, de 15 anos, que, hoje, sonha em se tornar jogador profissional.

“No ano passado, comecei a frequentar o clube com alguns amigos da comunidade e comecei a treinar e já consegui vencer no primeiro torneio que eu disputei em Camboinha, Cabedelo, foi jogando como duplas mistas, ao lado da minha parceira Emily - também moradora da Vila São Domingos. Para mim está sendo muito bom. Geralmente, a gente que é da comunidade não tem muita oportunidade e aqui estamos tendo, as pessoas podem vir praticar sem pagar, já que o clube disponibiliza as raquetes para a gente poder

Fotos: Ortilo Antônio



Julia de Camilis diz que o beach tnis é um esporte bastante social



Bernardo Cantinho garante que o esporte está consolidado



O estudante Jean Silva faz parte de projeto social no Alive Beach Clube

treinar e jogar. Agora é treinar bastante e dar o nosso máximo para aproveitar essa chance e ir longe. Meu objetivo é continuar treinando e melhorando, pois quero me profissionalizar no beach tnis”, afirmou Jean Silva.

Foto: Ortilo Antônio

Ivo Marques
ivo_esportes@yahoo.com.br

Com o empate na última rodada contra o Sousa, o Treze perdeu o lugar no G4 para o Atlético do Ceará e agora precisa voltar a vencer para entrar outra vez na zona de classificação. Hoje, o Galo terá pela frente o Central, às 15 horas, no Lacerdão, em Caruaru. O Galo tem 14 pontos e está na quinta colocação do grupo A3, enquanto a Patativa do Nordeste tem apenas oito pontos e está na lanterna do grupo.

Mas no Treze ninguém espera jogo fácil contra o Central. Durante a semana, o técnico Wellington Fajardo declarou que viu o adversário jogando contra o Campinense e para ele é um time muito arrumadinho, com um bom toque de bola e quase surpreendeu o Campinense. Jogando em casa, ele espera enfrentar um time ainda mais perigoso.

Com oito empates em 11 jogos, o Galo precisa melhorar no setor de ataque e é possível que Walison Bahia saia para a entrada de Gustavo Índio e o meia Evair substitua Gerônimo, que está suspenso com o terceiro cartão amarelo. No meio campo, poderá haver uma mudança, a entrada de Rafael Toledo no lugar de João Ananias. Já na defesa, o zagueiro Marlon

/// Nós temos chances de classificação ainda, apesar de serem remotas. Temos mais três jogos para brigar para passar de fase e fazer nosso papel. Infelizmente estamos em uma situação complicada ///

Treze precisa de uma vitória para brigar por vaga

Alvinegro joga hoje fora de seus domínios diante do Central com o objetivo de retornar ao G4 do Campeonato Brasileiro da Série D



Foto: Instagram/Trezeoficial

deixou o clube e foi para a Jacuipense da Bahia, em seu lugar deverá entrar Gabriel Moreira. O treinador não confirmou estas alterações, mas têm grande probabilidade de acontecer, baseado nos treinos desta semana.

No Central, apesar da colocação do clube, os jogadores ainda acreditam na possibilidade de classificação e, para isso, o clube tem de vencer todos os jogos restantes, começando por este contra o Treze.

“Nós temos chances de classificação ainda, apesar de serem remotas. Temos mais três jogos, para brigar para passar de fase e fazer nosso papel. Infelizmente estamos em uma situação complicada, mas enquanto houver chances, vamos acreditar”, disse o zagueiro Renan Costa, em entrevista ao globoesporte.com/PE.

O árbitro central para a partida será Paulo Renato Moreira da Silva Coelho, do Rio de Janeiro, com os assistentes pernambucanos José Romão da Silva Neto e John Anderson Alves Ribeiro.

Liderança

No outro jogo da 12ª rodada do Campeonato Brasileiro, no Estádio Frasqueirão, em Natal, o clássico potiguar entre ABC e América valendo a liderança do Grupo 3. O time abecedista lidera com 22 pontos contra 21 do rival, ambos praticamente classificados para a segunda fase. Quem vencer não será mais alcançado pelo quarto colocado.

◀ A maior preocupação nos treinamentos da semana foi com o setor ofensivo, que tem falhado bastante nos jogos do Treze pelo Brasileiro da Série D

Brasileirão tem mais cinco partidas neste domingo

Da Redação

A 17ª rodada do Campeonato Brasileiro da Série A tem sequência neste domingo com a realização de mais cinco jogos - será complementada amanhã com mais dois, e começa bem mais cedo, a partir das 11 horas, quando o Palmeiras recebe o Cuiabá, no Allianz Parque, embalado pela classificação às semifinais da Copa Libertadores após aplicar 3 a 0 no São Paulo no início da semana. O Verdão é amplo favorito diante da fraca campanha do time de Mato Grosso que está na 16ª colocação, uma a frente da zona do rebaixamento e vem de uma derrota em casa para o Grêmio no meio de semana.

No horário das 16 horas teremos mais dois jogos, destaque para o Ceará que recebe o Flamengo, no Castelão. O “Vozão” vem de uma derrota para o Corinthians por 3 a 1 e está na oitava colocação com

23 pontos, quatro a menos que o rubro-negro, este empolgado pela goleada imposta ao Olimpia pela Libertadores que o garantiu nas semifinais da Libertadores. Pelo Brasileirão, o Fla passou pelo Sport na última rodada e ocupa a quinta posição.

Na Arena da Baixada, no mesmo horário, o Atlético-PR, embalado pela classificação às semifinais da Copa Sul-Americana, depois de golear a LDU por 4 a 2, vai encarar o Corinthians. O time paranaense é o sexto colocado e o “Timão” aparece em 11ª.

Às 18h15, na Vila Belmiro, o Santos terá pela frente o embalado Internacional que vem de goleadas sobre os cariocas Flamengo e Fluminense, enquanto o time paulista tenta digerir a eliminação na Copa Sul-Americana para o Libertad, do Paraguai, no meio de semana. As duas equipes têm a mesma pontuação, 21, mas o time gaúcho leva

vantagem nos critérios de desempate e está na nona posição.

Fechando os jogos de hoje, o Sport recebe o São Paulo, na Ilha do Retiro, a partir das 20h30. Duas equipes em busca de reabilitação. O “Leão” vem de derrota para o Flamengo por 2 a 0 no Brasileirão e o Tricolor de 3 a 0 para o Palmeiras, sendo eliminado da Libertadores.

A 17ª rodada será encerrada amanhã, quando o líder Atlético-MG entra em campo, às 20 horas, no Estádio de São Januário, para enfrentar o Fluminense. O curioso é que na próxima quinta-feira o confronto vai se repetir, mas pela Copa do Brasil na fase de quartas de final e no Estádio Nilton Santos. O tricolor sofreu um baque com a eliminação na Libertadores e buscará forças para encarar o melhor time do campeonato. E ainda tem América Mineiro e Bragantino, às 20 horas, no estádio da Independência.



Foto: Alexandre Vidal/Flamengo

O Flamengo continua a sua busca para se aproximar do G4 e dos principais concorrentes ao título da temporada



Aos 71 anos, o narrador Galvão Bueno reconhece que sua forma de trabalho vem mudando em busca de mais emoções, assim como Everaldo Marques, Sérgio Mauricio e Renata Silveira, esta a grande revelação nas transmissões

Bordões e mais descontração de narradores marcam novo estilo

Ideia dos profissionais durante as transmissões pela TV é se aproximar cada vez mais dos telespectadores

Gonçalo Junior
Agência Estado

A narração esportiva, a maneira como os locutores acompanham uma competição, vem mudando nos últimos anos. Transmissões mais descontraídas, coloquiais, irreverentes e emocionadas, com o uso de mais bordões e trocadilhos, viraram quase uma regra para manter a conexão com o público.

Na visão dos profissionais, o grande responsável pela mudança é o crescimento das redes sociais, que exigem maior interatividade. O exemplo mais recente desse novo jeito de narrar o esporte na TV foi a transmissão dos Jogos Olímpicos de Tóquio. A variedade das modalidades mostrou como os narradores precisam de mais jogo de cintura.

Existem vários exemplos. O primeiro foi o sofrimento e a empolgação do narrador Galvão Bueno durante a conquista da meda-

lha de prata na prova individual geral da ginasta Rebeca Andrade. Os bastidores da transmissão foram exibidos pela própria Rede Globo, detentora dos direitos de transmissão dos jogos para o Brasil.

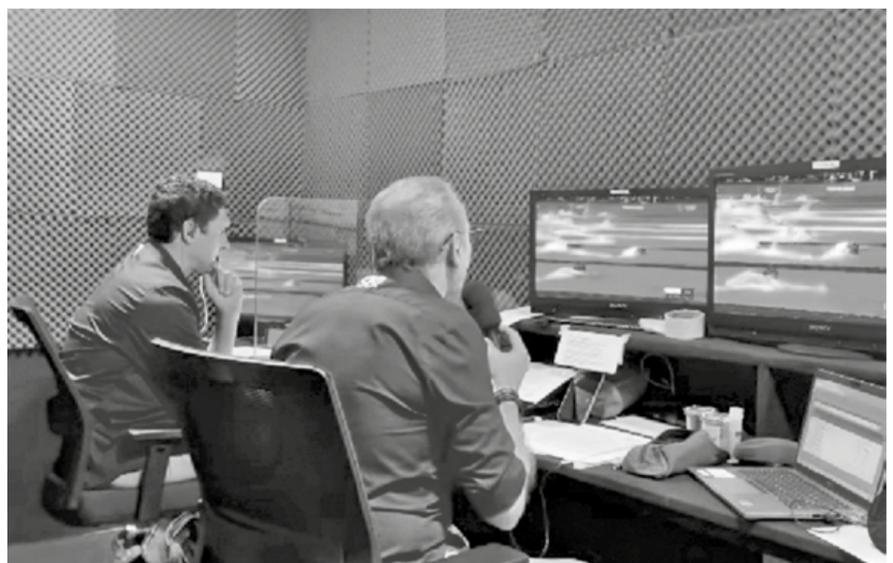
“Nos anos 1970 e 1980, as locuções eram mais pausadas, com dicção e entonação maiores. As intervenções do narrador eram mais pontuais. A TV a cabo aumentou essa característica”

Aos 71 anos, o narrador reconhece que sua maneira de transmitir vem mudando. “A vida é feita disso, de se reinventar sempre. O leque expandiu. O mundo se reinventou e

é muito bom acompanhar isso. Com toda a minha experiência, é muito bom viver esse momento mais leve, mais solto, mais feliz”, afirmou Galvão ao Estadão.

Luis Roberto de Múcio Paranhos, o popular Luis Roberto, que também estrelou as transmissões olímpicas da Rede Globo, revela que tem tentado “ser mais leve”. “A narrativa passou a aceitar um vocabulário mais aberto às conversas do cotidiano e, principalmente, próximo às novas gerações. Precisamos encontrar um formato que agregue as novas gerações, sem desagradar os mais velhos. Levando em conta também os costumes dessas pessoas. Enfim precisamos estar em sintonia com o nosso tempo. Sempre se reinventando”, diz o narrador de 60 anos.

As transmissões olímpicas deram visibilidade a um movimento que se intensificou nos últimos três anos, principalmente nos canais de TV por



Luis Roberto explica que a narrativa passou a aceitar um vocabulário mais aberto às conversas do cotidiano

assinatura. Sergio Mauricio, narrador da Band que acompanha as provas de velocidade, especialmente a Fórmula 1, é quem traça um panorama da narração esportiva no país nas últimas décadas.

“Nos anos 1970 e 1980, as locuções eram mais pausadas, com dicção e entonação maiores. As intervenções do narrador eram mais pontuais. A chegada de Galvão Bueno e Luciano do Valle trazem um

estilo mais veloz e mais ativo. A vinda da TV a cabo aumentou ainda mais essas características”, explica o narrador que chegou à Band no início do ano após longa passagem pelos canais SporTV.

Redes sociais são o principal motivo das mudanças nas transmissões

Todos os locutores ouvidos pelo Estadão são unânimes ao afirmar que as redes sociais são o principal impulso às mudanças na narração. Com interação instantânea, elas se tornaram um espécie de termômetro do que passa na telinha. Canais de tevê costumam usar os comentários

dos internautas para enriquecer as transmissões. Para Teo José, voz dos jogos da Copa Libertadores e Liga dos Campeões no SBT, o celular se tornou uma segunda tela, que é acompanhada paralelamente às transmissões na tevê ou na internet.

“Mudou a audiência, mu-

dou o consumidor. Temos de entregar algo a mais”, avalia André Henning, um dos responsáveis pela transmissão dos jogos da Liga dos Campeões no canal por assinatura TNT Sports. “O narrador deixou de ser alguém que está contando o que está vendo e passou a con-

tar também o que está vivendo e sentindo. Para mim, mudou muito pouco. Narração sempre foi assim”, opina.

Nesse contexto, as pessoas querem uma companhia na hora da transmissão, na opinião de Luis Roberto. “As pessoas querem dividir com quem está narrando

e comentando. Querem se sentir incluídas e fazer parte daquele evento”, diz o narrador de 60 anos. “Há alguns anos, a locução era apenas um guia para os telespectadores. Hoje está claro que precisamos ser mais que um ‘guia’, temos que entregar emoção, empatia e leveza”, completa.

Frases que saem das ruas e das músicas

Uma das principais características da narração esportiva é o uso de bordões, aquelas frases repetidas em situações específicas e que fortalecem a identificação dos narradores. “Sempre tive um estilo de utilizar bordões que eu tiro da rua, de novelas, de música. Isso me acompanha desde o início. Eu sempre me pergunto se eu gostaria de ouvir algumas coisas. Procuo ser agradável e usar frases recentes. Também sou internauta”, afirma.

Everaldo Marques levou um dos seus bordões mais marcantes - “você é ridículo!” - do canal de TV por assinatura ESPN para os canais Globo. A primeira vez que ele usou o bordão na nova emissora foi na vitória 91 do piloto Lewis Hamilton, quando ele igualou o recorde de Michael Schumacher na Fórmula 1. “Depois da bandeirada, eu fui construindo uma série de elogios que culminaram no ‘Você é ridículo’. Quem já conhecia, entendeu perfeitamente. Quem não conhecia e prestou

atenção em tudo o que eu falei antes do bordão, percebeu que era uma conotação positiva. Ruído zero, inclusive nas redes sociais”, explica.

Os bordões podem variar de acordo com o momento da partida, conceitua Everaldo. Na final do torneio olímpico de basquete masculino, entre França e Estados Unidos, ele disse outra de suas marcas registradas - “enquanto tem bambu, tem flecha” - em francês. “Quanto mais natural for a comunicação, mais verdadeira e o público se identifica com isso”, diz.

A renovação do estilo narrativo também pode ser literal, a partir da contratação de novos nomes. Aprovado em um concurso de Talentos da Narração, Sergio Arenillas se tornou, aos 24 anos, um dos mais jovens da história da TV brasileira a transmitir uma competição na TV aberta. Ele também narrou a primeira disputa dos Jogos de Tóquio: o jogo de softbol entre Austrália e Japão.

Renovação passa pelas mulheres

A renovação da narração esportiva está relacionada também ao avanço das mulheres em uma área historicamente ocupada por homens. Neste ano, Renata Silveira se tornou a primeira narradora de futebol do Grupo Globo ao transmitir a vitória do Botafogo sobre o Moto Club pela Copa do Brasil.

“O espaço está sendo conquistado aos poucos, porque a narração nunca foi uma realidade para as mulheres. No meu caso, a oportunidade surgiu em um concurso da Rádio Globo. Depois, veio a chance nos canais Fox Sports. Mas nunca tive o sonho de exercer essa profissão, porque não existiam referências de mulheres na narração esportiva”, conta Renata Silveira, que se tornou a primeira a narrar um jogo da seleção brasileira nos Jogos de Tóquio.

Depois de se tornar a pioneira na narração de uma partida de Copa do Mundo na televisão brasileira - Rússia e Arábia Saudita na Fox Sports na Copa de 2018 -, a narradora e radialista Isabelly Moraes integra uma equipe feminina da narração esportiva na Band,

algo inédito na TV aberta. A mineira atua ao lado das comentaristas Milene Domingues e Alline Calandrini. Isabelly não vê diferenças entre narradores e narradoras. “A gente tem uma cultura de narração esportiva que paira sobre nós. É aquela ação descritiva que vai subindo o tom de acordo com os lances e o grito de gol estendido, por exemplo. Nossa narração tem esses elementos que são apropriados pelos profissionais. Não é o homem ou mulher. Varia pelo profissional. A identidade de narração é construída por cada um”, opina. Natália Lara, narradora que passou pela TV Cultura e hoje também atua no Grupo Globo, destaca as transformações que permitem o avanço das mulheres. “Ter mulheres desempenhando funções que sempre foram realizadas por homens é algo que demanda tempo, insistência e persistência. Tivemos mulheres que abriram espaços anteriormente e foram essenciais. Estamos na reportagem, na apresentação, nos comentários e na narração. Estamos quebrando barreiras”, afirma.

Paralimpíadas de Tóquio

Paraibanos buscam superar as conquistas da Rio-2016



Foto: Ale Cabral/CPB

Estado será representado por 13 atletas, e Petrúcio Ferreira terá a honra de desfilar com a bandeira brasileira



Iago Sarinho
iagosarinho@gmail.com

Os Jogos Paralímpicos de Tóquio começam nesta terça-feira (24) na capital japonesa. A abertura do evento está confirmada para ocorrer às 8h no horário brasileiro e terá como palco o Estádio Nacional do Japão. No evento, que demarca o começo da competição, o foco principal da soleni-

dade será propagar a mensagem por uma sociedade de respeito e ajuda mútua e onde os preconceitos sejam ultrapassados. Nas Olimpíadas do Rio de Janeiro, a Paraíba ganhou três medalhas no atletismo com Petrúcio Ferreira (ouro e duas pratas); ouro no futebol de 5 com Damião Robson e Marquinhos e bronze no goalball com José Roberto Oliveira e Romário Marques e agora busca superar essa marca. Ao todo, o movimento paralímpico do estado conta com 13 paratletas em Tóquio e 10 membros de comissões técnicas e médicas.

Com uma limitação no quantitativo de presentes e o impedimento da presença de público, a cerimônia será histórica para a Paraíba que, além de 23 representantes na competição, terá, pela primeira vez, um porta-bandeira segurando o pavilhão do Brasil. A honraria caberá à Petrúcio Ferreira, campeão olímpico nos 100 metros, em 2016, e medalha de prata nos 400 metros e no revezamento 4x100 nos Jogos do Rio de Janeiro, além de bicampeão mundial e recordista do planeta, com apenas 24 anos de idade, caberá ao jovem de São José do Brejo do Cruz, uma das maiores honrarias que um atleta pode receber em sua carreira.

Além do marco histórico e o simbolismo que envolve a escolha de Petrúcio Ferreira, jovem sertanejo paraibano, descoberto pelo ex-atleta de futsal, Ricardo Ambrósio, da equipe da Secretaria de Estado Juventude, Esporte e Lazer (Sejel) e lançado ao mundo nos Jogos Paraescolares da Paraíba, essa edição das Paralimpíadas pode ser histórica, para o paradesporto paraibano, pela expectativa positiva em relação ao número de medalhas. Entre os esportes onde a Paraíba possui grandes chances de medalha, o futebol de 5, tetracampeão paralímpico - o time conta, dentro de quadra, com Damião Robson, Luan Lacerda e Matheus Costa, fora dela, a comissão é toda paraibana sob o comando de Fernando Vasconcelos, que carrega três ouros como jogador e um como treinador, nos Jogos do Rio de Janeiro -, o goalball, tanto no masculino - com José Roberto e Emerson Silva - quanto no feminino - com o técni-

co, Dailton Nascimento, e o auxiliar, Jonatas Castro - são favoritos por medalhas, inclusive de ouro, entre as modalidades coletivas. Já, entre as modalidades individuais, o atletismo é o grande destaque, pois Petrúcio é favorito para repetir três medalhas nas provas disputadas nos Jogos do Rio de Janeiro, em 2016, e, além dele, a Paraíba conta com Cícero Valdiran, campeão e recordista mundial no lançamento de dardos, além de Joeferson Marinho, medalha de prata nos 100 metros da sua classe, no Mundial de 2019. Além desses três atletas, todos treinados

por Pedrinho Almeida, que integra a comissão técnica do país, na competição, outro destaque da Paraíba é Ariosvaldo Fernandes, o Parré, heptacampeão Parapan-Americano competindo nas provas de velocidade em cadeira de rodas e chega, aos 44 anos de idade, em busca de sua primeira medalha paralímpica.

Entre as novidades da edição desse ano dos Jogos Paralímpicos, está a inclusão do parataekwondo, pela primeira vez, no calendário paralímpico. Nessa modalidade, também está uma das grandes possibilidades de medalha para a Paraíba

com Silvana Fernandes, atual campeã dos Jogos Parapan-Americanos e do Pan-Americano de Parataekwondo. Atualmente, ela ocupa a quinta colocação no ranking mundial e por ser uma atleta jovem, apenas 22 anos, e em desenvolvimento, chega bem cotada na briga pelo pódio, mas podendo surpreender e ir mais longe. Correndo por fora, mas também com chances, a Paraíba ainda estará presente, com paratletas, nas disputas do halterofilismo, com Ailton Andrade, do judô, com Wilians Silva, assim como na natação, onde Ronystony Cordeiro representará o Estado.

+ Torcida paraibana já começa com o goalball

O primeiro compromisso da delegação do Estado será já no primeiro dia, com a estreia da Seleção Masculina de Goalball, atual bicampeã mundial, que entra em quadra, pela primeira vez, às 21h no horário local, diante da Lituânia, adversária direta por medalha e que chega para defender o título olímpico após o triunfo nos Jogos do Rio de Janeiro, onde o Brasil foi medalha de bronze.

No dia seguinte, quem entrará em quadra será a Seleção Feminina de Goalball, que

busca uma histórica medalha paralímpica, tendo no seu comando técnico, a dupla de paraibanos formada por Dailton Nascimento e Jonatas Castro. A estreia do time feminino será contra a forte equipe dos Estados Unidos, bronze nos Jogos de 2016, o horário do jogo não foi confirmado, pois será o último confronto do segundo dia e depende do decorrer das demais partidas para ser iniciado, provavelmente, devendo ocorrer entre 10h e 12h do horário brasileiro.

Foto: Matsui Mikihiro/CPB

Treinamento da Seleção Brasileira de Futebol de 5 na cidade de Hamamatsu no período de climatização antes dos Jogos



Silvana Fernandes é atual campeã dos Jogos Parapan-Americanos. A atleta, que migrou do paratletismo para o parataekwondo, chega a Tóquio confiante em subir ao pódio

Foto: Divulgação/CPB



Foto: Reprodução

Sertão Tupi

Nação indígena povoou interior

Acreditava-se que apenas os tapuias haviam ocupado a região do Semiárido paraibano

Lucilene Meireles
lucilenemeireles@epc.pb.gov.br

Os índios tupis habitaram o Sertão paraibano. A descoberta foi feita pelo professor Juvandi Souza, que coordena uma pesquisa desenvolvida no Laboratório de Arqueologia e Paleontologia (Labap), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), a partir de objetos encontrados durante escavações no município de Serra Grande, no Sertão do Estado. Há resquícios dos tupis em pelo menos 19 localidades do Brejo, do Agreste e do Sertão paraibanos. Até então, acreditava-se que apenas os Tapuias, representados pelos cariris e tarairius, haviam ocupado a região.

Com as novas pesquisas, será necessário rever a história da pré-história da Paraíba, porque, até antes dessas evidências, acreditava-se que em determinadas regiões do que hoje é o Estado habitavam apenas cariris e tarairius. "Agora sabemos que o povo tupi também viveu nessas regiões que, historicamente, eram dos tapuias. Isso vai mudar tudo com relação à questão da pré-história do que hoje é o Estado da Paraíba", declarou o pesquisador.

Antes de começar a identificar a existência de materiais do grupo humano tupi nessa região e, principalmente, no Alto Sertão, a ideia era de que havia sido habitada apenas pelos tapuias. A partir dos últimos dois anos e meio, a equipe de pesquisadores do arqueólogo tem trabalhado em alguns sítios em Serra Grande, e os novos achados revelaram que os tupis, de fato, viveram ali.

O que havia de informação sobre os tupis é que eles tinham vivido mais na região do Litoral e em suas proximidades, até onde hoje são os municípios de Pilões, Pilõesinhos, Bananeiras, na região do Brejo. "É tudo muito novo, mas com esses achados no Sertão muita coisa vai ter que ser revista com relação à ocupação histórica da nossa região", reforçou o pesquisador.

Por enquanto, com relação ao material tupi, foram feitas escavações arqueológicas no município de Serra Grande, próximo à cidade de Itaporanga. Mas existem evidências arqueológicas da presença tupi em vários outros municípios do Semiárido. Em Cuité, por exemplo, foi feito o salvamento arqueológico de uma urna funerária e ossos humanos.

Pesquisador paraibano identifica resquícios da presença dos tupis em pelo menos 19 localidades do interior do Estado

Comunidades contribuem com as pesquisas

As pesquisas pelo Sertão da Paraíba devem seguir pelo município de Bernardino Batista, onde ainda não foi realizada nenhuma atividade arqueológica. Depois irá para Cachoeira dos Índios, próximo a Cajazeiras. Por lá, embora não tenha havido nenhum salvamento arqueológico, foi coletado material que estava na casa de um morador, que acionou a equipe. Recentemente, foi coletado material tupi em Pilõesinhos, constituído de urnas funerárias, fragmentos de tigelas e de ossos humanos. Todas as coletas foram feitas com autorização do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan).

Na maioria das vezes, a equipe chega aos locais onde há resquício da ocupação de outros povos através da comunidade. As pessoas encontram evidências arqueológicas, divulgam nas redes sociais e a informação acaba chegando à equipe. "Hoje, o nosso laboratório é o único da Paraíba e muitas dessas informações vêm da própria comunidade que nos procura, envia fotos, texto, pedindo nossa ida até o local para averiguar melhor se realmente se trata de material arqueológico", observou.

Sobre os povos mais primitivos, os primeiros grupos humanos que aqui estiveram, Juvandi Souza afirmou que muita coisa ainda está por se descobrir. Segundo ele, qualquer coisa que afirme agora de forma conclusiva seria uma atitude precipitada e até irresponsável. A expectativa é de que só daqui a alguns anos existirão respostas mais positivas com relação a quais grupos humanos realmente habitaram o interior do Estado.

Detalhes da história

Para dar sequência ao trabalho arqueológico na Paraíba, foi firmado convênio com quase 30 prefeituras. A ajuda vem em forma de alimentação e deslocamento da equipe que sai de Campina Grande para os municípios em regiões como Seridó e Sertão. "O pessoal nos fornece o apoio logístico e, em contra-



Fotos: Juvandi Souza

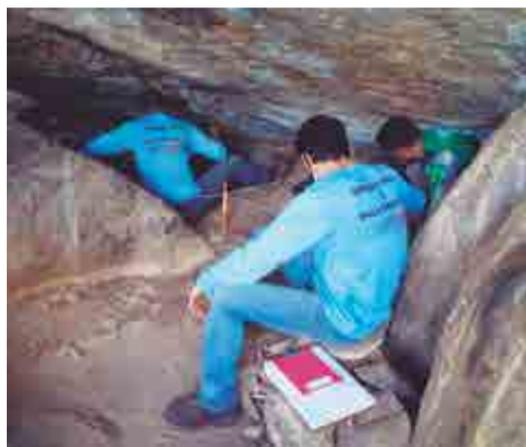
partida, a gente desenvolve as pesquisas em seus respectivos municípios, envolve a comunidade, porque temos que dar um retorno social e isso é muito bom para essas cidades", declarou Juvandi Souza.

Segundo ele, em muitos desses municípios nem se falava em indígenas no passado, nem em negros, remanescentes quilombolas. Hoje, quando os pesquisadores chegam a algum município, faz a parte de educação patrimonial, conversa com a população local. "As pessoas ficam abismadas, nem acreditam que no passado determinado grupo humano viveu naquele local", contou.

O pesquisador acredita que muita coisa pode mudar no futuro com relação à história da pré-história, mas o processo é

lento e requer muito apoio dos órgãos governamentais. Juvandi afirmou que tem tido apoio do Estado, mas é necessário sempre mais apoio para desenvolver melhor as pesquisas no campo da arqueologia e da paleontologia em outras regiões da Paraíba, principalmente no Alto Sertão, que é muito carente de pesquisa.

As pesquisas têm acontecido mais próximo de Campina Grande, no Seridó Oriental, no Curimataú, principalmente na região mais polarizada por Campina Grande, em especial o Cariri, onde, há muitos anos, são realizadas atividades de prospecção e escavações arqueológicas. Para o pesquisador, os investimentos governamentais irão fomentar o trabalho nos municípios do Alto Sertão da Paraíba.



Pesquisadores escavam o Sítio Caxingó, no município de Prata



Materiais arqueológicos do Sítio Moconha, em Serra Grande, no Sertão

Existência de outros povos

Uma importante revelação que pode vir no futuro é a confirmação científica da existência de vários grupos humanos no interior da Paraíba no período pré-histórico. Os estudos devem mostrar quando esses grupos chegaram, como foram extintos na região. Uma das formas de conseguir as melhores provas é através de datações, um processo de alto custo que não é realizado na Paraíba. O material encontrado no Estado é enviado para os Estados Unidos. O Laboratório de Arqueologia e Paleontologia (Labap) conseguiu apoio em Fortaleza, capital cearense, através de um aluno do mestrado que está fazendo sua pesquisa com ossos humanos que saíram de Cuité, onde há um sítio tupi. Em breve, o achado será enviado aos Estados Unidos para ser datado através do método Carbono 14. Para Juvandi Souza, esse é um momento importante, porque permitirá saber qual grupo humano viveu na região. Porém, para ele, é necessário mais apoio para estender as análises científicas, especialmente falando de datações, para os outros sítios tupis. Somente em Serra Grande são quatro sítios tupis, onde existiram pelo menos quatro grandes aldeias. "Precisamos de recursos para podermos datar o material de lá. Da mesma forma que também precisamos de ajuda para realizar o salvamento de duas ou três urnas funerárias em Bernardino Batista, no Alto Sertão, e mandar datar esse material", disse. A ajuda financeira é necessária para datar o material de Pilõesinhos, de Bananeiras de Borborema, onde há sítios tupis, e também para datar o material cariri. Existem guardados milhares de fragmentos, ossos, cerâmica, material lítico que foi usado pelos cariris e pelos seus antecessores

A segunda parte da reportagem sobre a presença do povo tupi no Sertão paraibano estará na edição do Caderno Almanaque de A União no próximo domingo, dia 29 de agosto.

Josélio Gondim

Idealista e obstinado, um “Leão do Norte” empreendedor

Laura Luna lauraluna@epc.pb.gov.br

O jornalista e escritor Josélio Gondim morreu em 7 de agosto de 2010, aos 76 anos, vítima de complicações cardíacas, deixando no jornalismo paraibano uma marca. Idealista e obstinado, teve desde muito cedo a coragem que poucos colegas de profissão tiveram e têm até hoje: a de empreender. E foram inúmeras as publicações e produtos que marcaram a história de dedicação à comunicação. Empenho e talento que ultrapassaram os limites do Estado, conferindo a Josélio Gondim reconhecimento nacional.

Na lista de feitos estão as revistas *Tudo*, *O Espelho* e *O Sol*. Mas aqui no estado foi a revista *A Carta*, lançada em 1986, em plena campanha para Governo do Estado, disputada entre Tarcísio Burity e Marcondes Gadelha, a grande responsável pela notoriedade do idealizador. O informativo, que circulou durante seis anos e meio e cobria os nove estados nordestinos, chacoalhou o cenário político, repercutindo para além das fronteiras da Paraíba. Josélio também escreveu livros: *Sob o Sol do Nordeste*; *Eu Nu no Caminho dos Elefantes e Cadeira de Rodas – Nas Antessalas da Morte* também passaram pela política. Articulado e muito bem relacionado, Josélio entrevistou 11 ex-presidentes do país, tornando-se amigo de três deles: Jânio Quadros, Juscelino Kubitschek e Fernando Collor.

Quem teve a oportunidade de conviver com o jornalista – era essa a definição predileta de Josélio, que se abstinha em ser chamado de empresário – guarda lembranças especiais. O jornalista José Eufrávio foi repórter de política e colunista de *A Carta*, experiência narrada com entusiasmo. “Foi o período mais importante da minha vida enquanto jornalista, foi muito produtivo. Era uma revista de sucesso, circulava semanalmente e era muito aguardada na sexta-feira à noite quando saía para as bancas”.

Mas houve também momentos críticos que exigiam da equipe certa dose de coragem. José Eufrávio conta que, por pouco, não foi preso e atribui isso ao amigo a façanha. “Lembro que fiz um artigo para a revista denunciando os altos salários do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba e o TRE pediu a minha prisão. Nonato Guedes ligou para Josélio, que me acolheu na casa dele, no Cabo Branco. Eu passei três dias escondido e ele contratou os advogados Pedro Gondim, que era tio dele, e Geraldo Beltrão, que fizeram minha defesa. Eu depus e fui liberado. Graças a Deus, não fui preso. Até hoje sou grato a Josélio e a sua família pelo acolhimento. Foi um gesto muito bacana”.

José Eufrávio se refere a Josélio como “amigo excelente e muito solidário”, mas lembra também que essas não eram as

únicas qualidades dele. O espírito empreendedor chamava a atenção. “Apostava no que pensava e jogava o seu dinheiro nesses projetos”. Mas não era só isso. Havia no colega um traço essencial para a profissão e que no caso de Josélio Gondim era mais que habilidade, era um dom. “Josélio tinha uma memória sensacional. Basta dizer que ele conversou por cerca de uma hora e meia com Fernando Collor, que era seu amigo pessoal, e não anotou absolutamente nada. Chegou aqui, pegou uma caneta e um papel, escreveu um relatório e passou pra Nonato Guedes, que desenvolveu o texto”, lembra.

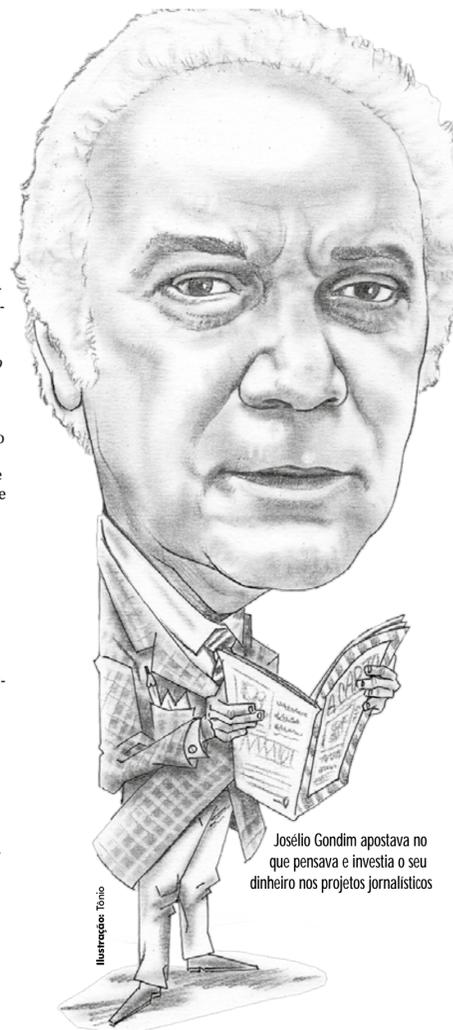
Gilson Souto Maior, jornalista e pesquisador da imprensa paraibana, lembrou da maneira com a qual Josélio Gondim lidava com os leitores. “Sempre procurou fazer um jornalismo com muita seriedade e muita respeitabilidade, não apenas aos protagonistas da política e da vida paraibana, mas foi importante também para os leitores pelo respeito que tinha com cada um”.

Pesquisador da história da imprensa no estado, Gilson, que até o final do ano vai lançar o livro *Histórias do Jornalismo Impreso na Paraíba*, onde escreve sobre *A Carta* e a atuação de Josélio Gondim na imprensa, fala sobre o fazer jornalismo político em um cenário onde os embates eram ainda mais ferrenhos. “Nós, paraibanos, devemos muito ao nosso querido Gondim, que foi uma pessoa que movimentou muito o ambiente político do nosso Estado, com entrevistas palpitantes e sempre procurando fazer um jornalismo com muita seriedade e muita respeitabilidade”.

Resiliência e coragem

Nascido em João Pessoa em 12 de outubro de 1933, em uma família de classe média, Josélio Gondim saiu cedo da Paraíba. Aos 17 anos já pintava telas de personagens políticos, por influência da própria família, que era do meio, e quando oferecia um dos seus trabalhos a Assis Chateaubriand, foi convidado por ele para morar em São Paulo. Lá, cursou Jornalismo, na Faculdade Casper Líbero, e iniciou a carreira. Passou pelo Diário de São Paulo, depois foi para o jornal do Rio de Janeiro, do grupo Diários Associados, e foi subsecretário do jornal O Norte, na capital paraibana.

É conhecido como “Leão do Norte”. O apelido veio da resiliência, força e coragem característicos do jornalista. Em entrevista concedida ao jornal O Norte, em 2005, Josélio Gondim deu detalhes sobre o seu apelido. “Realmente, eles achavam que tudo o que eu fazia era muito ousado. Eu passei 22 anos debaixo de uma ditadura, demitido, com cinco filhos para criar. Eles achavam que tudo isso era um processo que eu vivi, superei, criei, montei uma agência de publicidade, atravessei todas essas fases da minha vida e que era um leão”.



Josélio Gondim apostava no que pensava e investia o seu dinheiro nos projetos jornalísticos

Ilustração: Tonio

Visionário que legou à Paraíba um dos mais belos projetos editoriais

Nonato Guedes Especial para A União

Fui um dos primeiros jornalistas convidados por Josélio Gondim, em agosto de 1986, a integrar a equipe da revista *A Carta*, um dos mais belos e inovadores projetos editoriais da história da comunicação e da cultura na Paraíba. Mesmo atuando em João Pessoa, eu já colaborava com matérias, inclusive, de capa, e de repercussão polêmica, para a revista *O Sol*, baseada em Recife (PE), mas que se anunciava como a “Revista do Nordeste”, outro empreendimento ousado com a assinatura inconfundível de Josélio, o mentor de *Tudo* e *O Espelho*, a partir de Brasília (DF). Josélio era cem por cento jornalista. Ou melhor: repórter. Abominava tanto o título de empresário ou proprietário de publicações como as obrigações ou encargos inerentes a esse mister. Nunca se considerou com perfil de executivo, muito menos de patrão.

Com nível intelectual excelente, discípulo de Assis Chateaubriand e passagens por veículos de imprensa da Paraíba, comprou brigas com organizações poderosas, como o grupo multinacional responsável pela revista *Time*, numa batalha cujos bastidores envolviam exatamente propriedade empresarial de títulos de publicações. Indispos-se abertamente com o governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, a quem dedicou capa de matéria crítica da revista *O Sol*, provocando articulação de Magalhães junto a demais governadores do Nordeste para boicote publicitário institucional ao empreendimento. O batismo

de *A Carta* deu-se em plena campanha eleitoral de 1986, quando disputavam o governo da Paraíba, em posição de confronto, os candidatos Tarcísio Burity (PMDB) e Marcondes Gadelha (PFL), vitoriosos o primeiro por diferença de quase 300 mil votos de maioria. Foi um batismo de fogo, sem nenhuma dúvida, já que partidários dos dois candidatos desconfiavam que o adversário estava por trás da revista. Fui, pessoalmente, indagado ao telefone por Burity se era Gadelha (ou Wilson Braga) o testa-de-ferro de *A Carta* e por Marcondes se era Burity o “dono oculto” da publicação. Convenci-me, aí, de que *A Carta* seria um sucesso editorial, como o foi.

Não constituiu fenômeno de vendas em bancas, mas investiu em assinaturas e alcançava segmentos formadores da opinião pública, principalmente os mais ávidos por espaço na imprensa local, diante do maniqueísmo dominante e da forte presença do Estado sobre meios de comunicação, influenciando na sua própria sobrevivência. Josélio optou por fazer jornalismo não-engajado, exceto quando *A Carta* se tornou regional e quando ele viu ascender à Presidência da República seu amigo pessoal Fernando Collor de Mello. Para esse abriu generosos espaços editoriais e defendeu Collor lealmente durante o processo de impeachment, sem deixar, todavia, de abrir espaço para as informações sobre os atores que se mexiam pela oposição e que contribuíram para a derubada do presidente. “*A Carta* foi citada nacionalmente por revistas como a *Veja*, por ter noticiado em matéria de capa, em primeira mão, que Collor renunciaria ao

cargo nos instantes finais da batalha do impeachment, em manobra para evitar o impedimento que afetaria seus direitos políticos. O gesto, como a história demonstrou, foi inútil, porque não evitou o impeachment, seguido da inelegibilidade de Collor, mas o “furo” de *A Carta* teve repercussão impactante e levou jornais do eixo Rio-São Paulo-Brasília a darem o crédito a Josélio Gondim.

Na verdade, o “furo” jornalístico havia sido obtido em meio a uma conversa entre o próprio presidente da República e o jornalista amigo. No calor das inconfidências, Fernando Collor admitiu que diante da pressão violenta contra ele, quer no Congresso Nacional, quer nas manifestações de rua, chegaria ao extremo de renunciar à suprema magistratura da nação, abortando, em parte, o que chamava de “quartelada parlamentar” contra ele e o governo que pilotava. Já no ostracismo, mas ainda constituindo-se em figura de destaque na mídia, Fernando Collor de Mello veio à Paraíba exclusivamente para o lançamento de livro memorialístico de Josélio Gondim. Além de Collor, ainda como presidente e depois, como ex, outro ex-presidente, Jânio da Silva Quadros, era admirador confesso do estilo jornalístico de Josélio Gondim, que pautou sua biografia, também, por livros de grande impacto.

Releio, agora, uma frase do próprio Josélio Gondim, inserida em matéria de aniversário da revista *A Carta*. Ele pontuava: “É o maior sucesso editorial do Nordeste e a maior e melhor mídia política e publicitária da região. Conseguimos provar, com a nossa equipe, formada



Jornalista Nonato Guedes esteve na equipe de *A Carta*

pelos melhores profissionais de cada um dos estados onde circulamos, que somos capazes de produzir uma revista do mais alto nível, sem nada ficar a dever aos cardeais da chamada grande imprensa. Nosso destino é crescer”. Infelizmente, alguns governos estaduais e, especialmente, alguns dos mais fortes grupos econômicos do Nordeste não reconheceram a importância de *A Carta* como veículo de integração do Nordeste. E foi justamente a dificuldade ocasionada pela falta de apoio por parte das elites nordestinas que levou Josélio a decretar o fechamento da revista, para frustração de jornalistas, comunicadores em geral e segmentos da sociedade que se fascinaram com um estilo criativo, bastante inovador, do fazer-jornalístico na Paraíba. *A Carta* foi o legado pessoal e intransferível de Josélio Gondim aos anais da imprensa na história do Estado, do Nordeste e do Brasil.

Angélica Lúcio



angelicallucio@gmail.com

Aprenda a criar um negócio jornalístico economicamente sustentável

A Google News Initiative lançou um playbook de startups com foco na criação de negócios jornalísticos. O objetivo do guia é desmistificar o processo de lançamento de uma startup de notícias digitais e ajudar a criar negócios que sejam viáveis financeiramente e impactantes como produtos jornalísticos. Em tempo: *playbook*, em bom português, é um guia para descrever tarefas e estratégias dentro de um negócio. Dividido em seis capítulos, a publicação on-line se baseia em insights de empreendedores e na experiência coletiva de parceiros da própria Google News Initiative. No capítulo 1 (Introdução às startups de jornalismo), são abordados dois temas: “Por que as startups de jornalismo fracassam?” e “Por que as chamamos de startups?”.

No capítulo 2 (Defina o problema que seu negócio de notícias está tentando solucionar), você encontra os temas “Quem é seu público-alvo?”, “Quais problemas você pode solucionar para sua audiência?” e “Como confirmar suas suposições sobre seu público-alvo e as suas necessidades?”.

O capítulo 3 tem o título “Crie e mensure seu produto viável mínimo (MVP)”. Nessa seção, o *playbook* traz três tópicos: “Como você testa sua ideia de negócio com um experimento de MVP?”, “Como o MVP ajuda você a aprimorar seu produto?” e “O que você deve fazer a seguir após seu experimento de MVP?”. Já o capítulo 4 (Identifique a missão e os

valores que guiarão você) está diretamente relacionado à alma, digamos assim, da futura startup de notícias. Para isso, os capítulos ensinam “Como você articula e integra sua missão e valores?”, “Como criar um negócio que priorize a diversidade e a inclusão?” e “Como criar um negócio que priorize a igualdade?”.

Após definir missão e valores da sua startup, chegou a hora de pensar mais longe. Assim, no capítulo 5 (Crie um plano de negócios para sua ideia), é possível aprender como os negócios de notícias ganham dinheiro, qual é o mercado para o seu produto, quanto cobrar dos clientes, como fazer com que os clientes comprem seu produto e como criar um orçamento para seu negócio.

No capítulo 6 (Defina os fatores de sucesso para seu negócio), são abordados os seguintes temas: o “Que torna um negócio de notícias sustentável?”, “Quais métricas financeiras para sua ideia”, “Quais métricas jornalísticas você deve monitorar?” e “Quais métricas operacionais você deve monitorar?”. Para quem quiser dar um mergulho mais profundo no assunto, a Google News Initiative apresenta ainda quatro guias: 1. Aprofunde-se em seu produto; 2. Amplie e engaje sua audiência; 3. Encontre os recursos financeiros necessários para lançar e sustentar seu negócio; e 4. Estabeleça suas operações.

Ficou empolgado? Eu fiquei, mas atenção a um alerta da Google: “A maioria das startups

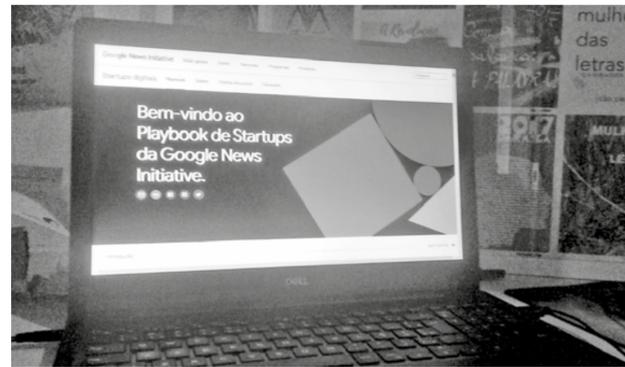


Foto: Reprodução

irão fracassar, e as startups de jornalismo não são exceção”. Por isso que é necessário estudar e planejar bem, antes de se jogar nesse mundo como empreendedor. Mas isso não significa esperar, esperar e esperar o tempo ideal.

“É um instinto natural dos jornalistas tradicionais”, aponta o guia, concluir suas reportagens e escrever a história na íntegra antes de publicá-las. Porém, esse instinto não se traduz bem no empreendedorismo, onde mudanças estratégicas são quase inevitáveis. O objetivo dos aspirantes a empreendedores de notícias

deve ser testar a viabilidade de suas ideias de negócios da forma mais rápida e barata possível - e isso significa começar pequeno”.

Ter uma saudável dose de ceticismo também é uma das dicas apontadas na publicação. “O empreendedor cético desafiará suas suposições, responderá a dados e utilizará o que aprendeu ao longo do caminho para criar e refinar seu produto. Essa é a receita do sucesso”, orienta a Google. A íntegra da publicação está disponível na internet. Se o tema lhe interessa, vale a pena a leitura!

Tocando em frente Professor Francelino Soares



francelino-soares@bol.com.br

A pré-Jovem Guarda – parte I

Não me restam dúvidas de que quem, como nós, viveu o momento musical dos anos 50/60, saudades e nostalgias não sinta daqueles tempos sobre os quais se costuma hoje dizer: “Éramos felizes e não sabíamos”.

Alegria e embevecimento ainda nos proporcionam aqueles sons – pode-se dizer – “nascidos” antes, mas “sacramentados” numa tarde de um domingo, 22 de agosto de 1965: era a oficialização de um roteiro cuja programação iria concorrer com a TV Excelsior/SP e Rio, embalando, por cerca de três anos, até o final do ano de 1968, a juventude daquela época e que, pouco a pouco, ia tomando conhecimento da nova grade de produção vespertina da TV Record/São Paulo. O programa *Jovem Guarda* ocorria na capital paulista, era apresentado ao vivo no teatro homônimo e foi tomando conta da juventude por meio dos antigos videoteipes exibidos nas praças de Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife, na semana posterior à apresentação, uma vez que ainda não se dispunha da hoje convencional “via satélite”. Diga-se de passagem que, naquela época, por acordos comerciais, não era permitido às emissoras de tevê transmitir as partidas de futebol, o que fazia tornar ainda maior a audiência do programa musical da Record, exibido nas tardes futebolísticas dominicais. Nas apresentações, comandadas por Roberto Carlos (ainda não havia sido cognominado de “rei”), este convidava “o meu amigo” Erasmo Carlos, e a “terruzinha” Wanderléa, que os mais íntimos chamavam de Wandeca, e que já fazia sucesso nas Minas Gerais.

Embora lhes prometa uma sequência

futura para essa estória, o de que quero lhes falar hoje é da pré-Jovem Guarda da qual, hoje, talvez poucos se recordem.

É bom que se diga que tudo começou com a “importação” do rock and roll norte-americano, onde despontavam os astros do contagiante ritmo: Bill Haley & his Comets, Carl Perkins, Fats Domino, Buddy Holly, Ricky Nelson, Little Richard, Gene Vincent, Chuck Berry, Bobby Darin, Johnny Rivers, Frank Avalon, Paul Anka (canadense), Jerry Lee Lewis, Pat Boone, The Diamonds (canadense), The Platters... Mas foi Elvis Presley que levou a fama de “rei do rock”, com o seu inapagável Tutti Frutti, meu primeiro e marcante encontro com o ritmo que se alastrou pelo mundo e fez também morada na Grã-Bretanha, seguido, com anúncias premiais, por Beatles e Rolling Stones, The Cream (Eric Clapton), Rod Stewart, Elton John... Mas, também, isso já será outra estória.

Por aqui, o rock foi sendo assimilado nas primeiras tentativas feitas por e com Nora Ney que, diante do sucesso advindo com a exibição do filme “Sementes da Violência” (Blackboard Jungle – 1955), numa jogada comercial da gravadora Continental, “inventou” de gravar, numa versão não se sabe de quem, o tal de “Ronda das Horas”. O curioso é que a música original, com Bill Haley and his Comets, só nos chegou às telas no ano seguinte com o filme “No Balança das Horas” (“Rock Around the Clock” – 1956). Nora Ney “mudou de praia”, mas Cauby Peixoto, que havia retornado de uma tentativa de firmar-se no mercado norte-americano, com o nome artístico de Ron Coby, gravou o seu “Rock and Roll em Copa-

cabana” (1957), numa “invenção” de Miguel Gustavo, aquele mesmo que criou os “filmes musicais” para Moreira da Silva, o Morenqueira; posteriormente, Cauby também gravou o que seria o primeiro rock autenticamente brasileiro, o “Enrolando o Rock” (de Betinho e Heitor Carrillo – 1957). Então, questiona-se: quem seria o pioneiro do ritmo por aqui? Nora Ney, porém com um rock em versão direta do inglês, e Cauby, com uma composição nacional. Portanto, mérito aos dois, embora ambos tenham seguido outros caminhos na escolha e no estilo dos seus futuros repertórios.

Mas, e a tal pré-Jovem Guarda? – poderá perguntar o leitor atento.

Então, vamos a ela... Como a história é muito longa, obviamente, o farei por partes...

No princípio, a figura central de assimilação do rock foi George Freedman que, embora alemão de nascimento (Berlín – 1940), em 1947 veio residir no Brasil, com uma tia, um primo, a avó materna e a mãe, vez que o pai havia sido convocado para a II Guerra Mundial, e noticiava-se que nela havia morrido. Aos poucos, cessado o conflito, o pai regressou na Europa e não se fala mais nisso... Artista nato, aqui Freedman passa a apresentar-se na antiga TV Tupi/SP, onde se afirma como um aplaudido intérprete de versões de hits que faziam sucesso lá fora. Em 1959, grava, na Califórnia, seu primeiro disco, um 78 rpm, com o rock balada “Leninha” (de sua autoria) e com uma versão de Fred Jorje para “Hey, little baby”, de Steve Rowlands. Com o apoio e orientação do incipiente Tony Campello, firma-se no nosso universo musical, passando a integrar, como pioneiro e precursor, o cast do rock no Brasil, com presença constante na TV Tupi/SP. Seu repertório, pelos anos de 1950, centrava-se em versões de hits internacionais, construindo uma carreira

ímpar na pré-Jovem Guarda. Dentre as músicas gravadas por ele, na época, algumas merecem destaque: “Canção do Casamento” (“Good Luck Charm”, sucesso de Elvis Presley); “Multiplicação” (de Bobby Darin); “Jambalaya” (clássico de Hank Williams); “Coisinha Estúpida” (“Something Stupid”, de Carson & Parks); “Trevo de 4 folhas” (“I’m Looking over a four leaf clover”, de H. Woods e M. Dixon); “Eu te amo” (“And I Love Her”, de Lennon & McCartney). Em 1967, volta-se para a música brasileira quando, entre outros sucessos, grava “Beijinho Doce” (de Nhô Pai). Em 1972, passa a residir no Guarujá-SP, afastando-se do meio artístico e dedicando-se ao setor imobiliário, porém, em 2015, como convidado, participa do show dos 50 anos da Jovem Guarda. Afastou-se de tudo ao haver sofrido mais de um AVC.

Na sequência, falaremos sobre a trindade que alavancou o movimento musical da pré-Jovem Guarda: Tony Campelo, Celly Campello e Sérgio Murilo.



Foto: Reprodução



Walter Ulysses - Chef formado no Curso de Gastronomia no antigo Lynaldo Cavalcante (João Pessoa) e tem Especialização na Le Scuole di Cucinadi Madrid. Já atuou em restaurantes de diversos países do mundo, a exemplo da Espanha, Itália, Portugal e Holanda. Foi apresentador de programas gastronômicos em emissoras de tvê e rádio locais, e hoje atua como chef executivo de cozinha na parte de consultorias.

@walterulysses
chefwalterulysses@hotmail.es

Como é feito seu valor final

Há uma série de pré-requisitos para se trabalhar no ramo de gastronomia, onde muitas pessoas não sabem o que é para ser colocado no valor de uma empresa legal para ela funcionar.

Quando me refiro a uma empresa legal é aquela que tem CNPJ, paga os tributos... e uma série de mais coisas.

Não existe fórmula mágica para funcionar um restaurante sem ter suas obrigações financeiras e fechar bem no final do mês; existe, sim, uma fórmula que é única e essa vem a partir de um planejamento do qual você quer direcionar.

Vamos na minha linha de raciocínio: eu tenho uma receita de um lanche que leva um pão, carne de hambúrguer artesanal, queijo, molho e salada; somando tudo isso, acrescento dez vezes valor e é igual ao meu custo final?

Vamos para a regra mais correta, onde

uma empresa montada pagando aluguel e vendendo o mesmo produto.

Você vai cair quando começar a ler isso: custo do meu lanche: pão, carne hambúrguer artesanal, queijo, molho, salada, energia, aluguel, gás, água, imposto sobre o produto vendido, contador, folha de pagamento, EPs de funcionários, IPTU, Internet, coleta de lixo, sistema operacional de venda, cerca de 27,5% do iFood se utilizar, delivery, que dá um valor de R\$ 300/mês, mais taxa de entrega a uma cooperativa, percentual cobrado pelas operadoras de máquinas de pagar no cartão... e por aí vai.

Essa é a realidade de quem vai enfrentar um negócio do ramo de gastronomia que muitos não sabem, e acham que tudo são flores e muito fácil.

Tá na moda ensinar a empreender. Quem vê acha tudo muito fácil, mas é muito difícil manter uma empresa no Brasil,

principalmente no ramo de alimentação. Aprenda a vender primeiro, depois você vai aprender a ser empreendedor. Não é fácil, mas é totalmente possível, com você seguindo essa regra complicada que eu expliquei para que saibam que o mais difícil é conquistar sua clientela.

Em outra oportunidade, vamos falar sobre isso também!

Esse jogo não é para quem quer se aventurar e apenas ver se dará certo. Esse jogo é para quem é profissional e sabe jogar de verdade. Não se aventure financeiramente sem buscar um profissional qualificado para saber se o que você pensa é aquele resultado que espera.

Como sempre falo, não estamos em época de brincar de ser empresário em um novo normal, que deixou muitas empresas à falência e com dívidas muito altas, além de empresas que ainda não abriram suas portas.

Fotos: Walter Ulysses



QUENTINHAS

O restaurante Gurugy, que fica na cidade do Conde, Região Metropolitana de João Pessoa, basicamente na Praia do Amor, é um local de fácil acesso, e além de ter uma comida deliciosa é bem perto de nossa capital. Reúna a família, faça um passeio agradável e desfrute de uma excelente gastronomia. Visite o Instagram: @gurugyrestaurante.

O ED Restaurante, um local já tradicional no Centro, está em novo endereço e em um local muito mais amplo e aconchegante. O seu novo endereço é Avenida Francisco Moura, 43, Centro, próximo ao Mercado Central. Seu Instagram: @ed.restauranteh. E tem bastante novidade. Além do self service, será implantado pratos executivos, ou seja, a lá carte.



Com o proprietário ED



PRATO DO DIA

Omelete crocante

Ingredientes

- 2 ovos
- 2 colheres de sopa de creme de leite
- Sal e pimenta do reino a gosto
- 200g de queijo de coalho pré-cozido fatiado fino
- 4 fatias de queijo prato
- Azeite



PITADAS A GOSTO



Na história da gastronomia fala-se que o omelete surgiu na antiga Pérsia. Ovos batidos eram misturados com ervas picadas, fritos, até ficarem firmes, e depois cortados em pedaços, para formar um prato conhecido como "kookoo". Acredita-se que essa receita alcançou a Europa através do Médio Oriente e da África do Norte, onde sofreu adaptações e originou a frittata italiana, a tortilla espanhola e o omelette francês.

Na França, sua criação é atribuída a Annette Poulard, em 1888, no Monte Saint-Michel, na Normandia. Ela elaborou uma refeição nutritiva e fácil de preparar para os famintos peregrinos que chegavam ao Santuário de São Miguel.



Com o amigo chef Sales

Modo de preparo:

- Em uma frigideira antiaderente, acrescente uma colher de chá de azeite, as fatias de queijo de coalho por toda a frigideira, deixando formar uma crosta; bata os ovos com sal, pimenta e o creme de leite e coloque sobre essa crosta na frigideira e abafe com uma tampa. Quando o omelete estiver no seu ponto, coloque as lâminas de queijo prato e dobre como uma tapioca. Estará pronto e bem recheado.

Deslocamento necessário

Maioria das grandes cidades não conta com plano diretor de mobilidade

André Resende
andreolimpio89@gmail.com

O Brasil viveu um boom populacional nos seus principais centros urbanos a partir da metade do século XX. Entre 1960 e 2000, a população residente em centros metropolitanos saltou de 15 milhões para 76 milhões de pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com esse aumento exponencial da população de 406% em quatro décadas, houve um aumento do número de regiões metropolitanas no país. Atualmente são pelo menos 30 no total e a necessidade de pensar o deslocamento das pessoas nesses grandes centros. Começa a tomar forma o debate acerca do que veio a ser denominado mobilidade urbana.

Muito embora a Constituição Federal, promulgada em 1988, em seu artigo 21, institua diretrizes para o desenvolvimento urbano, citando os transportes urbanos como um dos aspectos a serem contemplados, e em seu artigo 182 determine uma política do desenvolvimento urbano a ser executada pelos municípios respeitando o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade para garantir o bem-estar de seus habitantes, a mobilidade urbana como se conhece atualmente só viria a ser organizada em 2012, a partir da Lei Federal 12.587, conhecida como Plano Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU).

Dentre inúmeras deliberações, o PNMU obriga que as gestões municipais de cidades com mais de 20 mil habitantes elaborem um Plano Diretor de Mobilidade Urbana. O primeiro prazo estabelecido para a elaboração dos projetos foi abril de 2017. Diante do grande número de municípios que não tinham cumprido com o determinado, o prazo foi postergado para abril de 2019.

Com novo descumprimento majoritário, um novo adiamento foi dado em novembro de 2020 para

abril de 2021. Em maio do ano passado, um novo prazo, desta vez, para abril de 2022 para cidades com mais de 250 mil habitantes e abril de 2023, para as demais que se enquadram na lei federal. Para o professor Nilton Pereira, do Curso de Engenharia Civil da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), doutor em Planejamento de Transporte pela Universidade de Southampton, na Inglaterra, os sucessivos adiamentos forçados pela baixa adesão expõe, dentre outros problemas, a falta de cuidado dos gestores com a pauta.

“A lei federal de mobilidade urbana é uma referência mais formal do que prática. Quem trabalha em prefeitura sabe que cidades precisam de um plano de mobilidade urbana. A lei do Plano Nacional é muito boa, mas do pon-



Foto: Fotos Públicas

“No contexto de regiões metropolitanas, o modus operandi das gestões municipais torna o problema ainda maior pela falta de compartilhamento de dados, informações, políticas públicas e ações conjuntas”



Foto: Arquivo Pessoal

Andréa Porto

to de vista técnico não é cobrada. Os gestores não seguem, não sentem necessidade, a lei não faz exigência, não condiciona recursos, pelo contrário, segue enviando recursos para o setor nos municípios”, critica o professor.

A professora Andréa Porto, do Departamento de Geociências da UFPB, doutora em Geografia pela Unesp e integrante da Rede Observatório das Metrôpoles Núcleo-PB, ressalta que, além do atraso na conclusão dos planos, que padecem da prioridade nas gestões municipais, existe também a elaboração de forma unilateral, sem o compartilhamento de in-

formações. “No contexto de regiões metropolitanas, o modus operandi das gestões municipais torna o problema ainda maior pela falta de compartilhamento de dados, informações, políticas públicas e ações conjuntas”, comenta.

Mais do que somente cumprir uma lei federal, Nilton Pereira argumenta que um plano diretor de mobilidade é um documento essencial para o planejamento urbano, com impacto do bem-estar social, em curto, médio e longo prazos. O plano diretor de mobilidade é fundamental na construção de soluções eficientes e com a menor despesa possível para os gestores municipais, defende o professor.

“Para fazer um plano de mobilidade, é preciso conhecer como as pessoas se deslocam, fazer uma grande pesquisa e um diagnóstico para a cidade inteira. Quando você identifica as demandas, então você projeta a cidade para o futuro e define as prioridades, como melhorar o escoamento de pessoas, pensar mais em pessoas do que veículos etc. É um sólido planejamento de como a mobilidade deve ser tratada 20 anos para frente”, explica.

Em JP, um plano que se arrasta

No caso da maior cidade da Paraíba, a capital João Pessoa, com seus mais de 800 mil habitantes, o plano diretor está em vias de conclusão, ainda que por muitos momentos tenha se arrastado, quase paralisado. A elaboração do Plano Diretor de Mobilidade Urbana (PDMU) de João Pessoa começa pouco tempo após a publicação da reformulação da Lei Federal 12.587, ocorrida em 2016, que estabeleceu um novo prazo, a Prefeitura da capital formaliza uma parceria com a UFPB, que perdura até 2019, conforme relata Nilton Pereira.

“Foi feito um convênio entre a Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana (Semob) e a UFPB. Fiz parte dessa parceria a convite do próprio superintendente na época, Carlos Batinga. Fizemos todas as pesquisas necessárias para a elaboração do projeto, ouvimos usuários de transporte público, todos que pudessem colaborar. Mas, desde então, mudou de superintendente duas vezes e a coisa está se arrastando. As pesquisas, a elaboração dos relatórios, tudo isso já foi feito na minha época, agora é pegar esse plano, converter em um projeto de lei e enviar para Câmara de João Pessoa, para que seja apreciado e transformado em lei”, relatou Pereira.

Em 2020, a Prefeitura de João Pessoa (PMJP) chegou a realizar um evento público remoto, por meio da internet, apresentando o texto final do PDMU da capital. Porém, o envio ao Legislativo municipal ainda não aconteceu, conforme

confirmado pelo atual superintendente de mobilidade urbana da cidade, George Morais. Porém, de acordo com o superintendente, isso deve acontecer muito em breve.

“Estamos finalizando a lei do Plano de Mobilidade e encaminhando para a Câmara de Vereadores nos próximos 30 dias. O que eu tomei conhecimento é de que chegou na gestão passada a encaminhar a minuta, mas não terminou, não foi apreciada. A gente está, a partir daquele estudo, revisando e fazendo melhoramentos em conformidade com os conceitos do novo governo para que possa ser encaminhado novamente até a Câmara”, ressalta George Morais, justificando ainda que houve um investimento por parte da gestão passada com a contratação de uma empresa que ajudou no levantamento de novos dados.

No final do mês de julho, a Prefeitura de João Pessoa realizou uma série de reuniões presenciais com a população para a revisão do Plano Diretor Municipal, reunindo representantes das 14 Regiões Comunitárias do Município, lideranças de bairros e secretários municipais. O PDMU, de certa forma, tem relação direta com o Plano Diretor da cidade.

Segundo Nilton Pereira, certamente o plano deverá levar em consideração novos elementos nessa equação, como as nuances causadas pela pandemia do novo coronavírus na dinâmica do deslocamento de pessoas. Para ele, o atraso recorrente e comum a muitas

prefeituras no país se dá, também, por falta de vontade política, sobretudo por se tratar de um trabalho dispendioso e de pouco retorno de capital político.

“Na cabeça do prefeito, analisando a situação com um técnico, existe a necessidade, tem que se fazer um plano diretor de mobilidade. Aí vem o custo, vamos supor, de R\$ 5 milhões para ser concluído em um prazo de dois anos. Findando o prazo, com R\$ 5 milhões gastos, o prefeito vai ter só papel na mão. Na equação política, ele vai concluir que não vai ganhar votos com isso. Ninguém dá muita bola para fazer diretriz, mas quando surge um edital do Governo Federal, com uma verba que poderia realmente ajudar a resolver os problemas de mobilidade, os prefeitos gastam de qualquer jeito”, analisa Nilton Pereira.

Na Paraíba, conforme relatório elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional e divulgado em 2021, somente duas cidades constam como detentoras do Plano Diretor de Mobilidade Urbana: Bananeiras e Campina Grande, ambos datados de 2015. No entanto, nenhuma das duas teve o plano diretor aprovado em lei municipal, ou seja, oficialmente os planos não existem, tendo em vista que sequer foram apresentados oficialmente pelos respectivos legislativos municipais. O mesmo levantamento apontou que somente 328 cidades brasileiras, num universo de 3.476 elencadas pelo relatório, afirmaram ter plano de mobilidade.

“A lei federal de mobilidade urbana é uma referência mais formal do que prática. (...) A lei do Plano Nacional é muito boa, mas do ponto de vista técnico não é cobrada. Os gestores não seguem, não sentem necessidade, a lei não faz exigência, não condiciona recursos”



Foto: Arquivo Pessoal

Nilton Pereira

Rumos

DA MOBILIDADE urbana

passam pela herança da pandemia e pelas novas dinâmicas de deslocamento humano

André Resende
andreolimpio89@gmail.com

Um consenso parece ter sido desfeito entre os especialistas e pesquisadores da mobilidade urbana e humana no Brasil há poucos anos. Investir maciçamente e ampliar a cobertura dos transportes públicos, que até pouco tempo era uma das soluções determinantes em qualquer planejamento de mobilidade, passou a ser rediscutido e repensado pelos especialistas. É o que conta Nilton Pereira, professor do Curso de Engenharia Civil da UFPB, doutor em Planejamento de Transporte pela Universidade de Southampton, na Inglaterra.

Pesquisas feitas no Brasil e em outros países apontaram uma queda no número de usuários de transporte público de forma geral. Na Paraíba, mais especificamente em João Pessoa, cidade com o maior número de usuários de transporte público, a queda foi de 39% do público que costumava consumir o serviço, de acordo com Nilton Pereira. Ainda segundo o professor da UFPB, que também ocupou o cargo de superintendente de Mobilidade Urbana da capital por cerca de três anos, a redução indicada foi registrada antes da pandemia.

“As contas feitas na pesquisa realizada em João Pessoa em 2019 já apontavam uma redução considerável dos usuários de transporte público. Com a pandemia, podemos estimar que o estrago foi ainda maior no Brasil inteiro. Certamente temos um número muito menor que em 2019. Agora, os pesquisadores se perguntam como vai ficar o transporte público depois da pandemia, já que estamos vivendo uma transformação no mundo inteiro. O transporte público que era a principal solução para mobilidade, atualmente pode ser visto como vilão, é sinônimo de aglomeração. Não se sabe como será depois da pandemia”, explica.

As soluções para os problemas da mobilidade urbana variam de acordo com as particularidades de cada cidade, mas, principalmente, pela dinâmica social estabelecida entre as áreas da urbe. O professor de Engenharia Civil UFPB comenta que uma solução viável e adequada para um problema de deslocamento de pessoas em 2012, pode ser que não seja mais eficaz cinco ou seis anos depois. Ele cita o exemplo do Bus Rapid Transit (BRT), também chamado ônibus

de trânsito rápido em tração livre. Em 2012, era a melhor solução para os usuários que transitavam pela Avenida Epitácio Pessoa, mas que, agora, seria preciso reavaliar o projeto.

“A solução vem para o tamanho do problema. Para cada solução tem um modo de transporte. Não tem cabimento botar um metrô na Epitácio Pessoa. Um metrô para ser economicamente viável é preciso pelo menos de uma taxa de 25 mil passageiros por hora em um sentido só. Na pesquisa que fizemos, o trecho de maior carregamento da Epitácio, em termos de passageiros, dava 3,7 mil passageiros por hora, isso em 2012. O BRT [sigla em inglês para ônibus de trânsito rápido] requer 12 mil passageiros por hora, porém ele é flexível, você vai ajustando de acordo com a demanda”, avalia Nilton Pereira.

Porém, ele faz a ressalva de que, embora um BRT resolvesse um dos problemas da mobilidade pessoense, a avaliação é compatível com recorte temporal. Da forma como foi pensado há quase dez anos, dificilmente seria adequado para os dias contemporâneos. “Falta investimento de qualidade no serviço. Há muito investimento em benefício para o carro. Temos que dimensionar também o impacto causado pelos transportes por aplicativo, além do uso de longa data dos transportes clandestinos”, critica o especialista.

Na mesma linha de argumentação, a professora do Departamento de Geociências da UFPB, doutora em Geografia pela Unesp e integrante da Rede Observatório das Metrôpoles Núcleo-PB, Andréa Porto, explica que a mobilidade urbana precisa ser compreendida sob diversos fatores condicionantes dos deslocamentos humanos, para além da noção que se restringe ao movimento.

“Fatores como a motivação dos deslocamentos, as formas de se deslocar, condições físicas das pessoas e dos espaços nas cidades, segurança viária, sustentabilidade e outras condições, nos ajudam a compreender que a mobilidade urbana é um fenômeno multifacetado e condicionante da qualidade de vida dos cidadãos. A crise da mobilidade urbana no Brasil está relacionada com a falta de estruturação das cidades brasileiras, a fragmentação dos centros urbanos, a segregação espacial, a priorização do transporte individual e motorizado, e a matriz energética destes”, acrescenta.



Foto: Pixabay

“Colcha de retalhos” e crescimento em direção à Zona Sul

No caso de João Pessoa, Nilton Pereira explica que a cidade presenciou um crescimento vistoso rumo ao sul, uma expansão que aconteceu de forma desordenada, a partir da ampliação das condições de financiamento de imóveis em bairros daquela região, de forma que as pessoas que moram nessas localidades passaram a ficar descobertas no planejamento da mobilidade urbana.

“A população de baixa renda está morando cada vez mais distante do local onde tem empregos e oferta de serviços. Como essas pessoas vão participar da vida da sociedade? A solução encontrada foi de puxar algumas linhas de ônibus e fazer uma grande ‘colcha de retalhos’. Mas estamos vivendo tempos de queda de usuários, as tarifas estão mais caras, não é a melhor solução. É preciso pensar uma forma

de trazer essas pessoas que moram em grande maioria na região sul para a vivência da cidade”, declara o pesquisador.

De acordo com pesquisa coordenada pelo próprio Nilton Pereira, pelo menos 65% de todas as pessoas que andam nos ônibus de transporte coletivo na capital se destinam para as áreas da praia e do Centro. “Nas áreas mais distantes, tenho que priorizar o transporte público e, acima de tudo, planejar o trajeto inteiro, pegar do começo até o fim. Ao criar um corredor exclusivo para ônibus, criar para todo o percurso, não apenas para um trecho, como é o caso da Avenida Dom Pedro II”, completou Pereira.

Andréa Porto destaca que, em tempos de priorização dos transportes motorizados por parte dos gestores em seus planejamentos, surgem



Foto: Secom-PMJP

Mais pessoas ficam descobertas no planejamento da mobilidade

alternativas que são atos de resistência e reinvenção dos padrões de deslocamento urbano. Ela explica que o uso da bicicleta se mostra como uma alternativa possível nos deslocamentos diários. No entanto, apesar dessa possibilidade, é preciso um investimento sistemático do setor público para a melhoria das qualidades de circulação não motorizadas e viabilizar com segurança o uso de bicicletas pela cidade.

“O tema da mobilidade sustentável suscita uma pauta progressista e con-

temporânea que teve início na década de 1970. Não é por acaso que a mobilidade sustentável tem se tornado cada vez mais presente nas metas de governo e nos acordos internacionais. Embora o discurso da sustentabilidade seja, muitas vezes, meramente retórico, os planos de mobilidade ao incentivarem os transportes ativos e ao redesenharem as cidades para as pessoas e não exclusivamente para os automóveis, permitem tornar a sustentabilidade numa realidade concreta”, analisa.

Parece muito simples e até elementar, mas, apesar de ser direito contido na Constituição Federal, nem todos têm o ir e vir preservados. E são muitos os motivos que impedem cidadãos e cidadãs de se locomoverem dignamente nos espaços urbanos, muitas vezes inchados e mal estruturados. Da pouca opção de transportes públicos às superpopulações, passando pelas grandes distâncias e trânsito caótico, até a falta de dinheiro para arcar com esses deslocamentos reforçados pela centralização das cidades.

Se o conceito de mobilidade urbana passa pelo modo como as pessoas transitam nas cidades, levando em consideração a qualidade de vida, pode-se dizer que no Brasil esse princípio anda distorcido, principalmente nos grandes centros, que sofrem com a quantidade excessiva de veículos em detrimento à escassez de transportes públicos eficientes. No mundo, todas as questões envolvendo mobilidade estão na pauta de prioridades, já que o que se vislumbra é aumento contínuo de indivíduos e veículos.

Para se ter uma ideia desse crescimento, segundo o Mapa da Motorização Individual no Brasil, feito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e divulgado em 2019, de 2008 a 2018 o número de automóveis no país passou de 37,1 para 65,7 milhões, já o de motocicletas foi de 13 para 26,7 milhões, representando aumento de cerca de 143% dos chamados meios de transporte individuais motorizados, considerados aqueles que não servem à coletividade.

O tema é tão relevante e cheio de nuances que rende inúmeros estudos. Pesquisadores se debruçam em teorias, análises e correm atrás de possíveis soluções para um mover com mais qualidade. Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a doutoranda em Sociologia Fernanda Rocha analisa com preocupação o tema. Pesquisadora da Sociologia das Mobilidades, ela chama a atenção para o caos urbano decorrente, justamente, dos dados descritos acima, que retratam o aumento vertiginoso no número de veículos atrelado ao mau uso dos mesmos.

Todavia, não é só isso, a socióloga aponta como sendo mais que necessidade, trata-se de um processo cultural enraizado e

Mobilidade e os desafios para as pessoas com deficiência

Para as pessoas com deficiência ou qualquer comprometimento motor, a mobilidade passa necessariamente pela acessibilidade, o que torna o processo ainda mais desafiador. Não é fácil para um cadeirante, por exemplo, se mover em avenidas, calçadas ou ainda utilizar o transporte público. Até quem possui veículo próprio sofre com a escassez de vagas agravada pela má educação dos que ocupam esses poucos espaços sem sequer estarem aptos para tal.

"Destaque para a ausência de acessibilidade nos transportes públicos, falta de planejamento no que tange a calçadas e itens que tornem a cidade acessível, porque a acessibilidade é uma ferramenta transversal às políticas públicas. Se a pessoa com deficiência não possui acessibilidade, ela não alcança saúde, educação, trabalho e renda". A afirmação é de Hellosman de Oliveira, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da

Direito de ir e vir preservado?

Laura Luna
lauraragao@gmail.com



Foto: Pixabay

chancelado ao longo de décadas. "A cultura do carro é considerada parte de um sistema dominante, porque existem elementos muito fortes e, na cidade como é reproduzida na prática, acaba ficando difícil".

Fernanda Rocha fala da automobildade, conceito de acontecimento social, cultural e econômico, marcado pela ascensão do automóvel a objeto de prestígio.

Dentro desse contexto, pode-se avaliar o poder da indústria automobilística na construção dos centros urbanos, como sugere a pesquisadora. "A automobilidade é um conceito que envolve vários sistemas. Existe uma indústria que gerou muitos conceitos chave, a exemplo da Ford, Volks, Mercedes, empresas que geraram e tiveram um papel muito importante na consolidação do sistema capi-

talista e tem esse elemento muito forte. Então, a partir do momento em que essas empresas começaram a fabricar carros, as cidades foram se moldando a isso, na verdade, não só as cidades, mas também as pessoas".

Um equívoco que começa a ser reavaliado, uma vez que já se discute a relevância da chamada mobilidade a pé, com cidades centradas nos cidadãos. É preciso

Para pensar em qualidade da mobilidade urbana, tem que se pensar na qualidade da política habitacional, com moradia digna e infraestrutura que atenda às necessidades da população

Fernanda Rocha



pensar na qualidade da mobilidade urbana a partir das pessoas, passando primordialmente pela questão habitacional, como apresenta a entrevistada. A ocupação dos espaços tem relação direta com o bem-estar e com a tentativa de redução das desigualdades e vai além, para Fernanda pensar na inclusão social pelo viés da mobilidade urbana é unir agentes públicos em prol de um objetivo que não deve ser esquecido: é preciso priorizar as pessoas. Um processo de mobilidade urbana adequado começa em casa.

"Se for pensar que grande parte das cidades brasileiras é construída informalmente, então a gente vai pensar na questão da periferia e pensar também como a legislação atua nesses lugares. Então, a gente se depara com o mercado residencial formal que abrange uma parcela mínima da população nas grandes cidades, nos centros urbanos mais desenvolvidos e nas capitais". A pesquisadora completa afirmando que, "para pensar em qualidade da mobilidade urbana, tem que se pensar na qualidade da política habitacional, com moradia digna e, obviamente, infraestrutura que atenda às necessidades da população".

Cidades inclusivas, sustentáveis e seguras

O tema mobilidade urbana está entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas para 2030, sendo fundamental para o melhor funcionamento das cidades, tornando-as mais inclusivas, sustentáveis e seguras, sendo com essas características cidades que oferecem melhor qualidade de vida.

Copenhague, capital da Dinamarca, e Amsterdã, na Holanda, são consideradas referência em mobilidade graças ao uso prioritário de um meio de transporte capaz de fazer bem tanto ao usuário quanto para o trânsito e meio ambiente: a bicicleta. Em Amsterdã, além de serem maioria, "as magrelas" têm prioridade no trânsito com os demais veículos dando preferência à passagem dos ciclistas. Em Copenhague, o sistema de sinais de tráfego inteligentes consegue detectar quantos ciclistas estão se aproximando do cruzamento. Em caso de grupos maiores, o semáforo permanece aberto por mais tempo, de

modo a permitir uma maior fluidez do tráfego.

Em Berlim, na Alemanha, há variação de modais e, mesmo sendo uma grande metrópole, a capital alemã consegue ter trens, ônibus, metrô, carros e bicicletas convivendo de forma segura e harmoniosa. Em Zurique, na Suíça, assim como em Londres, no Reino Unido, é a eficiência no sistema de transporte público que garante a fluidez da mobilidade, com mais metrô e ônibus essas cidades dispensam o uso de carros. Há de se considerar também a falta de vagas e o preço dos estacionamentos, que também pesam na hora da escolha pelo transporte público.

Aqui no Brasil, Curitiba, no Paraná, consegue transportar com ônibus e BRT's (bus rapid transit) mais de três milhões de habitantes de maneira eficiente, com vias próprias para a circulação e sinalização efetiva. O resultado segue a tendência de menos pessoas utilizando transporte individual.

A acessibilidade é uma ferramenta transversal às políticas públicas. Se a pessoa com deficiência não possui acessibilidade, ela não alcança saúde, educação, trabalho e renda

Hellosman de Oliveira



Pessoa com Deficiência e assessor técnico da Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (Funad).

João Pessoa possui mais de 150 mil pessoas com algum tipo de deficiência, segundo informou Hellosman, baseado em dados do censo realizado pelo IBGE, o que representa cerca de 18% da população total do município. Ele reclama da falta de atenção e diálogo para com esse público que, mais que qualquer outro, sofre as consequências de uma política de mobilidade urbana ainda aquém da ideal. "Acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal, com a finalidade de tornar melhor a qualidade de vida de todo o cidadão, melhorando a mobilidade e principalmente a qualidade de vida. Hoje o segmento da pessoa com deficiência precisa ser protagonista na discussão de políticas

públicas, principalmente nas políticas públicas de acessibilidade".

Hellosman pontua justamente a falta de protagonismo do pedestre. Para as pessoas com limitação motora, por exemplo, locomover-se nas cidades – pelo menos grande parte delas – é um verdadeiro desafio, repleto de obstáculos que muitas vezes acaba inibindo a saída dessas pessoas de casa. "O ponto de partida para tornar nossas cidades acessíveis são as prevalências nas ações. Infelizmente, os pedestres são colocados de forma secundária no ambiente urbano. E a acessibilidade pressupõe a quebra das barreiras existentes nas cidades, nos transportes, na comunicação, no relacionamento entre as pessoas, nas leis e no entendimento dos conceitos de inclusão social e qualidade de vida para todos os cidadãos".

Mobilidade urbana

para além do transporte



Laura Luna
lauraragao@gmail.com

Existe um ideal quando o assunto é mobilidade urbana? Na verdade, seria interessante que as pessoas morassem bem e próximo ao trabalho, supermercados, farmácias, escolas, espaços de lazer, hospitais, centros comerciais. Na Europa, cidades como Paris e Londres, por exemplo, são divididas por regiões que partem de um centro nuclear e se expandem para as periferias, oferecendo aos moradores, em cada um desses distritos, o mínimo de infraestrutura necessária. A ideia é precisar mover-se o mínimo possível.

No Brasil, a maioria das cidades se consolidou em um modelo centro-periferia, mas de modo diferente, como explica o arquiteto e urbanista Jonas Lourenço. “Alta concentração de oportunidades, com empregos, serviços, saúde, educação, lazer e cultura nas áreas centrais, e as camadas menos favorecidas morando nas periferias. É por isso que a mobilidade está diretamente

relacionada à inclusão social e ao acesso às benesses produzidas nas cidades”.

Jonas Lourenço, que está fazendo doutorado na Universidade de Lisboa, em Portugal, reforça a importância da mobilidade urbana para além de um processo de locomoção eficiente. “A mobilidade urbana não deve ser estudada ou considerada de forma isolada, limitada a um problema de transporte público, modais, de engenharia de transportes ou eficiência de deslocamentos. Deve ser integrada a uma reflexão sobre a totalidade urbana, de sua complexidade e contradições, dos conflitos e diferentes interesses e desigualdades. A mobilidade urbana deve, antes de tudo, ser pensada para proporcionar um maior acesso à cidade”.

Maior acesso e de forma mais inteligente, utilizando tecnologias que já estão disponíveis. Jonas Lourenço traz à tona um tema extremamente debatido entre os que pensam as cidades.

O movimento das *smart cities*, as chamadas cidades inteligentes, busca solucionar problemas como habitação, tráfego e desigualdade, criando modelos com base na análise de dados e de novas formas de tecnologia. Para ele, não é apenas “o chegar” que deve ser avaliado, é preciso que as pessoas tenham acesso, e essa é uma questão mais social que tecnológica.

“A visão ‘big data/smart city’ imagina que fazer as cidades funcionarem é apenas ir de ‘A’ para ‘B’, quando na realidade o desafio urbano é criar lugares onde as pessoas ‘queiram estar’. Isso é um grande problema. O verdadeiro desafio para as cidades é ser mais ambicioso e aspiracional na construção dos lugares habitáveis e inclusivos. Isso é menos sobre como ajustar o desempenho de sistemas, como transporte, e mais sobre como construir um forte envolvimento da comunidade em torno da visão que temos para o futuro”.

“Alta concentração de oportunidades nas áreas centrais e as camadas menos favorecidas morando nas periferias. É por isso que a mobilidade está diretamente relacionada à inclusão social e ao acesso às benesses produzidas nas cidades”

Jonas Lourenço



Foto: Arquivo pessoal

“

Mobilidade deve ser integrada a uma reflexão sobre a totalidade urbana

Pandemia e as vidas em risco

A pandemia causada pelo novo coronavírus, que causa a covid-19, de fato gerou muitos ensinamentos e reforçou problemas já antes diagnosticados. O que se viu nos transportes públicos, Brasil afora, foram cenas que refletem o desrespeito e a falta de uma estrutura mínima de conforto e eficiência que, de certo, colocou milhares de vidas em risco.

A pesquisadora Fernanda Rocha avalia ainda a disparidade acentuada neste período. “A pandemia deixou clara a condição precária das pessoas que utilizam transporte público, com ônibus superlotados. Então, vendo o panorama do uso do transporte, as pessoas continuam usando seus carros, dentro das suas bolhas, muito mais protegidas. Dentro desse contexto há de se pensar a mobilidade como um direito e não como um serviço, trata-se de um direito”.

Para Jonas Lourenço, as cidades estão tendo a oportunidade de se reestruturarem e promoverem mudanças que podem ser importantes para o bem-estar da população. “Para as prefeituras, o distanciamento social apresenta uma oportunidade única: as ruas podem ser facilmente fechadas devido ao pouco tráfego, as calçadas podem ser alargadas, as faixas de ônibus e ciclovias podem ser criadas. Mais importante, é hora do município revisar todos os espaços públicos sem carros e reconsiderar seu uso futuro. Este é um período único de grandes mudanças”.

E mesmo que não cheguem agora, é preciso continuar pensando e trabalhando em um futuro que vislumbre mais acesso, mobilidade, bem-estar e qualidade de vida a todos os cidadãos e cidadãs. “O espaço precisa ser democratizado, a cidade precisa ser democratizada e o acesso precisa ser democratizado”, coloca Fernanda Rocha. E Jonas Lourenço finaliza: “Buscar resolver problemas de mobilidade apenas com transportes não resolve quase nada. Políticas habitacionais sérias, controle de preços, combate à gentrificação e a criação de espaços públicos, culturais e de educação devem estar no cerne do planejamento urbano”.

Gentrificação é o fenômeno que afeta uma região ou bairro pela alteração das dinâmicas da composição do local, como novos pontos comerciais ou construção de novos edifícios, valorizando a região e afetando a população de baixa renda local.

“

O verdadeiro desafio para as cidades [está] na construção dos lugares habitáveis

